

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2017

TEATRO MICAELENSE

Sede: Edifício Teatro Micaelense, Largo de S. João, Ponta Delgada
Sociedade Anónima com o número fiscal de contribuinte 512058695, matriculada na Conservatória do
Registo Comercial de Ponta Delgada
com o Capital Social de 12.244.143,50 euros.

CONVOCATÓRIA

Nos termos do **Artigo 15º. N.º2 do Contrato de Sociedade**, convocam-se todos os acionistas no pleno gozo dos seus direitos para uma Assembleia-Geral a ter lugar no **dia 27 de Março de 2018 pelas 15h00**, na sua sede social, e com a seguinte ordem de trabalhos:

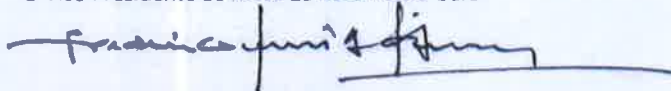
ORDEM DE TRABALHOS

- 1º. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2017;
- 2º. Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3º. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Nos termos do **Artigo 289º. do Código das Sociedades Comerciais**, informa-se os Senhores Acionistas que os documentos acima referidos, serão facultados à consulta durante os **15 dias anteriores à data da Assembleia Geral**.

Ponta Delgada, 26 de Fevereiro de 2018

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Dr. Frederico José Moniz Almeida Páscoa

ÍNDICE GERAL

1.RELATÓRIO DE GESTÃO	4
ANEXO 1 - DESCRIÇÃO DETALHADA DA PROGRAMAÇÃO	53
ANEXO 2 - PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL	62
2.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	64
BALANÇO	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	

Bl
N

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Índice

1.1 Nota Introdutória.....	6
Identificação da Empresa	6
Missão.....	6
Atividade.....	6
Enquadramento Geral	7
1.2 Atividade Desenvolvida pelo TEATRO MICAELENSE.....	9
Centro Cultural	12
Promoção/Comunicação	15
Rede 5 Sentidos	17
Formação de Públicos.....	17
Centro de Congressos.....	20
1.3 Atividade Desenvolvida pelo CINETEATRO MIRAMAR	22
1.4 Instalações e Investimentos	25
1.5 Recursos Humanos	29
Administração e Órgãos Sociais.....	29
Equipa	29
Regulamento Interno	32
Avaliação e Formação	32
1.6 Cooperação, Parcerias e Patrocínios	34
1.7 Breve Análise das Contas.....	35
Situação Económica	35
Gastos	37
Rendimentos	40
Execução Orçamental	45
Posição Financeira	47
1.8 Proposta de Aplicação de Resultados	49
1.9 Propósitos para 2015.....	50
1.10 Nota Final	51
Anexo 1 – Descrição Detalhada da Programação	52
Anexo 2 – Participações no Capital Social	62

38
N

1.1 NOTA INTRODUTÓRIA

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

O Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A, abreviadamente designado por TM, com o contribuinte fiscal nº 512058695, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada com o capital social de 12.244.143,5€, tem sede no edifício Teatro Micaelense - Largo de São João, freguesia de São Sebastião (Matriz), concelho de Ponta Delgada, e é proprietário do Cineteatro Miramar, sito na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 18, 9600 Ribeira Grande.

O TM é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que está sujeita aos poderes de superintendência de tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura do XI Governo dos Açores, a exercer conjunta e individualmente, nos termos e para os efeitos previstos nos seus Estatutos e no regime jurídico do setor empresarial do Estado.

MISSÃO

O Teatro Micaelense tem por missão principal assegurar a prestação de um serviço público no domínio da promoção cultural, através da apresentação, produção e coprodução de atividades nas mais diversas vertentes artísticas: do teatro à dança, da música erudita ao jazz, da música popular à tradicional, do cinema às artes plásticas e à fotografia. É um palco aberto à comunidade e pretende ser um polo dinamizador no âmbito da criação artística, proporcionando aos criadores locais um espaço de divulgação do seu trabalho.

Paralelamente, e complementarmente, o Teatro Micaelense - Centro de Congressos assume-se como um veículo privilegiado no desenvolvimento do sector MI (*Meetings and Incentives*) nos Açores, permitindo a realização de congressos, conferências, reuniões profissionais e outros eventos sociais.

ATIVIDADE

O TM reflete a sua atividade segundo três eixos:

- **Eixo 1** “na conceção, promoção e realização de colóquios, congressos, conferências, palestras e demais atividades de cariz cultural e recreativo, cinema, teatro, música e demais artes de palco e ainda a exploração de todos os espaços que integram o edifício do Teatro Micaelense”.

- **Eixo 2** “na prestação de um serviço público na área da cultura e do turismo, através da realização de atividades que visem atingir públicos diversificados, resultantes da coerência do seu projeto artístico, cultural e turístico, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentado, sociocultural e económico da sociedade onde se insere”.

- **Eixo 3** através do Cineteatro Miramar, desenvolver um projeto de intervenção social em Rabo de Peixe, com objetivos de inclusão social da população mais carenciada através da cultura, especialmente crianças e jovens.



ENQUADRAMENTO GERAL

O presente relatório, elaborado nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, reflete, de forma pormenorizada, a atividade desenvolvida pela Teatro Micaelense, SA, relativamente ao seu desempenho financeiro no ano 2017.

Procuramos demonstrar, de forma inequívoca, os resultados alcançados pelo plano de atividades através da disponibilização de informação de carácter económico-financeira, que possibilite a análise do grau de execução da missão de serviço público atribuída ao Teatro Micaelense.

A reabertura do Teatro Micaelense significou a existência da primeira estrutura profissional no arquipélago, associada aos espetáculos e à realização de eventos, garantido, desde a primeira hora, a promoção de uma programação regular e atempada, dando resposta uma resposta adequada às necessidades do público e do mercado, no rigoroso cumprimento das metas definidas pelo seu plano de ação anual. A sua execução foi concretizada pelas receitas própria do TM, obtidas através dos apoios e patrocínios de empresas privadas, pelo aluguer do espaço e pela receita de bilheteira.

Ao contrário do Centro Cultural, a atividade do Centro de Congressos tem um carácter incerto, acentuado pelos anos onde a crise se fez sentir com maior intensamente e diretamente proporcional ao investimento público realizado na concretização de eventos MI, no qual a atribuição de apoios significa, inevitavelmente, a garantia de realização de eventos. Este a foi a tendência que verificamos em 2017, pelo incremento significativo da prestação de serviços associado ao Centro de Congressos.

Ainda assim, conseguimos em 2017 ter uma maior receita de patrocínios/donativos (+11,72%) e valores muito próximos de bilheteira e de público, comparativamente aos alcançados em 2016.

Na afirmação da visibilidade institucional do TM, no mapa nacional, mantivemos a nossa participação na rede de programação 5 Sentidos, através da qual acolhemos dois projetos artísticos nas áreas das artes performativas (teatro e da dança), resultado direto da bolsa de criação desta rede orientada para os novos criadores emergentes.

De igual modo, promovemos alguns artistas nacionais e internacionais no âmbito de digressões com outras salas de referência, afirmando, sempre que tal é possível, o lugar do TM numa rede nacional, garantindo uma visibilidade mediática através das campanhas promocionais (jornais, televisão e online) em larga escala que habitualmente estão associadas a estas realizações.

Os gastos de funcionamento, administrativos e de gestão corrente, foram suportados pela verba proveniente de Subsídios à Exploração. O recurso ao financiamento bancário teve como único propósito o pagamento da última prestação do SIVETUR, o qual obteve um período de carência de 18 meses, cuja amortização passará a ser realizada a partir de janeiro de 2018.



Uma das maiores preocupações desta administração é garantir os meios necessários para efetuar a modernização do edifício do TM. Em 2017, foi possível apenas realizar pequenas intervenções de manutenção corrente.

A estrutura de recursos humanos do TM sofreu, muito provavelmente, a sua maior reestruturação desde a reabertura em 2004. Tal como previsto, o Director Técnico apresentou a sua demissão no mês de junho, alegando motivos pessoais. Apesar de prevista, esta situação significou uma reorganização da equipa técnica, concretizada pela nomeação do técnico mais credenciado a coordenador do departamento técnico e a contratação de mais um funcionário para a equipa operacional, responsável pelas montagens/desmontagens do eventos e pela manutenção do edifício.

Ao nível contabilístico e administrativo, o TM continuou a cumprir com as exigências de reporte financeiro à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, na manutenção do equilíbrio de tesouraria, resultado da imposição legal da construção de Orçamentos de Base Zero, a que se refere a Lei n.º 52/2011 de 13.10 - Lei do Enquadramento Orçamental - DR 197/2011 - Série I (Artigos 21-A ao 21-E) e avançou com o processo de implementação do Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas - SNC-AP, cuja aplicação terá lugar a partir de 1 janeiro 2018.



1.2 ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO TEATRO MICAELENSE

O presente relatório traduz a atividade desenvolvida pelo Teatro Micaelense (TM) durante o ano 2017, no qual foi possível assegurar uma programação regular, nas várias áreas artísticas, com impacto ao nível da formação de públicos, no desenvolvimento sociocultural da comunidade e na qualificação da oferta de animação turística.

Neste sentido, foi possível cumprir com os objetivos a que nos propusemos:

- **Regularidade e qualidade no Centro Cultural**, a construção de uma agenda qualitativa garantida através de uma programação plural, no equilíbrio entre projetos regionais sólidos complementados por propostas nacionais e internacionais, assegurando diversidade e a imprescindível sustentabilidade financeira;
- **Diversificar a oferta do Serviço Educativo**, desenvolvido de forma complementar à programação cultural, tornando-o mais pertinente e atento à comunidade, através da adequação do programa às áreas artísticas desenvolvidas pelo TM, fixando-se neste objetivo, de modo a certificar uma diferenciação em relação à oferta existente noutras instituições culturais da cidade e da ilha;
- Melhoria dos procedimentos nos serviços de **alugueres e cedências de espaços**, de modo a responder com eficácia às múltiplas solicitações e por essa via garantir uma resposta diferenciada no mercado regional, que apesar de pequeno está mais concorrencial na captação de congressos, seminários, palestras, colóquios, conferências e apresentações comerciais. Este desígnio é extensível à prestação de outros serviços, nomeadamente: jantares e festas particulares/empresariais/institucionais;
- Garantir a visibilidade e notoriedade do TM como **espaço de referência regional na agenda nacional**, pela parceria com outras salas, agências de espetáculos e a participação da rede 5 Sentidos;
- Melhoraria da comunicação junto dos hoteleiros e operadores turísticos, através da divulgação das atividades do Centro Cultural, funcionando como elemento de **animação turística**;
- Manutenção e aumento das **parcerias locais** na prossecução da atividade do TM, como forma de dinamizar a economia local e contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento, diminuindo, complementarmente, custos operacionais.

O Plano de Atividades do TM para 2017 foi executado na íntegra, tendo realizado, ainda, outras iniciativas que não estavam programadas.

A construção da programação cultural não sofreu alterações significativas. No entanto, foi necessário ajustar alguma da oferta aos constrangimentos de um ano atípico, condicionado pelas eleições autárquicas e pela profusão de festivais de verão, na medida em que a procura pelos artistas consagrados foi maior, o que inviabilizou a sua apresentação em sala, devido à contratação em “pacote”, uma prática comercial agressiva utilizada pelas agências, que não tem em linha de conta a exiguidade do mercado local. Neste sentido, foi necessário diversificar, significativamente, as nossas apostas, inclusive, com recurso a nomes internacionais, como forma de colmatar a indisponibilidade de alguns artistas nacionais, em virtude, sobretudo, dos orçamentos inflacionados que nos foram propostos.

Como já referimos, em relatórios anteriores, a atividade do Centro de Congressos não é previsível, se comparada com a do Centro Cultural, verificando-se, em 2017, um acréscimo muito significativo de alugueres, o que fez impulsionar os nossos resultados, em detrimento de ligeira perda nos resultados associados à programação cultural.

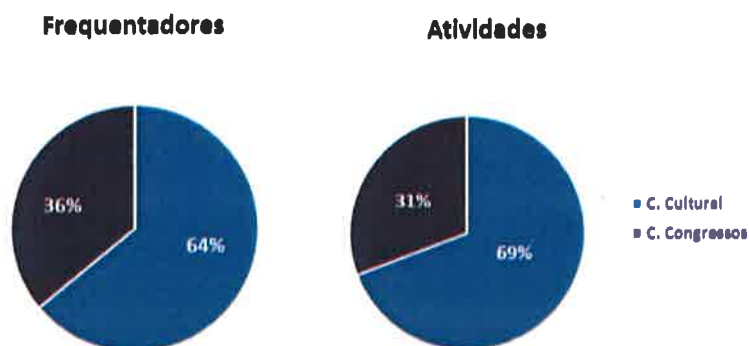


O volume da atividade do TM é suscetível de ser avaliado através da quantidade de eventos realizados e, ainda, pelo número de espetadores/frequentadores. Em 2017 foram realizadas um conjunto de **179 atividades** para um total de público na ordem das **29.898** pessoas. Estes valores representam uma média de cerca de **16,3 eventos/mês** (média relativas a 11 meses, na medida em que o TM me agosto, por regra, está encerrado e não tem atividade), o que representa uma média de **4,1 eventos por semana**.

Numa análise mais aprofundada, foram realizados 44 espetáculos, nas áreas da Dança, Teatro e Música, 12 sessões de Cinema e outras 68 atividades, nas quais se integra o Serviço Educativo do TM (que engloba a maioria destas iniciativas). Registamos, igualmente, a realização de 5 Congressos, 31 eventos de carácter profissional/institucional (seminários, palestras e outros) e 19 eventos de carácter social/privado, nomeadamente, jantares, festas, entre outros.

2016 Versus 2017

Ao nível da distribuição entre o Centro Cultural e o Centro de Congressos, o gráfico seguinte permite-nos observar que 69% das atividades foram desenvolvidas pelo Centro Cultural, e tiveram uma distribuição equiparada em termos de público, apresentando 64% do total de frequentadores.



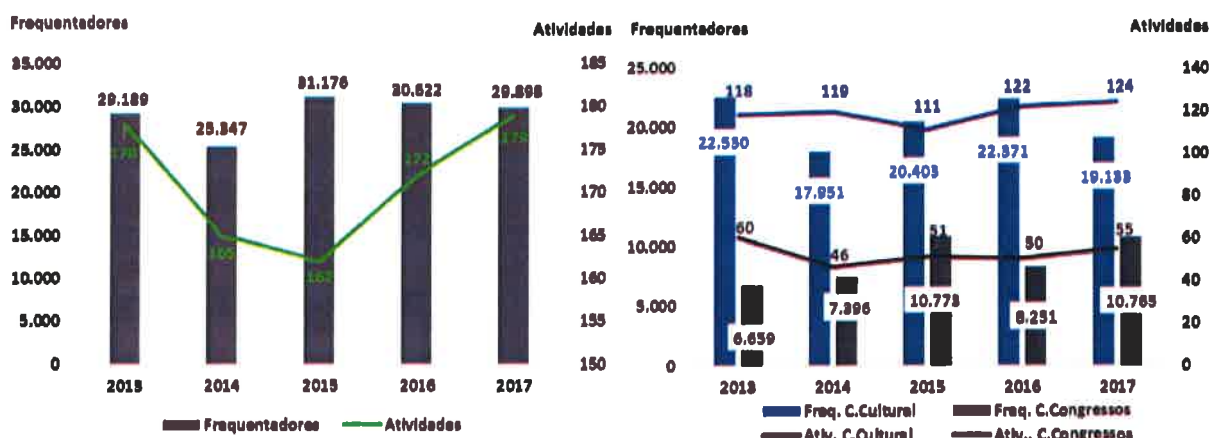
Na comparação homóloga com o ano anterior, verificamos que, em 2017, assistimos a uma ligeira diminuição de frequentadores (-2%), resultado da redução observada no Centro Cultural (menos 3.238 pessoas), que foi quase compensada pelo aumento verificado no Centro Congressos (mais 2.514 pessoas). Quanto ao total de atividades, registamos mais 2 no Centro Cultural e mais 5 no Centro Congressos, perfazendo um total de 179, o que representa um aumento de mais 7 atividades (+4%) do que em 2016.

TM	Nº Frequentadores/ Espectadores				Nº Atividades			
	2017	2016	Var. Absoluta	Var. Relativa	2017	2016	Var. Absoluta	Var. Relativa
TOTAL C. CULTURAL	19.133	22.371	-3.238	-14%	124	122	2	2%
TOTAL C. CONGRESSOS	10.765	8.251	2.514	30%	55	50	5	10%
TOTAL TM	29.898	30.622	-724	-2%	179	172	7	4%

EVOLUÇÃO 2010-2016

A evolução de Freqüentadores e de Atividades no TM é fortemente influenciada pelo Centro de Congressos, cuja procura resulta de solicitações externas, originando um grau de imprevisibilidade muito grande, e que acarreta um forte impacto no número de atividades mas, principalmente, ao nível de público e da receita.

Em 2013 e 2014, verificamos que a quebra de público acompanhou o decréscimo do número de atividades desenvolvidas e que, nos últimos 3 anos, conseguiu-se uma recuperação/manutenção de público, acompanhada pelo número de atividades desenvolvidas. Em 2017, os valores alcançados são muito similares aos totais registados em 2013, já se compararmos com 2016 verificamos que há um aumento da dinâmica do Centro de Congressos e do Centro Cultural, sendo que neste ultimo o aumento de atividades não se traduziu em mais público. No total de frequentadores o diferencial do período homólogo situou-se em menos 724 pessoas.



CENTRO CULTURAL

O Centro Cultural continua a ter o reconhecimento do público e constitui o aspeto com mais visibilidade da atividade do TM. A programação em 2017 manteve o rumo delineado nos últimos anos, apoiada no acolhimento de espetáculos de relevante interesse cultural e com forte reconhecimento por parte do público local.

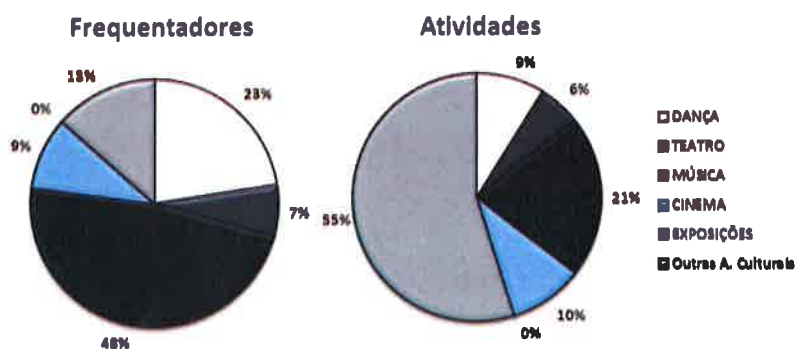
Mantivemos a opção de promover, pelo menos, um “cabeça de cartaz” com cadência mensal (através da obtenção de um patrocínio/apoio), compondo o calendário mediante o equilíbrio estabelecido entre a concretização dos alugueres e a solidificação das parcerias com criadores regionais. À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, a contenção orçamental define as opções de programação e a nossa disponibilidade para participar em coproduções, no agendamento de objetos artísticos mais experimentais, dirigidos a nichos de público. Não obstante isto, este tem sido o modelo que tem garantido a manutenção de uma programação regular, não é um modelo estanque, pelo que tem sido objeto de um aperfeiçoamento continuado.

Em 2017, a programação cultural abrangeu **124 atividades** e alcançou **19.133 pessoas**, da qual gostaríamos de destacar os espetáculos que nos permitiram esgotar a sala, e que passamos a elencar: O Gato das Botas (com os alunos do conservatório); Rodrigo Leão; António Zambujo; Companhia Nacional de Bailado (2 espetáculos); Vestida de Ti (Espetáculo da Professora Ana Cosme); Analepse (Ginásio Corpore); e o espetáculo do Harlem Gospel Choir.

Pela relevância artística, temos de destacar os concertos de Jose Gonzalez, Susana Baca, Luisa Sobral e Ricardo Ribeiro; a estreia do bailarino Rui Horta no âmbito do Paralelo - Festival de Dança; as peças “Moçambique” da Mala Voadora e o “Olhar de Milhões” de Raquel Castro no âmbito da bolsa de emergentes da Rede 5 Sentidos, a parceria com o festival Walk & Talk e com a Direção Regional da Cultura no acolhimento de alguns espetáculos da Temporada Artística 2017.

EM RESUMO, em 2017 obtivemos o seguinte resultado ao nível de Público e Atividades:

TM	Nº Frequentadores/ Espectadores	Atividades
DANÇA	4.321	11
TEATRO	1.307	7
MÚSICA	9.135	26
CINEMA	1.791	12
EXPOSIÇÕES	0	0
Outras A. Culturais	2.579	68
TOTAL C. CULTURAL	19.133	124



A nossa oferta cultural em 2017, que se expressa no número de atividades desenvolvidas, teve nas **Outras Atividades Culturais** (55%) o número mais expressivo, preenchidas na sua maioria pelas ações do Serviço Educativo. Convém esclarecer que este elevado número de atividades corresponde à realização de Workshops, Oficinas e Visitas Guiadas, concebidas para uma dimensão/lotação reduzida. Às **Outras Atividades Culturais**, seguiu-se a **Música** (21%), o **Cinema** (10%), a **Dança** (9%), o **Teatro** (6%) e por fim as **Exposições** (sem registos em 2017).

Ao nível dos espectadores/frequentadores continua a ser notória a prevalência pela **Música** (48%), seguindo-se a **Dança** (23%), as **Outras Atividades Culturais** (13%), o **Cinema** (9%) e o **Teatro** (7%).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:
MÚSICA
23 espetáculos/26 apresentações

ESPETÁCULO	MÊS	DATA	SALA	LOTAÇÃO	% OCUPAÇÃO
O Gato das Botas	Janeiro	07.01.2017	Auditório	739	95%
Nolserv	Janeiro	28.01.2017	Auditório	739	60%
Ana Paula Andrade	Fevereiro	18.02.2017	Auditório	739	44%
Rodrigo Leão	Março	10.03.2017	Auditório	739	100%
João Bernardo Trio	Março	18.03.2017	Auditório	739	24%
Antônio Zambujo	Abril	01.04.2017	Auditório	739	100%
José González	Mai	06.05.2017	Auditório	739	83%
Rebeldes V.2	Mai	19.05.2017	Auditório	739	11%
Antônio Rosado e Filipe Quaresma	Junho	09.06.2017	Auditório	739	24%
Susana Baca	Junho	24.06.2017	Auditório	739	56%
Violas do Atlântico	Junho	28.06.2017	Salão Nobre	200	28%
Amizade Açores@Minho	Setembro	15.09.2017	Auditório	739	27%
Rita RedShoes	Setembro	30.09.2017	Auditório	739	66%
Recital Piano - Lucas Thomazinho	Outubro	01.10.2017	Salão Nobre	150	67%
A Viola Que Nos Toca II	Outubro	04.10.2017	Auditório	739	24%
Giovanna Barbati	Outubro	27.10.2017	Auditório	739	23%
Orquestra Angrajazz	Outubro	28.10.2017	Auditório	739	48%
Marino Formenti	Outubro	31.10.2017	Auditório	739	21%
Alban Berg Ensemble	Novembro	01.11.2017	Auditório	739	25%
Lúisa Sobral	Novembro	11.11.2017	Auditório	739	76%
Viagens na Minha Terra	Novembro	17.11.2017	Auditório	739	21%
Banda Militar dos Açores	Novembro	25.11.2017	Auditório	739	100%
Maria Bettencourt	Novembro	30.11.2017	Palco	150	30%
Ricardo Ribeiro	Dezembro	02.12.2017	Auditório	739	38%
Harlem Gospel Choir	Dezembro	09.12.2017	Auditório	739	100%
Concerto Solidário	Dezembro	20.12.2017	Auditório	739	53%

TEATRO
6 espetáculos/7 apresentações

ESPETÁCULO	MÊS	DATA	SALA	LOTAÇÃO	% OCUPAÇÃO
Adalberto Silva Silva	Fevereiro	11.02.2017	Auditório	739	12%
Sala de Embarque	Março	25.03.2017	Palco	167	100%
Sexo sem Tabus	Junho	07.06.2017	Auditório	739	47%
Sexo sem Tabus	Junho	07.06.2017	Auditório	739	47%
Se Eu Vivesse Tu Morrias	Julho	15.07.2017	Palco	93	87%
Moçambique	Outubro	21.10.2017	Auditório	739	28%
O Olhar de Milhões	Dezembro	16.12.2017	Palco	100	60%

DANÇA
5 espetáculos/6 apresentações

ESPETÁCULO	MÊS	DATA	SALA	LOTAÇÃO	% OCUPAÇÃO
O Lago dos Cisnes	Abril	09.04.2016	Auditório	739	100%
Dia Mundial da Dança	Abril	29.04.2016	Palco	150	92%
Pedaços de Mim e de Nós	Junho	11.06.2016	Auditório	739	98%
#Dancewithsomebody	Julho	16.07.2016	Auditório	739	42%
Açores, Uma Jornada de Sonho	Dezembro	03.12.2016	Auditório	739	77%
Açores, Uma Jornada de Sonho - Escolas	Dezembro	06.12.2016	Auditório	739	22%

CINEMA

9 espetáculos/11 apresentações

ESPETÁCULO	MÊS	DATA	SALA	LOTAÇÃO	% OCUPAÇÃO
Companhia Nacional de Bailado	Abril	21.04.2017	Auditório	739	83%
Companhia Nacional de Bailado	Abril	22.04.2017	Auditório	739	100%
A Tundra	Abril	29.04.2017	Auditório	739	23%
Preto no Branco	Maior	13.05.2017	Auditório	739	30%
Vestida de Ti	Junho	03.06.2017	Auditório	739	100%
Analepse	Junho	17.06.2017	Auditório	739	100%
Suite	Julho	01.07.2017	Auditório	739	83%
Equanimidade	Julho	28.07.2017	Auditório	739	25%
Vespa	Setembro	23.09.2017	Palco	110	100%
Nocturno - Escolas	Novembro	17.11.2017	Palco	110	95%
Nocturno	Novembro	18.11.2017	Palco	100	100%

TM - CENTRO CULTURAL | ANÁLISE EM TERMOS EVOLUTIVOS

TM	Nº Freqüentadores/ Espetadores				Nº Atividades			
	2017	2016	Var. Absoluta	Var. Relativa	2017	2016	Var. Absoluta	Var. Relativa
DANÇA	4.321	2.636	1.685	64%	11	6	5	83%
TEATRO	1.307	4.582	-3.275	-71%	7	15	-8	-53%
MÚSICA	9.135	10.768	-1.633	-15%	26	33	-7	-21%
CINEMA	1.791	2.540	-749	-29%	12	15	-3	-20%
EXPOSIÇÕES	0	60	-60	-100%	0	1	-1	-100%
Outras A. Culturais	2.579	1.785	794	44%	68	52	16	31%
TOTAL C. CULTURAL	19.133	22.371	-3.238	-14%	124	122	2	2%

Em termos comparativos, não obstante se tenha realizado **mais 2 atividades** no Centro Cultural, registou-se uma **diminuição no número de frequentadores/espetadores de -14%** (- 3.238 espectadores) em relação ao período homólogo. O aumento do número de atividades registado na Dança e Outras Atividades Culturais significou um impacto positivo ao nível de frequentadores, mas o mesmo não foi suficiente para compensar o decréscimo de atividades e de público nas restantes modalidades.

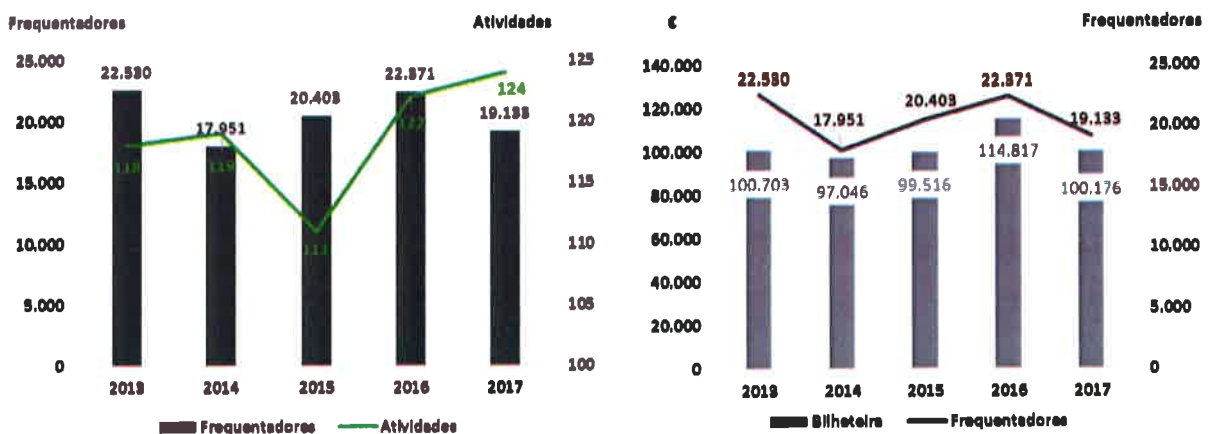
No que respeita à **Dança**, as produções regionais continuaram a ser predominantes, nomeadamente, pela promoção dos seus espetáculos anuais/bienais e pela garantia de público associado. Em 2017, o **Teatro** perdeu muito público e é, de todas as áreas artísticas, a mais sacrificada em termos orçamentais, pois o investimento é sempre muito deficitário, o que limita sobremaneira a sua dinamização. O fim do festival JUVEARTE, em 2016, é uma das explicações para a redução acentuada deste segmento. A **Música** continua a representar 48% da nossa oferta, facto que está intimamente correlacionado com a resposta do público e pelo interesse dos patrocinadores. Também aqui, e por questões que se prendem com o facto de 2017 ter sido um ano atípico, sobretudo, pela realização de eleições municipais, que originou um maior número de festivais e, ainda, pela maior dinâmica do Coliseu Micaelense em ano de centenário, realizamos menos concertos, com nomes menos populares, e por esse facto tivemos, inevitavelmente, uma diminuição de espectadores. No **Cinema** mantivemos o ciclo "O Filme da Minha Vida" e iniciámos uma Mostra de Cinema Sueco Contemporâneo, os quais

não foram suficientes para compensar a perda de atividades e de espectadores, em parte pela redução de sessões para escolas (realizadas no ano transato no âmbito da extensão do festival a “Monstra - Festival de Cinema de Animação de Lisboa”). Os números associados a **Outras Atividades Culturais** resulta do aumento significativo das atividades associadas ao Serviço Educativo que em 2017 sofreu um incremento, em parte derivado de alguns objetivos pré-definidos e da renovação da oferta permanente de oficinas e ateliers. Fruto da conjuntura que atravessamos, as **Exposições** foram consideradas não-prioritárias pelo TM, pelo que a sua promoção está apenas circunscrita a mostras residuais e a pequenas exposições ilustrativas nos expositores colocados no vestíbulo e foyer, não se tendo realizado nenhuma iniciativa no decorrer do ano.

EVOLUÇÃO 2013-2017

O período de contenção que experienciamos obrigou a uma profunda alteração no funcionamento do TM, caracterizado pela redução acentuada de gastos associados à programação, consequência direta da diminuição das receitas provenientes do Centro de Congressos e dos patrocínios.

Apesar de todas estas condicionantes, o seu impacto, ao nível do público e de bilheteira, acabou por não ter muito significado. O número de frequentadores tem sido constante, próximo dos 20.000 e a receita de bilheteira em valores situados na casa dos 100.000€. Em termos homólogos em 2016 obtivemos o melhor resultado, dos últimos 5 anos, no Centro Cultural. Por regra, embora não seja sempre assim, a um melhor desempenho do Centro de Congressos corresponde um menor resultado do Centro de Cultural, existindo a mesma correlação no sentido inverso.



PROMOÇÃO | COMUNICAÇÃO

Em 2017, o Teatro Micaelense continuou a privilegiar um forte plano de comunicação, com o intuito de manter um elevado nível de notoriedade institucional e visibilidade pública dos seus parceiros.

Tendo em vista a manutenção destes objetivos, o Teatro Micaelense manteve a sua rede de comunicação exterior, promovendo os seus espetáculos em outdoors (5) e mupis (11), localizados em áreas estratégicas no perímetro urbano de Ponta Delgada. Foram também mantidos os protocolos de parceria que permitem a colocação de estruturas de divulgação do Teatro em grandes superfícies comerciais, como o Centro Comercial Solmar e o Parque Atlântico.



Mantendo a habitual estratégia de divulgação da programação por trimestre e/ou quadrimestre, foram produzidas, ao longo do ano, 3 edições da agenda cultural, com uma tiragem de 2.000 exemplares cada.

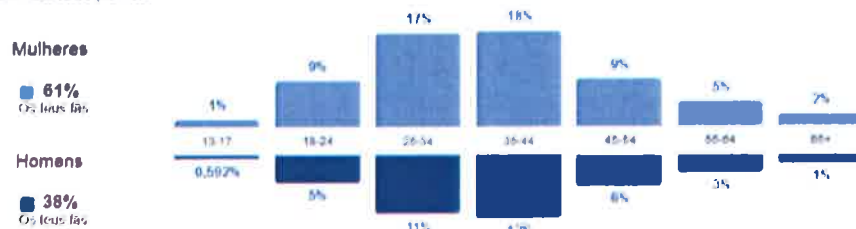
Ao nível da publicidade institucional na imprensa e na rádio, o Teatro manteve uma presença regular na Antena 1 - Açores e no jornal diário Açoriano Oriental, resultado dos protocolos e acordos estabelecidos com a RTP - Açores e com a Direção Regional da Cultura.

As conferências de imprensa, os comunicados de imprensa e os contactos personalizados para o agendamento de entrevistas com os criadores e/ou intérpretes dos espetáculos, permitiram que o TM registasse mais de 300 menções na imprensa.

As plataformas digitais continuam demonstrar que são, neste tempo, um dos mais importantes veículos promocionais. Em termos de redes sociais, a mais relevante continua a ser o Facebook: em 2017, a página oficial do Teatro Micaelense aumentou a sua visibilidade, obtendo novos 1.606 "gostos", encerrando o ano com 11.664 fãs. Potenciando o alcance desta ferramenta, em 2017 o Teatro Micaelense começou a apostar também em anúncios pagos para promover determinados eventos.



Dados demográficos agregados sobre as pessoas que gostam da tua Página com base na idade e no sexo que indicam nos seus perfis.



O Twitter e o Instagram, embora menos utilizados, também observaram um crescimento, contando agora com 2.219 e 2.147 seguidores, respetivamente.

O site do Teatro Micaelense foi visitado por 15.852 utilizadores. Estes visitantes geraram 85.361 visualizações. A lista de e-mailing, para a qual são enviadas newsletters mensais de divulgação da programação, encerrou 2017 com 1.486 subscritores ativos.

Tendo em vista a necessária renovação da sua imagem institucional, o Teatro Micaelense promoveu no último trimestre do ano um concurso de ideias, de âmbito nacional, para a elaboração de um novo logotipo. As propostas a concurso serão avaliadas em janeiro de 2018, com vista à criação de um novo site e de uma nova identidade gráfica associada à promoção.

REDE 5 SENTIDOS

Em 2013, o Teatro Micaelense passou a integrar a rede **5 SENTIDOS**, uma estrutura criada em 2009, no âmbito do QREN 2007-2013, com o intuito de promover a programação cultural e a produção artística em rede. Atualmente composta por 11 equipamentos culturais do país, a 5 Sentidos procura apoiar e dinamizar o desenvolvimento das artes performativas em Portugal organizando digressões de espetáculos e apoiando a produção de novas criações através de cofinanciamentos, coproduções e residências. A estratégia da rede **5 Sentidos** - assente na troca de saberes, processos e experiências de trabalho - visa fortalecer o desempenho dos parceiros, dinamizar a criação artística e alargar os públicos.

Os equipamentos que integram esta rede de programação cultural são: Teatro Viriato (Viseu), Centro Cultural Vila Flor (Guimarães), Centro de Artes de Ovar (Ovar), O Espaço do Tempo (Montemor-o-Novo), Teatro Académico Gil Vicente (Coimbra), Maria Matos Teatro Municipal (Lisboa), Teatro Micaelense (Ponta Delgada), Teatro Municipal da Guarda, Teatro Nacional São João (Porto), Teatro Virgínia (Torres Novas) e o Rivoli - Teatro Municipal (Porto).

Em 2017 apresentamos dois espetáculos resultantes da bolsa de criadores emergentes nas áreas do Teatro e da Dança, "A Tundra" do coreógrafo Luis Guerra e "O Olhar de Milhões" da atriz/encenadora Raquel Castro.

FORMAÇÃO DE PÚBLICOS

O **Serviço Educativo** do TM promove a inclusão pela arte e um trabalho continuado na Formação de Públicos. Em 2017 mantivemos, neste setor, a dinâmica dos anos anteriores, nomeadamente, na realização de ações regulares junto do público juvenil/jovem, através de oficinas, visitas e a realização de espetáculos estruturados com a restante programação.

Face aos custos de deslocação que as escolas e os alunos têm de suportar para aceder ao espaço, esta administração decidiu que as atividades permanentes do Serviço Educativo são de acesso gratuito, por forma a viabilizar um acesso mais regular e equitativo por parte das escolas/alunos oriundos de localidades mais periféricas em relação ao TM.

Em 2017, o Serviço Educativo desenvolveu **65 atividades, entre permanentes e pontuais, impactando cerca de 5.406** pessoas, na sua grande maioria crianças e jovens, continuando a assumir um papel pedagógico importante na comunidade local. As atividades permanentes mantiveram o modelo dos últimos anos, cuja ação é desenvolvida pela nossa Coordenadora que orientou as visitas guiadas e alguns ateliês. As outras atividades e oficinas foram realizadas com recurso a formadores externos que os conceberam e orientaram em estreita colaboração com o TM.

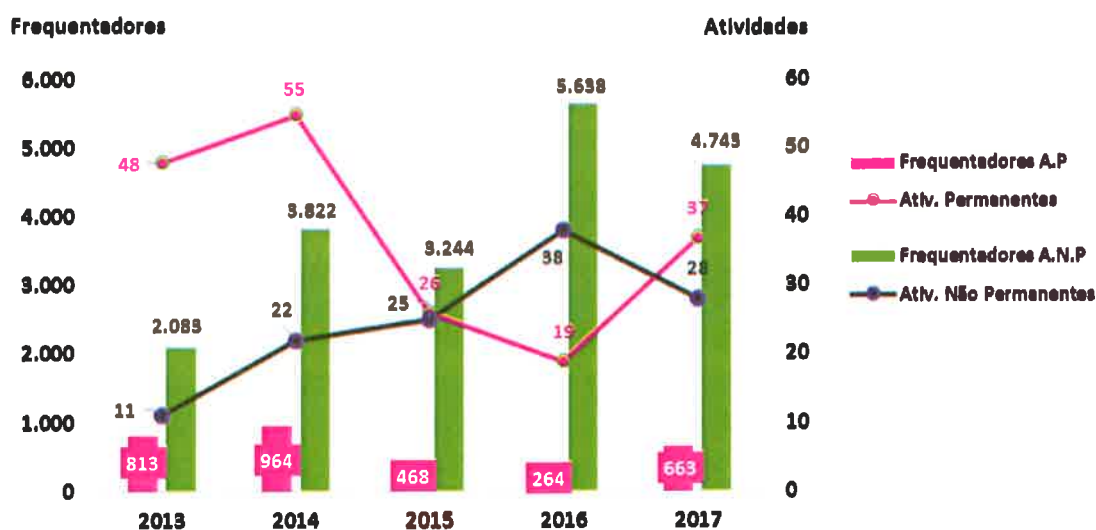
38
WEm síntese, e ao longo de 2017, realizaram-se as seguintes atividades permanentes e não permanentes:

- **24 Visitas Guiadas** a turmas provenientes de todos os concelhos da Ilha de São Miguel, algumas complementadas por oficinas e ateliês, num total de **478 crianças/jovens**;
- **1 Ateliê “Descobrir a Música”** concebidos e orientados pela formadora Marta Cruz com **7 participantes**;
- **3 Ateliês “O Lugar dos Fantoches”** orientados pela formadora Marta Cruz que contou com **53 participantes**;
- **4 Oficinas “Cinema, A Grande Ilusão”** concebidos e orientados pelo formador Vítor Silva com **38 participantes**;
- **5 Ateliês “Vem Dançar...Vem conhecer o teu corpo”** dirigidos pela formadora Maria João Gouveia que contou com **87 participantes**;
- **1 Laboratório “Electracústico de Experimentação Sonora”** desenvolvido e orientado por Emanuel Cabral e Mário Moniz com **24 participantes**;
- **1 Masterclass “Companhia Nacional de Bailado (CNB)”** que contou com **11 participantes**;
- **1 Workshop “Aproximação à Dança (CNB)”** com **40 participantes**;
- **1 Masterclass “Inshadow”** com **38 participantes**;
- **1 Casting “Vespa”** concretizada antes do espetáculo com **3 participantes**;
- **1 Estágio** promovido pelo **Conservatório Regional de Ponta Delgada (CRPD)** com **170 participantes**;
- **1 Sessão “Leituras Dramatizadas”** no âmbito do Dia Mundial do Teatro que contou com **165 participantes (oriundos de várias escolas de Ponta Delgada)**;
- **4 Audições de Piano** realizadas pelo CRPD com **126 participantes**;
- **3 Audições de Violoncelo** concretizada pelo CRPD com **340 participantes**;
- **1 Audição de Guitarra** efetuada pelo CRPD com **70 participantes**;
- **1 Audição de Violino** desenvolvida pelo CRPD com **150 participantes**;
- **1 Audição de Saxofone** orientada pelo CRPD com **60 participantes**;
- **2 Espetáculos de Teatro - “Sexo sem Tabus”** dirigidos às escolas que contou com **700 participantes**;
- **1 Sessão Cinema para Escolas - “No Escuro do Cinema Descalço os Sapatos”** com **64 participantes**;
- **1 Sessão Cinema para Escolas “Ilusão”** com **150 participantes**;
- **1 Concerto de Música - “O Gato das Botas”** com **703 participantes**;
- **1 Concerto de Música - “Viagens na Minha Terra”** que contou com **154 participantes**;
- **1 Espetáculo de Dança - “Preto no Branco”** criado e orientado pela professora Rosa Macedo com **221 participantes**;
- **1 Espetáculo de Dança “Vestida de TI”** criado e dirigido pela professora Ana Cosme com **739 participantes**;
- **1 Espetáculo de Dança “Suite”** dirigido pela professora Ana Cymbron, com **611 participantes**;
- **2 Espetáculos de Dança - “Nocturno”** com uma sessão desenvolvida para as escolas que contou com **204 participantes**;

EM SÍNTESE, em 2017 obtivemos os seguintes resultados:

ÁREA	Nº Frequentadores/ Espetadores	Nº Atividades
PERMANENTES	663	37
VISITAS GUIADAS	478	24
WORKSHOPS/ ATELIÉS	185	13
NÃO PERMANENTES	4.743	28
DANÇA	1.775	5
MUSICA	857	2
TEATRO	700	2
CINEMA	214	2
OUTRAS A. CULTURAIS	1.197	17
TOTAL	5.406	65

TM | SERVIÇO EDUCATIVO | Evolução Nº Frequentadores e Nº Atividades



Em 2017 podemos observar que a diminuição das Atividades Não Permanentes (ANP) conduziram a um decréscimo do número de frequentadores (-895 pessoas), e que o aumento das Atividades Permanentes (AP) originaram um acréscimo de frequentadores (+399 pessoas), perfazendo no total um decréscimo de público (-496 pessoa), no comparativo com 2016, isto apesar de se terem realizado mais atividades (+ 8).

AP - visitas guiadas e workshops realizados pela nossa coordenadora ou formadores externos, ações com lotação reduzida, normalmente, entre 10-20 pessoas.

ANP - atividades/espetáculos na área da música, dança, teatro, cinema, exposições e outras direcionadas para um público infantojuvenil ou onde é desenvolvida uma ação pedagógica.

CENTRO DE CONGRESSOS

O Centro de Congressos constitui uma área muito importante na atividade da Teatro Micaelense S.A. pelo volume de receitas que gera mas, particularmente, pela abertura à comunidade de um espaço de excelência para a realização de iniciativas privadas e de carácter institucional.

Neste contexto, em 2017 o Centro de Congressos realizou **5 congressos, 31 seminários, palestras, workshops, reuniões, formações e 19 jantares, festas e outros eventos** com um total de **10.765 participantes**. Este conjunto de atividades resultam da prestação de serviços do TM a entidades privadas/institucionais (à exceção do Baile de Máscaras).

Efetuamos em 2017 os seguintes os eventos privados ou de acesso reservado:

- 4 REUNIÕES / SATA
- 2 FORMAÇÕES / SATA
- OPEN DOOR / SATA
- REUNIÃO / DR CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- CONFERÊNCIA CIRCOM / RTP
- BAILE DE MÁSCARAS - CARNAVAL
- 2 CONSELHOS REGIONAIS DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA
- 2 ASSEMBLEIAS GERAIS / ATA
- LANÇAMENTO DISCO “Viola de Dois Corações”
de Luís Gil Bettencourt
- REUNIÃO / DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE
- 4 REUNIÕES / TESTEMUNHAS DE JEOVÁ
- CONGRESSO JEOVÁ
- 14TH EUROPEAN GEOPARKS CONFERENCE
- FÓRUM USISM / UNIDADE SAÚDE ILHA SÃO MIGUEL
- 5 APRESENTAÇÕES / CRIOESTAMINAL
- FORMAÇÃO OCC / ORDEM CONTABILISTAS CERTIFICADOS
- CONGRESSO ABTA
- CONFERÊNCIA AUTONOMIA / ASSM
- CONFERÊNCIA / TRANQUILIDADE e AÇOREANA
- APRESENTAÇÃO / SR RELAÇÕES EXTERNAS
- CONFERÊNCIA / AICOA
- JANTAR ALLIANZ
- LANÇAMENTO DO LIVRO “Gente com Eu” de Carlos Oliveira
- APRESENTAÇÃO / FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA
PARA O DESENVOLVIMENTO
- GALA EMPREENDEDOR / SDEA
- CONFERÊNCIA | AÇOREANA / TRANQUILIDADE
- CONGRESSO BUIATRIA
- JANTAR AGROUTIL
- JANTAR REPSOL
- LANÇAMENTO DO LIVRO “União Europeia, Reforma
ou Declínio” de Eduardo Paz Ferreira
- LANÇAMENTO DISCO “Mar de Capelo” de Aníbal
Raposo
- LANÇAMENTO LIVRO “Açores no Mundo” de José
Andrade
- LANÇAMENTO LIVRO “Um Perigoso Leitor de
Jornais” de Carlos Tomé
- COCKTAIL & JANTAR / STRATEVENT
- LANÇAMENTO LIVRO “Retratos Imperfeitos” de
Luiz Fagundes Duarte
- COMÍCIO AUTÁRQUICO / PSA
- JANTAR / UNIVERSIDADE DOS AÇORES
- LANÇAMENTO DO LIVRO “Voando...A Unir o que o
Mar Separa” de Ermelindo Peixoto
- JANTAR / DR TURISMO
- JANTAR EPROSEC
- FESTA NATAL / EDA
- FESTA DE NATAL / BENSUAUDE

TM - CENTRO CONGRESSOS | ANÁLISE EM TERMOS EVOLUTIVOS

TM	Nº Freqüentadores/ Espetadores				Nº Atividades			
	2017	2016	Var. Absoluta	Var. Relativa	2017	2016	Var. Absoluta	Var. Relativa
Congressos	2.000	650	1.350	208%	5	1	4	400%
Seminários, palestras, wshops	4.292	4.913	-621	-13%	31	36	-5	-14%
Jantares, festas e outros	4.473	2.688	1.785	66%	19	13	6	46%
TOTAL C. CONGRESSOS	10.765	8.251	2.514	30%	55	50	5	10%

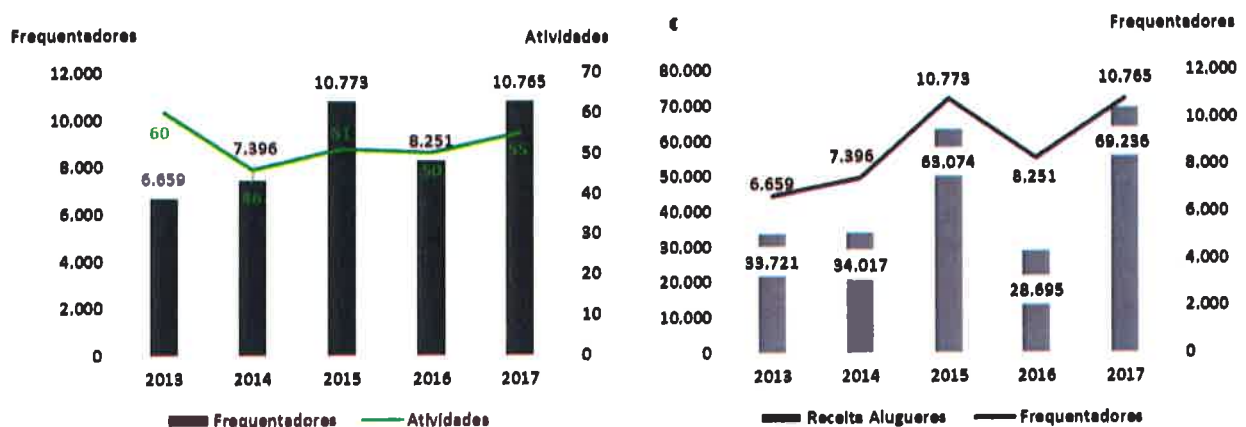
Comparativamente a 2016, observamos, no total, um acréscimo de cinco atividades (+10%) com um aumento significativo ao nível de frequentadores, ascendendo no total a mais 2.514 pessoas (+30%).

Em 2017, realizamos 5 Congressos, o que constituiu um aumento de (+400%) em relação a 2016, onde tínhamos realizado apenas 1 Congresso. Esta realidade acarretou efeitos significativos ao nível de público e da receita.

Relativamente à realização de Seminários, Palestras e Workshops, estes registaram menos cinco atividades, que trouxeram impacto negativo no decréscimo de público (-13%).

Quanto aos Jantares, Festas e outros, tiveram mais seis atividades e um aumento significativo do número de frequentadores com +1.785 pessoas (+66%).

Considerando o histórico dos últimos 5 anos, podemos constatar que o número as atividades se tem situado entre as numa média de 50 por ano e o público entre os 6.500/10.700 pessoas. A conjuntura pouco favorável dos últimos anos tem condicionado a realização de iniciativas privadas no Centro de Congressos. A tendência recente tem privilegiado eventos de menor dimensão e receita para o TM. Contudo, em 2015, e agora em 2017, observou-se uma inversão desta tendência, mostrando a grande inconstância e incerteza desta atividade, cujo impacto é expressivo, indubitavelmente, ao nível da Receita.





1.3 ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CINETEATRO MIRAMAR

O Cineteatro Miramar, abreviadamente designado por MM, manteve a sua missão de cariz sociocultural junto da comunidade onde se insere, nomeadamente, o trabalho em parceria com a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, as escolas, associações e demais agremiações sociais e culturais da Vila de Rabo de Peixe.

Ao longo do ano foi possível dar continuidade às atividades que se tinha proposto realizar, tais como:

- Efetuar extensões da oferta educativa do TM (sempre que possível);
- Promover concertos pela Escola de Música e outras instituições locais;
- Promover a realização de espetáculos de Teatro e outras atividades;
- Disponibilizar o espaço para os ensaios semanais da Escola de Música;
- Disponibilizar o espaço para o funcionamento diário da Ludoteca da Santa Casa da Misericórdia;
- Acolher, gratuitamente, as atividades que são propostas pelas associações e instituições locais, nomeadamente, a Escola Profissional, a Junta de Freguesia e a Escola Básica Integrada Rui Galvão de Carvalho.

Durante o ano de 2017, a Ludoteca mobilizou mais de **10.222 crianças/jovens**, a Escola de Música contou com **120 alunos** e realizaram-se no Miramar **34 atividades** impactando **4.920 pessoas**, repartidos da seguinte forma:

ATIVIDADES	Nº Atividades		Nº Frequentadores/ Espetadores		VARIAÇÃO	
	2017	2016	2017	2016	Absoluta	Relativa
Atividades Culturais / Sociais e Pedagógicas	23	16	3.296	1.779	1.517	85%
Atividades Escolas	8	10	1.363	1.174	189	16%
Projeção de Video	3	8	261	1.361	-1.100	-81%
TOTAL	34	34	4.920	4.314	606	14%

As atividades realizadas no Cineteatro Miramar, representadas no quadro acima, resultam de solicitações de entidades externas e não de uma programação efetiva do TM. A nível global, podemos observar que o MM registou o mesmo número de atividades que em 2016, mas com um maior número de participantes/frequentadores (+14%). Este aumento ocorreu devido a um acréscimo de público nas atividades Culturais/Sociais e Pedagógicas (+85%) e de Escolas (+16%), que compensa a diminuição das Projeções de Vídeo/Filmes (-81%).

Importa referir que estas atividades decorrem de forma gratuita, quer na componente da utilização do espaço, quer na fruição do mesmo. O Teatro Micaelense não retira quaisquer benefícios económicos do ação desenvolvida no Cineteatro Miramar.

Junto elencamos as Atividades desenvolvidas no Miramar durante 2017:

- ❖ **Escola de Música:** aulas semanais de instrumento, bem como ensaios de conjunto semanais e apresentações públicas;
- ❖ **Atividades lúdicas e de leitura no âmbito da biblioteca/ludoteca;**
- ❖ **Aulas de informática e utilização livre dos computadores do quiosque multimédia;**
- ❖ **3 Projeções de filmes para as escolas da vila e ateliês;**

❖ Atividades Culturais/Sociais e Pedagógicas:

- Reunião sobre a cota do Goraz / Porto de Abrigo
- Sessão Comemorativa do 10º Aniversário da CDIJ Porto Seguro / Santa Casa Misericórdia Ribeira Grande
- Comemorações do 10º Aniversário da AJURPE com a visualização de 3 Curtas-metragens / Associação Juvenil de Rabo de Peixe
- 3ª Feira da Saúde - Palestras, exposições e rastreios / Associação Crescer com Confiança
- XIII Aniversário da Vila de Rabo de Peixe, Lançamento do Livro “Rabo de Peixe de Lugar a Vila” e homenagem a instituições / Junta de Freguesia Rabo de Peixe
- Seminário alusivo às Comemorações dos 20 anos do RSI nos Açores / Instituto Segurança Social dos Açores
- 2 Sessões “SOU EU” (Teatro de Fantoches/Dinâmica de Grupo) / Solidaried’Arte
- Orçamento Participativo / Câmara Municipal da Ribeira Grande
- Peça de Teatro “A Vida da Madre Teresa da Anunciada” / Junta Freguesia de Rabo de Peixe
- Peça de Teatro “As Iludências Aparudem” pelo EtCena - Grupo de Teatro da Associação Solidaried’arte / Santa Casa Misericórdia da Ribeira Grande
- Apresentação do Projeto “Chega-te à frente” / Juventude Socialista Rabo de Peixe
- Concerto Comemorativo dos 150 anos da Banda Filarmónica Lira do Norte / Banda Filarmónica Lira do Norte
- Seminário “Mar, Gastronomia e Inovação” no âmbito do Festival Caldo do Peixe / Associação de Pescas Rabo de Peixe
- Entrega de diplomas aos Mordomos de 2017 / Junta de Freguesia de Rabo de Peixe
- Apresentação da Candidatura de Jaime Vieira / Partido Social Democrata
- Apresentação da Candidatura de Ruben Farias / Partido Socialista
- 10º Aniversário / Vozes Mar do Norte
- Dramatização sobre o projeto (Crescer e Empreender) / Câmara Municipal Ribeira Grande
- 3 Festas Natal / Santa Casa Misericórdia Ribeira Grande
- Concerto Natal / Banda Filarmónica Lira do Norte
- **Atividades desenvolvidas pelas várias Escolas da Vila de Rabo de Peixe:**
 - Sessão de Esclarecimento sobre o Parlamento Escolar / Escola Profissional da Ribeira Grande
 - Sessão de Esclarecimento sobre Vendas e Distância / Escola Profissional da Ribeira Grande
 - Peça de Teatro “Anne Frank” / Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe
 - Sessão de Sensibilização intitulada “Boas Práticas na Utilização da Internet” / Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe
 - Peça de Teatro “Eu Sei, Sou Adolescente” / Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe
 - Dia Mundial do Teatro “Fábulas” de La Fontaine do grupo Vamos Fazer de Conta / Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe

- V feira da Saúde com palestras sobre hábitos alimentares / Escola Básica Integrada Rabo de Peixe
- Semana das línguas estrangeiras com palestra e pequenos sketches / Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe

A Escola de Música de Rabo de Peixe esteve, até 2014, sob a responsabilidade direta do TM. Em 2015, assumiu personalidade jurídica em nome próprio e formou a Associação Musical ESMusica.RP, possibilitando-lhe, de forma autónoma, concorrer a apoios, regionais e nacionais, específicos à sua atividade e que lhe estavam vedados. Esta tomada de decisão, teve como intenção a autonomização do projeto e a tentativa de garantir o financiamento necessário à sua atividade.

O TM não descarta a sua responsabilidade social na ação que mantém na Vila de Rabo de Peixe, garantido um trabalho de colaboração e parceria na atividade desenvolvida pela EMRDP.

1.4 INSTALAÇÕES E INVESTIMENTOS

INSTALAÇÕES

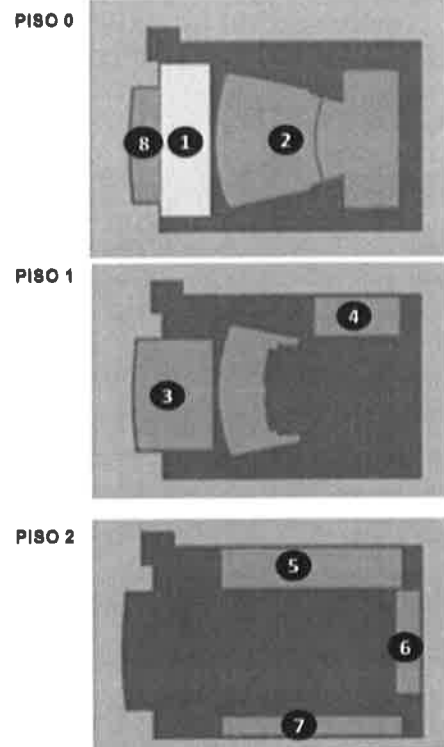
Equipado e com áreas que permitem responder às mais diversas necessidades, o Teatro Micaelense acolhe com sucesso congressos nacionais e internacionais de pequena e média dimensão, espetáculos, e os mais diversos tipos de eventos profissionais, culturais e sociais.

Dispõe de um Auditório com capacidade para 739 pessoas, um Salão Nobre com uma área de 286m², um Foyer com 283m² e quatro salas, que permitem o ajustamento a diferentes escalas de necessidades, possibilitando a realização de reuniões de trabalho, áreas expositivas, áreas de refeições, jantares de gala e festas diversas.

Para o ajudar na criação de momentos que perduram, o TM desenvolve ambientes requintados, onde a magia de um Teatro se alia à experiência, profissionalismo e qualidade de um serviço diferenciado.

Serviços ainda disponíveis: som, luz, multimédia, tradução simultânea, catering, decoração, hospedeiras e animação.

SALAS / ESPAÇOS		MEDIDAS/ CAPACIDADE
8	Vestíbulo	75 m ²
1	Foyer	288 m ²
2	Sala Principal - Auditório	738 lugares
3	Salão Nobre	286 m ²
5	Sete Cidades	230 m ²
4 6 7	Lagoa do Congro/ Fogo/ Nenúfares	108/ 93/ 160m ²



INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO

No que respeita às **intervenções** que foram possíveis realizar em 2017, dada a urgência e o investimento em causa, destacamos as seguintes:

EDIFÍCIO

- Substituição iluminação na entrada principal em Led, instalada desde 2013;
- Adaptação/recuperação dos sistemas de suspensão de lonas promocionais na fachada TM;
- Passagem e instalação de cabo trifásico e de torneira na Sala Congro;
- Reparação e manutenção dos projetores de iluminação no Salão Nobre;
- Pintura e manutenção nas paredes da Sala Fogo;

- Limpeza das alcatifas do 3º piso do TM;
- Intervenção de manutenção no bastidor de comunicações do piso 1;
- Manutenção elétrica de todas as bancadas dos Camarins, do palco e zonas afetas;
- Montagem de betoneira de controlo de iluminação no auditório e na bancada de direção de cena;
- Instalação de linha UPS para backup da rack de processadores do PA, no piso 2;
- Pequenas reparações de manutenção corrente no interior do TM.

EQUIPAMENTOS

- Reparação do circuito 3 do Chiller de AVAC, colocação de forra no quadro elétrico do AVAC para proteção do mesmo e reduzir a forte corrosão que lhe está associada;
- Reparação de Tubagem de água do ar condicionado no camarim 6;
- Reparação do amplificador Fender Twin Reverb;
- Devido à sua idade e estado de conservação foram realizadas diversas manutenções à viatura do TM;
- Pequenas substituições/manutenção em alguns equipamentos do edifício TM;
- Substituição de módulos de lâmpadas nos projectores Sony e Panasonic 16K;
- Alinhamento da cortina corta-fogo no Cineteatro Miramar.

CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS

Ao longo do ano foram cedidos os seguintes materiais:

- 3 baias, à SR da Energia, Ambiente e Turismo;
- 2 mesas redondas de 1.60m, à Detalhalecrim, Unipessoal, Lda;
- 1 câmara de vídeo Sovy HDR-HC7 e tripé, ao Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas;
- 4 estrados reguláveis (2mx1m), à RTP;
- 20 estrados reguláveis (2mx1m), ao Coliseu Micaelense;
- 6 toalhas verdes e respetivas saias com pregas, à Kairós;
- 25 cadeiras pretas, à Presidência do Governo Regional dos Açores;
- 2 sub-box de 20 mts-16+4 canais, à associação Musical Coral de São José;
- cabos XLR 10 mts, CEE 10 mts, adaptadores cee/shuko, extensões shuko/tripla, extensões shuko/shuko, tripés de microfone simples, rolos de linóleo dupla face, adaptador DMX, à Efémera Coleção - Associação Musical;
- 1 caceta, à Presidência do Governo Regional dos Açores;
- 30 cadeiras com braços, à Anda & Fala - Associação Cultural;
- 2 estantes, à Presidência do Governo Regional dos Açores;
- 15 cacetas e 1 lâmpada, à Quadrivium - Associação Artística;
- 7 mesas de cocktail, à Explorimaginário, Lda;
- 20 toalhas verdes e respetivas saias, à Direção Regional da Juventude;
- Colaboração na cedência da carrinha do TM e condutor ao Arquipélago para transportes de equipamentos/obras de arte quando solicitado (mediante disponibilidade interna da mesma);

- Colaboração na cedência de equipamentos específicos e apoio técnico para eventos na Blackbox do Arquipélago (instalação/operação/acompanhamento técnico garantido por 2 técnicos da Direção Técnica do TM).

EQUIPAMENTOS SOLICITADOS PELO TM

Ao longo do ano, foram solicitados pelo TM, os seguintes materiais:

- Mesa de iluminação MA (cedida pelo Arquipélago), isto porque as mesas pertença do TM estão em fim de vida, apresentando avarias sucessivas (por exemplo, a mesa Strand, com 15 anos, será abatida porque já não há soluções para a sua reparação ou a mesma não é viável em termos económicos);
- Mesa de som AVID SC48 (cedida pelo Arquipélago), por questões tecnológicas tem sido cada vez mais solicitada, evitando, igualmente, o recurso ao aluguer de um equipamento equiparado;
- Colunas amplificadas EV (cedidas por Arquipélago) para reforço quando necessário e reduzindo custos de aluguer;
- Projetor de vídeo Panasonic e suporte de suspensão (cedidos pelo Arquipélago) para utilização no Salão Nobre e outras adaptações no auditório em situações que os recursos internos não permitem;
- Linóleo branco/preto (cedidos pelo Arquipélago), o TM não dispõe de um conjunto de linóleo branco e, pontualmente, é necessário o reforço de linóleo preto para espetáculos que necessitam de uma maior área de palco;
- Projetores de iluminação (cedidos pelo Arquipélago), casos do strob e reforço pontual de outros tipos de projetores convencionais.

INVESTIMENTOS

A inovação tecnológica tornou obsoleto um conjunto de equipamentos do TM, em particular na componente cénica (palco/auditório/AVAC/iluminação), cuja substituição está a ser preparada e prevê uma intervenção profunda em toda a estrutura. Calculamos que a mesma possa ocorrer a curto/médio prazo mas tal dependerá da disponibilidade de investimento, situação a estudar e programar em articulação com o Governo Regional. Independentemente disso, temos efetuado investimentos pontuais, de baixo custo, mas que são fundamentais para a atividade corrente. E outros relacionados com a segurança do edifício, na medida em que estamos num processo de revisão e implementação das MAP

- Medidas de Autoproteção.

Destacamos os seguintes investimentos realizados em 2017:

- Instalação da rede WIFI pela PT Comunicações (MEO) em todo o Edifício, inclusive, camarins e piso 3;
- 1 router profissional que permite mais segurança na nossa rede interna através da criação de VPN's;
- Papeleiras e toalheiros (para papel) em inox para WC's do piso 2;
- Telas UV para as janelas do piso 3, forma a proteger o mobiliário e documentos da forte exposição solar a sul;
- Aquisição de microfone DPA para contrabaixo e pickup Schertler;
- Aquisição de reforço de memória RAM para portáteis da DT (eventos);
- Aquisição de cablagem HDMI, splitter HDMI (vídeo eventos), kit extenders GEFEN HDMI over Cat5 (para substituir equipamento avariado);

- Aquisição de kits de som para salas polivalentes (apoio a eventos);
- Aquisição de membranas de agudos monitores EV;
- Aquisição de outros pequenos equipamentos/utensílios para manutenção do edifício e equipamentos: serra Tico-tico Skill, lixadora Einwell, substituição das rodas dos porta-paletes, lavadora de pressão Bosh, mangueira 50m.

Todos os edifícios e recintos, incluindo os existentes, são obrigados a implementar **Medidas de Autoproteção**. As Medidas de Autoproteção exigíveis por Lei dependem da Utilização -Tipo (UT) e da categoria de risco do espaço. A Utilização Tipo em que se insere o Teatro Micaelense é a VI - a de Espetáculos e Reuniões Públicas de CATEGORIA DE RISCO 3ª e 4ª.

Nesta situação as Medidas de Auto proteção exigidas são:

- Registo de segurança
- Plano de Prevenção
- Plano de Emergência Interno
- Ações de Sensibilização e Formação em SCIE
- Simulacros

Em 2017, no âmbito do processo de revisão e implementação das MAP - Medidas de Autoproteção, realizaram-se alguns investimentos relacionados com a segurança do edifício, nomeadamente:

- Instalação de braços de claraboias;
- Aquisição de Fitas fotoluminescentes de sinalização para escadas no Balcão do auditório;
- Aquisição Placas de Emergência e placas de Ponto de Encontro;
- Instalação de Armaduras de Emergência a Led no Palco, escadas técnicas e escadas da Torre;
- Reposicionamento do repetidor da CDI (Central Deteção Incêndios) no piso 3.

Para além dos investimentos e de melhorias/procedimentos internos implementados, realizaram-se 3 simulacros, todos eles acompanhados e orientados pelo Comandante António Medeiros:

- 2 Simulacros de sismo (um com todos os colaboradores do TM e outro com a equipa Frente de Casa);
- 1 Simulacro de incêndio com todos os colaboradores do TM.

As manobras de emergência pretendem avaliar a eficácia dos mecanismos incluídos no Plano de Segurança do TM, exigindo a evacuação para o exterior dos colaboradores.

Os Simulacros foram antecedidos por um levantamento a todo o edifício, que levou ao aperfeiçoamento de meios e sistemas da área da Segurança em Edifícios.

Em paralelo, o Teatro Micaelense promoveu um programa de formação para a área da proteção civil para sensibilizar e informar os bons comportamentos, de riscos em caso de emergência. Incentivador de gestos e atitudes proactivas, em matéria de segurança.

O Planeamento prévio e a responsabilidade partilhada e assumida no terreno são o garante de que numa situação de crise, todos estarão melhor preparados para reagir, sabendo exatamente o que fazer.

No seu Global a estratégia de segurança pretende preparar o Teatro para eventuais situações de crise e testar a sua capacidade de resposta aos efeitos de um qualquer acidente grave ou catástrofe, a partir de um planeamento consistente por todos os colaboradores.

1.5 RECURSOS HUMANOS

ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃOS SOCIAIS

Em Março de 2016 foram nomeados os atuais órgãos sociais do Teatro Micaelense, bem como os respetivos rendimentos a auferir pelo Conselho de Administração, para um período de 3 anos, podendo os mesmos ser reeleitos por uma ou mais vezes. À exceção da Secretária da Assembleia Geral, a composição dos órgãos manteve-se contante, e com a seguinte composição:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr. António Castro Freire
Vice-Presidente: Dr. Frederico José Moniz Almeida Páscoa
Secretária: Dra. Susana Goulart Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva
Vogal Executiva: Raquel Forjaz de Sampaio Sousa Lima Velho Cabral
Vogal Não Executivo: Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho, em representação da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida

FISCAL ÚNICO

ROC EFECTIVO: Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda, representada por Dr. Duarte Félix Tavares Giesta
ROC SUPLENTE: Leopoldo Alves & Associados, SROC, representada por Dr. Leopoldo de Assunção Alves

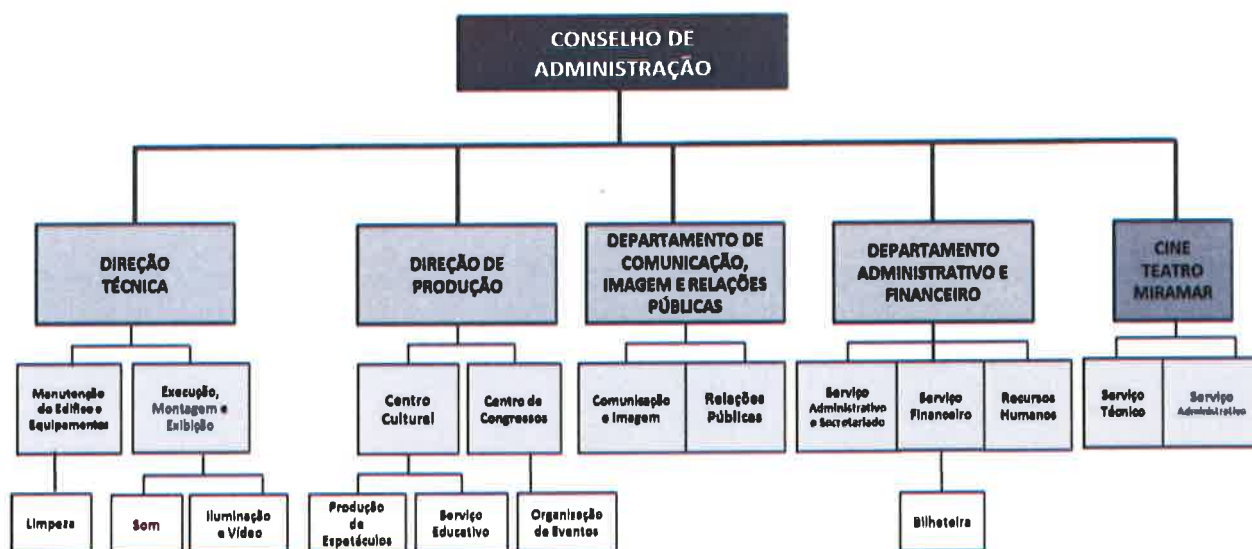
EQUIPA

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura orgânica do TM é composta por duas Direções (Técnica e de Produção), que agregam várias áreas funcionais; dois Departamentos (Comunicação, Imagem e Relações Públicas e Administrativo e Financeiro) que comportam, igualmente, múltiplas áreas funcionais; e o Cineteatro Miramar, todos eles funcionalmente dependentes da administração da empresa.

Com a saída do Diretor Técnico, em junho de 2017, fruto do seu pedido de demissão por questões pessoais, foi necessário realizar uma redefinição interna da equipa técnica, a qual dará origem, no futuro próximo, a uma atualização no Organograma.

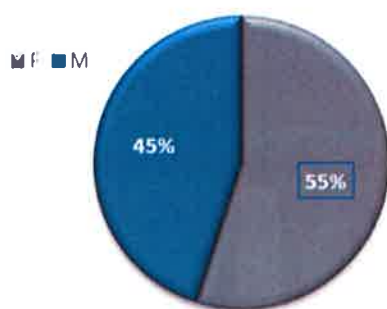
[Handwritten signature]
N



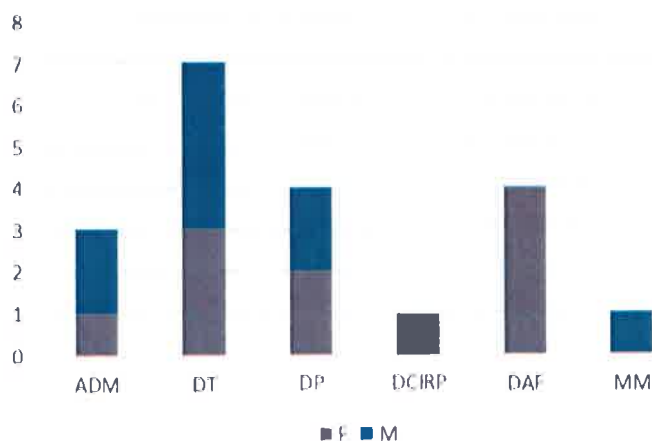
CARACTERIZAÇÃO GERAL

A 31 de Dezembro de 2017 a equipa do TM era composta por 17 trabalhadores (7 homens e 10 mulheres) e um Conselho de Administração constituído por 3 elementos (2 homens e 1 mulher).

Repartição por sexo



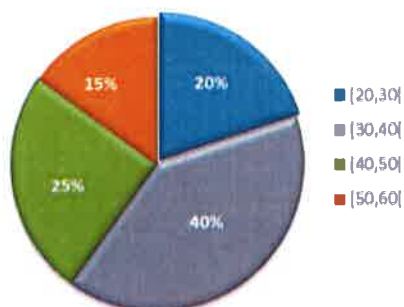
Repartição por sexo e área funcional



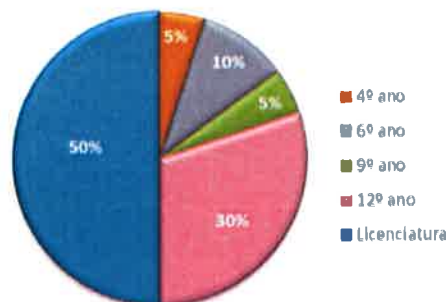
Com um leque bastante diversificado de idades, que vão desde os 22 aos 60 anos, podemos afirmar que se trata de uma empresa com uma força laboral jovem, com cerca de 60% dos funcionários com idades compreendidas entre os 20 e 40 anos. Ao nível da escolaridade, existem 50% de colaboradores licenciados, seguindo-se 30% dos funcionários com habilitações equivalentes ao 12º ano, que recaem maioritariamente nas áreas técnicas mas que demonstram uma experiência e um conhecimento empírico irrepreensível para as tarefas que desempenham. Os restantes colaboradores

possuem uma escolaridade inferior ao 12º ano e representam 20% da força laboral do TM, estão enquadrados no sector da limpeza e no apoio técnico, e têm um papel determinante na atividade da empresa.

Repartição por Idade



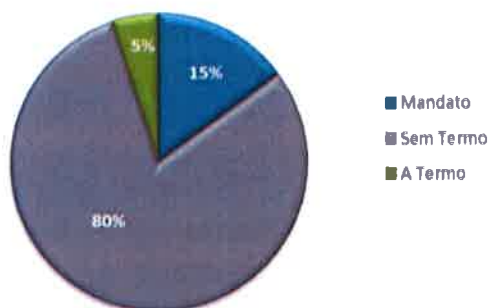
Repartição por Habilitações Literárias



Dos trabalhadores contratados 16 são efetivos e um encontra-se sobre o regime de contrato a termo, sendo que durante 2017 passou à condição de efetivo 1 trabalhador.

O CA é eleito por um mandato de 3 anos, o atual finda em março de 2019.

Repartição por Vínculo Laboral



Gostaríamos de enaltecer o contributo da prestação de serviços efetuada pelo nosso coordenador do Miramar (Carlos Ferreira); dos assistentes de sala (a equipa frente de casa é constituída de 9 pessoas, 6 raparigas e 3 rapazes); do fotógrafo (Fernando Resendes) e do designer gráfico (Rui Lopes), em regime de prestação de serviços. Importa, ainda, referir que em articulação com a Direção Regional da Cultura, mantivemos, durante 2017, 2 técnicos contratados em regime de prestação de serviços para reforçar a equipa da Direção Técnica, de modo a que seja possível cumprir com o apoio técnico e humano à programação desenvolvida na Blackbox do Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas (ACAC).

EVOLUÇÃO RECENTE

Ao longo de 2017 registamos as seguintes alterações e/ou situações com maior impacto na estrutura:

JUNHO: O Diretor Técnico, por motivos pessoais, apresentou a sua demissão;

SETEMBRO: A funcionária de contabilidade passou à condição de efetiva uma vez que o Contrato de Trabalho, a Termo Resolutivo Certo, atingiu o limite de renovações previstas na Lei;

OUTUBRO: Início de funções do colaborador contratado para reforçar a equipa da Direção Técnica, resultado da saída do Diretor Técnico.

TUDO O ANO: Uma das nossas técnicas de limpeza apresentou, em diversos períodos do ano, algumas baixas por doença. Foi-lhe diagnosticada uma incapacidade de 30% que a inibe de realizar a maior das funções que lhe estavam confiadas. Procedemos a um processo de reenquadramento interno e, muito provavelmente, teremos de vir a contratar um novo técnico para este sector.

REGULAMENTO INTERNO

Mantivemos o Regulamento Interno do TM, que foi renovado em 2013.

AVALIAÇÃO

Mantivemos o modelo de **avaliação do desempenho profissional** e de **clima organizacional**, implementado em 2013.

Sendo um instrumento de apoio à gestão, a **avaliação do desempenho profissional** pretende motivar o desenvolvimento dos funcionários, mobilizando-os em torno da Missão e Objetivos do TM e de reunir dados passíveis de promover a melhoria da qualidade dos serviços. Há que orientar as atividades em função de objetivos claros e criar critérios de avaliação transparentes e conhecidos por todos, sendo essencial a comunicação eficaz entre as hierarquias. Pretende-se o reconhecimento do mérito, salvaguardando-se as diferentes áreas profissionais em que se integram os trabalhadores e o seu nível hierárquico. A avaliação permite identificar necessidades de formação e, desta forma, passou a funcionar como um instrumento fundamental na elaboração do Plano de Formação anual do TM.

A **avaliação anual do desempenho individual** constitui uma obrigação de cada trabalhador (autoavaliação) e ainda dos diretores e dos responsáveis de Serviços (heteroavaliação) e contempla uma avaliação de competências e de resultados. Regista-se em formulário aprovado, anualmente, pelo Conselho de Administração do TM, onde estarão explanados os incentivos, os métodos, mecanismos e prazos inerentes à avaliação de desempenho.

O **questionário de clima organizacional** visa retratar o estado de satisfação dos colaboradores em relação a diversos itens, a saber: a sua função/trabalho; a empresa; o próprio; os colegas de trabalho; as condições de trabalho; a sua chefia/gerência, bem como visualizar e identificar o grau de alinhamento entre a cultura definida pela organização e as ações realizadas no dia-a-dia.

O objetivo principal é maximizar, cada vez mais, a relação com todos os colaboradores oferecendo condições de trabalho adequadas, proporcionando oportunidades de desenvolvimento e progressão na carreira, na formação de um bom ambiente de trabalho, com vista ao alcance e à superação dos objetivos definidos pela Administração.

Mantivemos, igualmente, em 2017, os **modelos de avaliação por entidades externas**, os quais são enviados às instituições que produzem/organizam atividades no TM, por forma a obtermos uma avaliação dos serviços prestados e, assim, melhorar continuamente os nossos serviços nas diversas valências que dispomos.

FORMAÇÃO

Continuamos a participar como entidade parceira na formação de jovens, ao abrigo de programas de promoção do emprego, como o Estagiar L e Estagiar T. Neste sentido, prorrogamos o estágio na área de assistente técnico, que teve início em outubro de 2016 e, foi possível acolher 1 estagiária em 2017, na área de Arquivo, Comunicação e Serviço Educativo, contratada em outubro, para colaborar com a Administração.

Pretende-se que no TM a formação assuma um lugar primordial, ao permitir atualizar conhecimentos, estruturar a partilha de informação e a implementação de boas práticas na gestão das atividades de cada setor. Nesse sentido, consideramos que a formação é uma mais-valia para a valorização e atualização profissional, para a dinamização da produtividade e eficiência da organização.

Não obstante este desiderato, pela especificidade da nossa atividade e pela escassez de oferta formativa especializada, no mercado local, temos tido algumas dificuldades no desenvolvimento de um plano formativo mais aliciente para os nossos colaboradores.

No âmbito da **formação dos Recursos Humanos**, a formação profissional registada em 2017 foi a seguinte:

FORMAÇÃO	ENTIDADE	DATA	TOTAL HORAS	TOTAL FUNCIONÁRIOS
SNC-AP	SDEA	24 e 25 maio	14	3
		14 e 15 dezembro	14	2
Jornada de Reflexão "Além do físico: barreiras à participação cultural"	BPARPD	27 de junho	6	1
Ação de Formação "Educação e Serviços Educativos em Museus"	Museu Carlos Machado	10-13 outubro	24	1
Seminário "A Qualidade de Serviço Cabe a Todos"	EDA	22 de fevereiro	8	1

1.6 COOPERAÇÃO, PARCERIAS E PATROCÍNIOS

O TM é sobretudo reconhecido por ser a sala de espetáculos de referência nos Açores, com uma história e uma reputação que o notabiliza, e que hoje desempenha uma missão de serviço público vital para a cidade, para a ilha e para região. É, igualmente, um dos principais mediadores na diversificação da oferta cultural, no processo continuado de formação de públicos, na construção de uma animação turística qualitativa, na promoção do destino e na afirmação da notoriedade dos Açores.

As vicissitudes inerentes à insularidade causam dificuldades acrescidas à produção de espetáculos e/ou eventos. Sem patrocínios e acordos de cooperação não conseguiríamos concretizar e manter a nossa programação.

Em 2017, o TM renovou o contrato-programa com a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com tutela direta da Direção Regional da Cultura, o qual representa, neste momento, a sua principal fonte de financiamento.

Foram ainda mantidas e desenvolvidas parcerias com as maiores empresas da Região, mediante uma política de responsabilidade social, de contributo à criação cultural e artística local e, deste modo, o aumento da sua notoriedade e visibilidade institucional junto da comunidade. Partindo destes pressupostos, foram estabelecidos protocolos de patrocínio/mecenato com as seguintes entidades: EDA, Açoreana Seguros, Grupo Bensaude, Grupo SATA, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Santander Totta, Finançor, CEM e NOS Açores constituindo-se todos, sem exceção, como os 'Patrocinadores Oficiais' de alguns dos nossos maiores espetáculos.

No âmbito da instalação da rede WIFI, e da reformulação dos contratos de comunicações do TM, foi possível associar a MEO como parceiro tecnológico do TM.

De igual modo, o TM estabeleceu e/ou renovou protocolos de cooperação e de apoio à programação, à produção e à divulgação, com as seguintes instituições: Montepio Geral, Tecnovia Açores, Marques Lda., Refecon, Hotel do Colégio, TAP, Nova Gráfica, Accional, LGM, Restaurante a Tasca, Hotel AZORIS Royal Garden, Casa da Rosa, Hotel Camões, RTP/A, Açoriano Oriental/TSF, Expresso das Nove, Correio dos Açores, Rádio Atlântida, Centro Comercial Solmar e Parque Atlântico.

O mapa de apoios que comunicamos em permanência é a seguinte, distribuída pela sua ordem de grandeza:



1.7 BREVE ANÁLISE DAS CONTAS

A Análise que se segue resume os resultados obtidos pelo TM e a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017. Esta análise deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras, e respetivas notas anexas, que traduzem o resultado económico da atividade desenvolvida.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

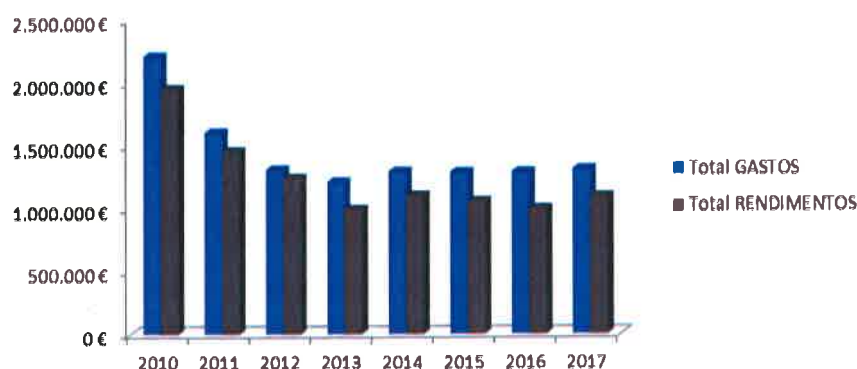
Em 2017 os **Gastos** ascenderam a **1.308.690,13€** e os **Rendimentos** a **1.093.098,02€**, o que originou um **Resultado Líquido** negativo de **215.592,11€**.

Em termos comparativos, apesar de observarmos um ligeiro aumento dos Gastos em 2017, obtivemos um aumento bastante superior das Receitas. Desta forma, em termos evolutivos, os resultados registaram uma evolução positiva em termos de Resultados Líquidos e, conseqüentemente, um melhoramento do rácio de cobertura, como se pode verificar na tabela e gráfico abaixo.

O aumento da atividade do Centro de Congressos originou um ganho de receita muito significativo, comparativamente a 2016, de cerca de +94.000€ (considerando alugueres e atividades conexas), mas acarretou, igualmente, mais Gastos, resultado das subcontratações. Conseguimos, ainda, ter uma maior receita de patrocínios/donativos (+11,72%) e valores muito próximos de bilheteira e de público, comparativamente aos alcançados em 2016.

ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS TM - 2010/2017

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total GASTOS	2.206.745,02 €	1.601.808,53 €	1.305.424,89 €	1.209.421,91 €	1.291.271,85 €	1.286.288,09 €	1.287.983,06 €	1.308.690,13 €
Total RENDIMENTOS	1.951.232,99 €	1.454.018,66 €	1.240.400,57 €	992.604,93 €	1.101.962,15 €	1.056.243,87 €	999.873,06 €	1.093.098,02 €
% Cobertura	88,42%	90,77%	95,02%	82,07%	85,34%	82,12%	77,63%	83,53%
RESULTADO LÍQUIDO	-255.512,03 €	-147.789,87 €	-65.024,32 €	-216.816,98 €	-189.309,70 €	-230.044,22 €	-288.110,00 €	-215.592,11 €



Iremos proceder agora a uma análise mais detalhada das rubricas de **GASTOS** e **RENDIMENTOS**.

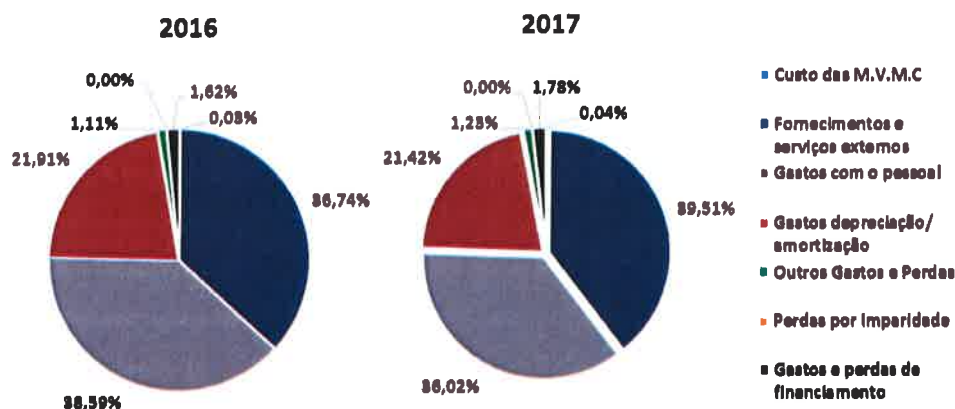
GASTOS

Os **GASTOS** tiveram a seguinte distribuição:

RUBRICAS de GASTOS	2017		2016		VARIACÃO	
	valor (€)	peso	valor (€)	peso	valor (€)	%
Custo das M.V.M.C	503,68	0,04%	337,12	0,03%	166,56	49,41%
Fornecimentos e serviços externos	516.115,54	39,44%	472.361,56	36,09%	43.753,98	9,26%
Gastos com o pessoal	470.553,62	35,96%	496.184,83	37,91%	-25.631,21	-5,17%
Gastos depreciação/ amortização	279.861,47	21,38%	281.701,50	21,53%	-1.840,03	-0,65%
Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0%
Outros gastos e perdas	16.017,21	1,22%	14.295,59	1,09%	1.721,62	12,04%
Gastos e perdas de financiamento	23.304,02	1,78%	20.838,73	1,59%	2.465,29	11,83%
Imposto (estimado) sobre o rendimento do período	2.334,59	0,18%	2.263,73	0,17%	70,86	3,13%
TOTAL GASTOS	1.308.690,13	100%	1.287.983,06	100%	20.707,07	1,61%

Em 2017 registamos um ligeiro aumento de 1,61% (mais 20.707,07€) de gastos face a 2016, que passamos a explicar:

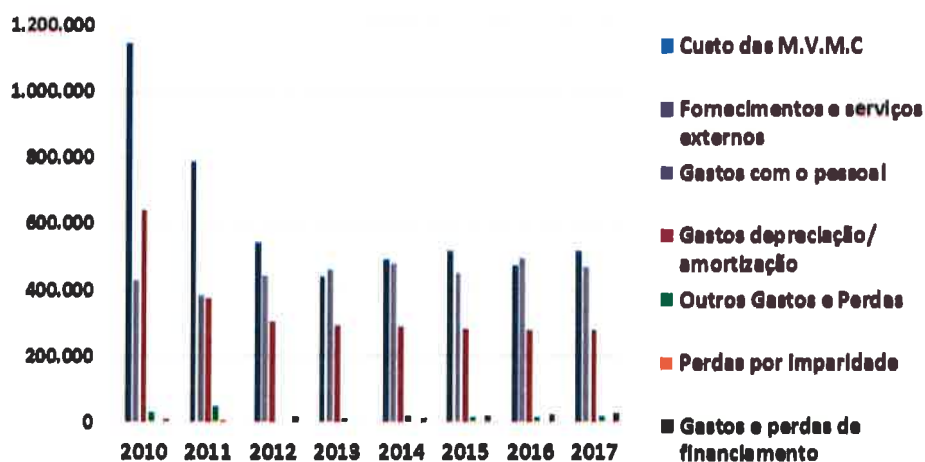
- Os **Custos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas** registaram um valor de **503,68€**, muito próximo ao de **2016**. Estas despesas estão relacionadas com a aquisição de produtos para o funcionamento do bar, cuja abertura não é regular, e está dependente das dinâmicas de público e das características dos espetáculos, pelo que em 2017 observou-se uma atividade mais constante;
- A rubrica de **Fornecimentos e Serviços Externos** teve um acréscimo de **9,26%**. Resultado que se explica, na sua quase totalidade, pelo aumento de gastos com o Centro de Congressos (que detalharemos em seguida). No que concerne a FSE fixos, estes registaram uma redução de menos 4,51% (-9.698€), apesar de verificarmos variações nas diferentes rubricas que o compõem;
- A conta de **Gastos com o Pessoal** registou uma **diminuição de 5,17%** face a 2016, consequência do pedido de demissão do Diretor Técnico do TM, por razões pessoais, e da baixa, por incapacidade temporária de trabalho, de uma das técnicas de limpeza;
- A **redução das Depreciações/Amortizações na ordem dos 0,65%** advém de uma diminuição do valor a contabilizar nas depreciações relacionadas, com equipamento administrativo e básico, pois as restantes mantiveram-se similares, apesar de alguns investimentos realizados;
- **Perdas por imparidades de dívidas a receber** não registam qualquer valor em 2016 nem 2017;
- **Outros Gastos e Perdas aumentaram 1.722€** valor que decorre do Donativos concedidos (receita de bilheteira a favor de evento de beneficência);
- **Gastos e perdas de financiamento ascenderam a 23.304€** representam um **acréscimo de 11,83% (+2.465€)**. Este aumento advém da prorrogação da Garantia Bancária até dezembro de 2017, para pagamento da última prestação da componente não-reembolsável do SIVETUR, cuja contratação da contratualização foi fruto de um financiamento bancário ao Millennium BCP, no valor total de 450.000€, com carência de 18 meses de amortização. O TM termina assim o endividamento para com o Turismo de Portugal.



Relativamente ao peso de cada rubrica no total de Gastos, podemos observar que se manteve muito próxima à composição de 2016, sendo que a variação mais significativa se tenha verificado ao nível de FSE's que aumentaram 2,77%, em contrapartida Gastos com o Pessoal os que reduziram o seu peso em 2,57%.

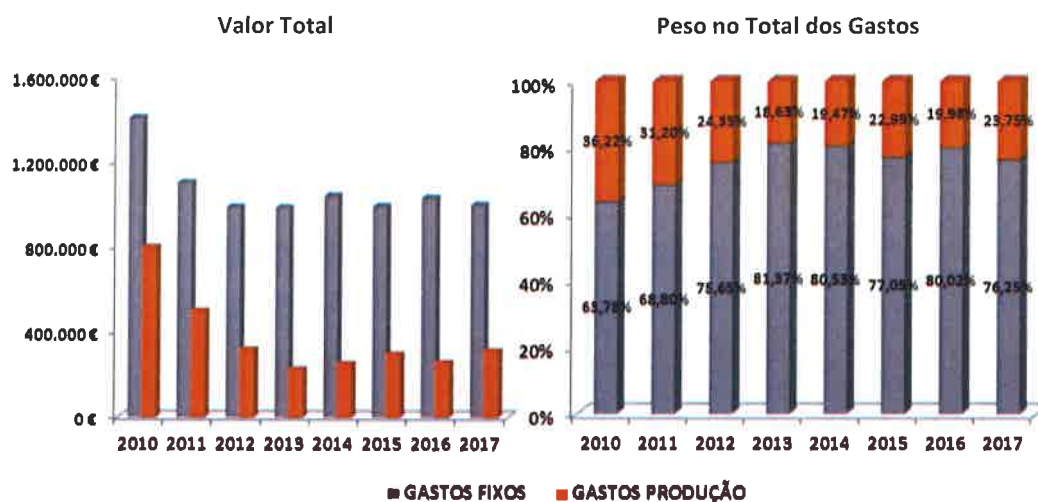
TM | ANÁLISE EVOLUTIVA DOS GASTOS

Evolução dos Gastos



Este gráfico comparativo é demonstrativo da evolução operada desde 2011, no qual podemos observar, de forma generalizada, uma tendência decrescente de todos os Gastos, face a 2010, e uma manutenção dos mesmos desde 2012/2013. As rubricas que apresentam uma maior redução são as de FSE's e de Gastos com Depreciações/Amortizações que sofrem um corte de quase 50% do valor registado em 2010. No caso dos FSE's, a explicação para esta diminuição está na aplicação de medidas de contenção/otimização de gastos e numa drástica redução de gastos com programação, fruto da redução da verba prevista no Contrato-Programa. A redução das Depreciações/Amortizações resultou de uma alteração da taxa de depreciação dos Edifícios e Construções, passando-a de 5% para 2,5%, na medida em que nos pareceu plausível aumentar o período de vida útil do Edifício Teatro Micaelense, passando-o de 25 para 50 anos.

TM | EVOLUÇÃO DOS GASTOS FIXOS E DE PRODUÇÃO



Nos últimos 7 anos, o TM conseguiu **reduzir gastos na ordem dos 898.055€** dos quais 488.497€ dizem respeito a gastos de produção, que conduziram a uma redistribuição do seu peso na restante estrutura de custos. Neste sentido, e desde 2013, estes passaram a estar, mais ou menos, repartidos do seguinte modo: 80% fixos e 20% programação.

Passaremos agora à análise mais detalhada da conta **62 - Fornecimentos e Serviços Externos**, por representar a maior fonte de despesas do TM (39%).

DESPEASAS COM PRODUÇÃO/PROGRAMAÇÃO | CONTA 62 - Fornecimentos Serviços Externos

FSE'S - SUBCONTRATOS	2017		2016		VARIACÃO	
	valor (€)	peso	valor (€)	peso	valor (€)	%
Publicidade e Divulgação	28.949,01 €	9,31%	30.443,73 €	11,83%	-1.494,72	-4,91%
Transportes de Bens e Pessoas	28.317,92 €	9,11%	24.491,12 €	9,52%	3.826,80	15,63%
Alugueres	13.196,87 €	4,25%	10.468,49 €	4,07%	2.728,38	26,06%
Cachets a Artistas	126.233,32 €	40,62%	136.473,76 €	53,03%	-10.240,44	-7,50%
Materiais	606,62 €	0,20%	476,46 €	0,19%	130,16	27,32%
Vigilância e Segurança	8.733,75 €	2,81%	3.682,63 €	1,43%	5.051,12	137,16%
Apoio Logístico	2.218,00 €	0,71%	0,00 €	0,00%	2.218,00	ND
Decorações /Ornamentações	3.471,18 €	1,12%	1.583,43 €	0,62%	1.887,75	119,22%
Estadias / Refeições	75.073,64 €	24,16%	28.936,71 €	11,24%	46.136,93	159,44%
Direitos de autor	8.261,76 €	2,66%	8.676,61 €	3,37%	-414,85	-4,78%
Lavandaria e Limpeza	4.991,17 €	1,61%	1.646,15 €	0,64%	3.345,02	203,20%
Serviço Telefonico	0,00 €	0,00%	621,00 €	0,24%	-621,00	ND
Conservação e Reparação	195,96 €	0,06%	0,00 €	0,00%	195,96	ND
Assistentes	9.850,00 €	3,17%	8.950,00 €	3,48%	900,00	10,06%
Taxas e Licenças	604,10 €	0,19%	890,17 €	0,35%	-286,07	-32,14%
Apoios Financeiros Concedidos	88,56 €	0,03%	0,00 €	0,00%	88,56	ND
TOTAL GASTOS PRODUÇÃO	310.791,86 €	100,00%	257.340,26 €	100,00%	53.451,60 €	20,77%

Podemos observar que, no que toca à Conta 62 Subcontratos, registamos um **acréscimo de 20,77 % em gastos com programação/produção**, comparativamente a 2016, apesar de um comportamento bastante díspar entre rubricas. Este aumento resulta principalmente do Centro de Congressos que, ao registar mais eventos e de maior dimensão, representou mais Receita para o TM mas, inevitavelmente, mais Gastos, principalmente em Estadias e Refeições - caterings (+46.136,93€).

Podemos ainda constatar que 41% da despesa desta conta diz respeito a **Cachets de Artistas**. Segue-se as despesas com **Estadias/Refeições (24,16%)**, **Publicidade e Divulgação (9,31%)**, **Transportes de Bens e Pessoas (9,11%)**, sendo que todas as restantes têm um peso inferior a 4,3%.

DESPESAS FIXAS DA CONTA 62 - Fornecimentos Serviços Externos

FSE'S	2017		2016		VARIACÃO	
	valor (€)	peso	valor (€)	peso	valor (€)	%
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	127.598,67 €	62,15%	146.107,56 €	67,95%	-18.508,89 €	-12,67%
Trabalhos Especializados	37.083,83 €	18,06%	40.474,62 €	18,82%	-3.390,79 €	-8,38%
Publicidade e propaganda	903,67 €	0,44%	1.572,97 €	0,73%	-669,30 €	-42,55%
Vigilância e Segurança	5.762,84 €	2,81%	10.115,26 €	4,70%	-4.352,42 €	-43,03%
Honorários	44.790,94 €	21,81%	51.525,97 €	23,96%	-6.735,03 €	-13,07%
Comissões	665,41 €	0,32%	767,72 €	0,36%	-102,31 €	-13,33%
Conservação e Reparação	35.094,21 €	17,09%	35.964,47 €	16,73%	-870,26 €	-2,42%
Serviços Bancários	3.025,67 €	1,47%	5.502,49 €	2,56%	-2.476,82 €	-45,01%
Outros	272,10 €	0,13%	184,06 €	0,09%	88,04 €	47,83%
MATERIAIS	6.904,23 €	3,36%	5.806,64 €	2,70%	1.097,59 €	18,90%
ENERGIA E FLUIDOS	37.104,89 €	18,07%	32.160,25 €	14,96%	4.944,64 €	15,38%
Electricidade	33.721,80 €	16,42%	28.994,00 €	13,48%	4.727,80 €	16,31%
Combustíveis	795,04 €	0,39%	920,37 €	0,43%	-125,33 €	-13,62%
Água	2.588,05 €	1,26%	2.245,88 €	1,04%	342,17 €	15,24%
DESLOCAÇÕES E TRANSPORTES	1.857,10 €	0,90%	3.527,00 €	1,64%	-1.669,90 €	-47,35%
SERVIÇOS DIVERSOS	31.858,79 €	15,52%	27.419,85 €	12,75%	4.438,94 €	16,19%
Comunicação	7.016,39 €	3,42%	5.915,05 €	2,75%	1.101,34 €	18,62%
Seguros	11.749,88 €	5,72%	12.707,40 €	5,91%	-957,52 €	-7,54%
Contencioso e Notariado	165,52 €	0,08%	359,00 €	0,17%	-193,48 €	-53,89%
Despesas de Representação	101,30 €	0,05%	0,00 €	0,00%	101,30 €	ND
Limpeza, higiene e conforto	12.825,70 €	6,25%	8.438,40 €	3,92%	4.387,30 €	51,99%
TOTAL	205.323,68 €	100,00%	215.021,30 €	100,00%	-9.697,62 €	-4,51%

Observamos em 2017 uma variação bastante desigual nas diferentes subcontas que compõem os gastos fixos da Conta 62 – FSE. Ainda assim, apresentamos no total uma **redução de 9.697,62€ (-4,51%)** comparativamente a 2016. As rubricas que registaram reduções foram a de Serviços Especializados (-12,67%) e a de Deslocações e Transporte (-47,35%), sendo que as restantes (Materiais, Energia e Fluidos e Serviços Diversos) registaram aumentos.

As despesas fixas da conta 62 com maior peso dizem respeito a **Serviços Especializados (62%)**, dos quais estão incluídos, os Serviços de Contabilidade e Auditoria, a Publicidade Institucional, a Vigilância e Segurança, os Honorários de outras entidades que trabalham em parceria com o TM, as Comissões do sistema de Bilheteira Online, a Conservação e Reparação do Edifício e os Serviços Bancários, os quais registaram no total **uma redução de 18.508,89€ (-12,67%)**. Para

este resultado podemos destacar a Honorários (-6.735€), uma vez que não renovamos contrato com um dos técnicos do ACAC, Vigilância e Segurança (-4.352€) dado que negociamos contrato com outra empresa e Trabalhos Especializados (-3.391€) fruto de ligeiras reduções de assistência técnica e informática.

A **Energia e Fluidos** com um peso de 18% apresentou um **aumento de 4.945€ (+15,38%)** por via da dinâmica do Centro de Congressos, que incrementaram o consumo diurno de água e luz.

Seguem-se as despesas com **Serviços Diversos** (15,5%) que **registaram um acréscimo de 4.439€ (+16,19%)** na comparação com o período homólogo, atribuível principalmente à rubrica de Limpeza, Higiene e Conforto, uma vez que uma das nossas funcionárias de limpeza esteve de baixa, originando uma maior solicitação de serviços externos.

Relativamente a **Materiais (3,36%)**, apresentam um **aumento de 1.098€** e decorrem de mais aquisição com material de escritório e de utensílios necessários ao funcionamento do TM.

Por último, temos as **Deslocações e Transportes** (0,9%) que registam uma **quebra de 1.670€**, pelo facto de, em 2017, termos gastos inferiores nas deslocações ao continente, quer no âmbito das participações nas reuniões da Rede 5 Sentidos, quer na prospeção de espetáculos.

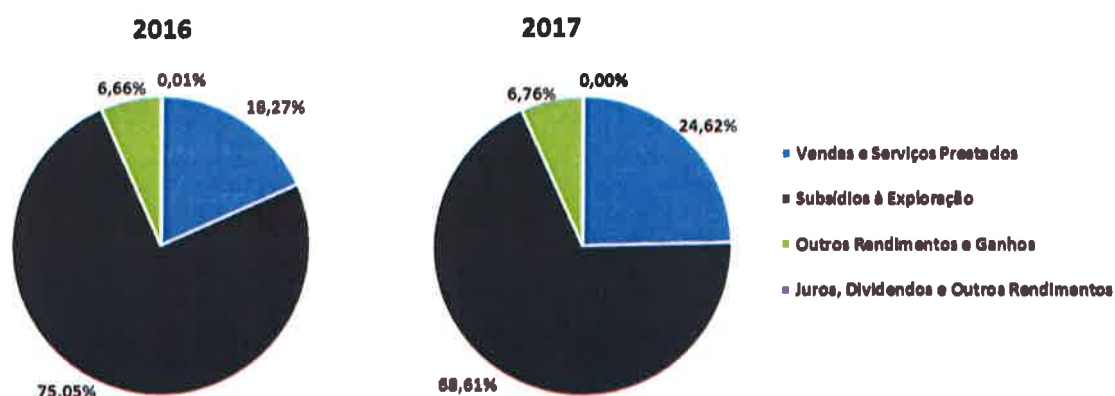
RENDIMENTOS

Os **RENDIMENTOS** repartiram-se da seguinte forma:

RUBRICAS de RENDIMENTOS	2017		2016		VARIACÃO	
	valor (€)	peso	valor (€)	peso	valor (€)	%
Vendas e Serviços Prestados	269.151,23	24,62%	182.692,16	18,27%	86.459,07	47,33%
Subsídios à Exploração	750.000,00	68,61%	750.450,00	75,05%	-450,00	-0,06%
Outros Rendimentos e Ganhos	73.946,79	6,76%	66.594,65	6,66%	7.352,14	11,04%
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	0,00	0,00%	136,25	0,01%	-136,25	ND
TOTAL RENDIMENTOS	1.093.098,02	100%	999.873,06	100%	93.224,96	9,32%

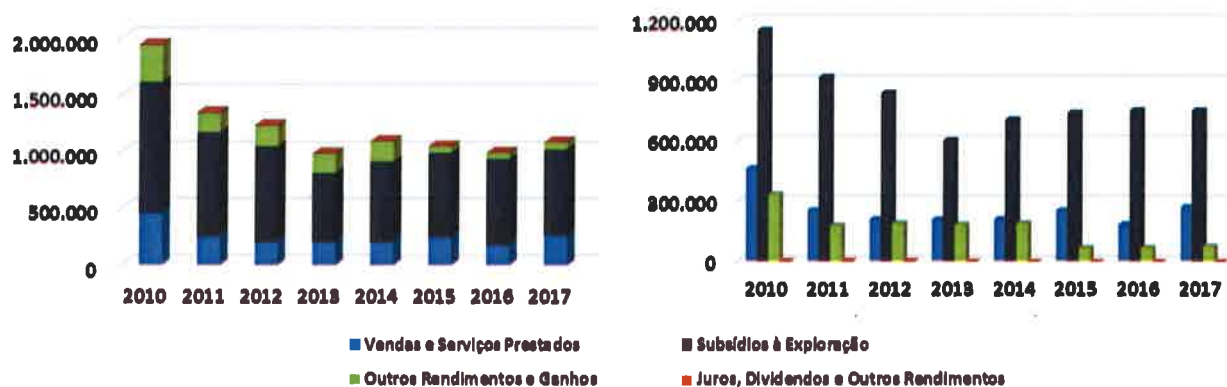
Comparativamente a 2016 podemos observar **um acréscimo substancial de Rendimentos, na ordem dos 9,32% (+93.224,96€)**, que passamos a esclarecer:

- As **Vendas e Serviços Prestados**, com um peso de 24,62%, apresentaram um acréscimo **de 47,33% (+86.459€)** face a 2016. Apesar de uma ligeira redução ao nível da receita de Bilheteira de -12,75% (-14.642€), posicionando-nos ao nível de 2015, o incremento da Atividade no Centro de Congressos, gerou um impacto muito positivo na receita do TM de +188% (+94.539€);
- **Subsídios à Exploração**, a maior fonte de receita do TM, com um peso de 68,6%, regista um valor similar ao de 2016;
- No que concerne a **Outros Rendimentos e Ganhos** apresentam um montante ligeiramente superior ao de 2016, com mais **7.352,14€ (+11,04%)**, resultado da recuperação do apoio da CEMAH e de uma correção de valores referente a períodos anteriores;
- Por último, **os Juros, Dividendos e Outros Rendimentos têm vindo a reduzir-se desde 2011**, fruto da atual conjuntura que, simplesmente, extinguiu, quaisquer ganhos significativos que possam ser obtidos através de uma aplicação prazo.



O gráfico espelha o aumento de Vendas e Serviços Prestados que passaram de um peso de 18,27% para 24,62% e que conduziu, inevitavelmente, a uma diminuição do peso das restantes rubricas.

TM | ANÁLISE EVOLUTIVA DOS RENDIMENTOS



No capítulo dos Rendimentos, podemos verificar, desde 2010, uma tendência decrescente do montante arrecadado que passou de valores próximos dos 2.000.000€ para cerca de 1.000.000€. Nos anos mais recentes, tem existido uma maior constância nestes valores, apesar de observarmos aumentos em determinadas rubricas e reduções noutras.

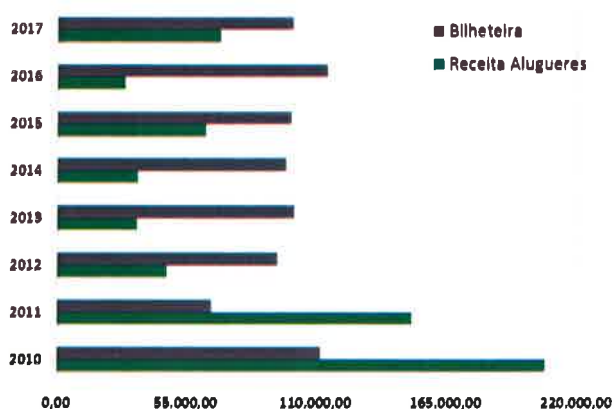
A rubrica com maior redução foi a de Subsídios à Exploração, que nos últimos anos, tem demonstrado alguma ligeira oscilação por contrapartida de operações de financiamento bancário. Segue-se as Vendas e Serviços Prestados (redução de Alugueres e Patrocínios com grande volatilidade/incerteza nestes últimos anos) e, desde 2015, a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, fruto da extinção da imputação do incentivo a fundo perdido do Turismo de Portugal/SIVETUR. Outros Juros, Dividendos e Outros Rendimentos, apresentam uma redução significativa mas têm pouco impacto nas contas do TM, cuja visibilidade no gráfico é quase impercetível, tal é a sua insignificância.

Iremos agora proceder à análise detalhada da **conta 72 - Prestações de Serviços**, em 2017:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2017		2016		VARIACÃO	
	valor (€)	peso	valor (€)	peso	valor (€)	%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS						
Espectáculos e Eventos	100.175,51 €	37,27%	114.817,23 €	63,01%	-14.641,72 €	-12,75%
Aluguer de Espaços	69.235,91 €	25,76%	28.695,24 €	15,75%	40.540,67 €	141,28%
Patrocínios/Publicidade	20.237,29 €	7,53%	16.000,00 €	8,78%	4.237,29 €	26,48%
Ateliers Serviço Educativo	405,38 €	0,15%	111,49 €	0,06%	293,89 €	263,60%
Aluguer Equipamentos	6.782,50 €	2,52%	2.430,00 €	1,33%	4.352,50 €	179,12%
Cedência de Livros	0,00 €	0,00%	12,63 €	0,01%	-12,63 €	-100,00%
Workshop/Contratação Hospedeira	1.620,00 €	0,60%	660,00 €	0,36%	960,00 €	145,45%
Serviço Catering	45.946,50 €	17,09%	12.061,20 €	6,62%	33.885,30 €	280,94%
Bar	3.210,33 €	1,19%	1.031,46 €	0,57%	2.178,87 €	211,24%
Serviços secundários	21.190,82 €	7,88%	6.390,81 €	3,51%	14.800,01 €	231,58%
Descontos e Abatimentos	300,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	300,00 €	ND
TOTAL	268.504,24 €	100,00%	182.210,06 €	100,00%	86.294,18 €	47,36%

Na comparação com o período homólogo, registamos uma subida de **86.294€ (+47,36%)** nos rendimentos da **conta 72 - Prestação de Serviços**. Todas as rubricas cresceram à exceção da Bilheteira e da Cedência de Livros. A rubrica com maior peso continuou a ser a **Bilheteira (37,27%)**, seguindo-se **os Alugueres de Espaços (25,76%)** e em terceiro lugar o **Serviço de Catering (17,09%)**. Aqui verificamos um cenário bastante diferente em relação a 2016, cujo peso da Bilheteira representava quase o dobro e em terceiro lugar estavam os Patrocínios, ao invés do Serviço de Catering.

A forte aposta cultural numa programação transversal tem colhido bons resultados, muito embora 2017 tenha sido um ano atípico, devido ao ano eleitoral autárquico e às comemorações do centenário do Coliseu Micaelense, cuja intensidade da programação e a profusão de festivais, tenham contribuído, no nosso entender, para a **redução na receita de bilheteira (-12,75%)**, em prol dos alugueres, muito embora esta tenha alcançado o patamar dos anos anteriores a 2016 (na ordem dos 100.000€).



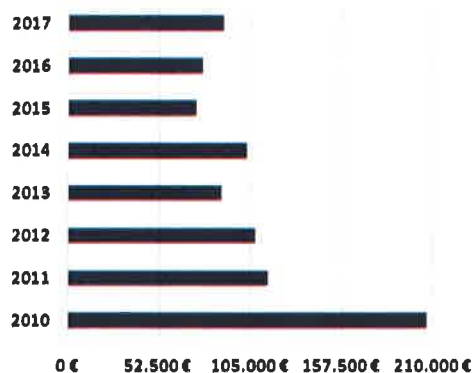
Em contrapartida, os **Alugueres e Atividades Conexas** registaram uma receita bastante superior ao ano transato, originando um impacto substancial no ganho total de receita desta rubrica (+94.539€). Os sinais de melhoria, registados em 2015, foram ultrapassados no decorrer deste ano, mas ainda muito distantes dos verificados em 2010/2011. Contudo, este cenário inconstante acarreta fortes impactos ao nível da receita e a sua imprevisibilidade condiciona a antevisão de qualquer cenário que possamos realizar.

Por seu turno, a receita de bilheteira, rubrica que desde 2012 passou a ser superior à dos Alugueres e, consequentemente, a ter maior peso na conta 72 (37% em 2017), atesta a tendência crescente destes últimos anos, sendo possível em 2016 ultrapassar os valores alcançados em 2010 (eram os mais elevados dos últimos 7 anos).

Ao nível da Receita do **Bar**, o valor duplicou versus período homólogo. Contudo, o número de eventos com intervalo tem sido muito pontual, pelo que o seu funcionamento oscila mediante os dias em que o número de espectadores justifica a sua abertura. O incremento da receita nos **Ateliês de Expressão** deve-se ao facto de termos realizado mais atividades permanentes. Relativamente à perda na **Cedência de Livros**, com muito pouco impacto nesta rubrica, resulta duma diminuição da procura por este tipo de artigos.

Por fim, tivemos **descontos e abatimentos** em 2017 (anulação de faturas relativas a anos anteriores, via emissão de Nota de Crédito), situação que não se observou em 2016.

Ao analisarmos em detalhe as rubricas de **Patrocínios** (da conta 72) e de **Donativos** (da conta 78), representadas no quadro abaixo, observamos um aumento total de **+11,72% face a 2016**, aproximadamente **+9.097€**. A difícil conjuntura económica tem redefinido a ligação com alguns parceiros (privados e institucionais), cujo vínculo se perde e, em muitos outros casos, a manutenção do apoio tem representado uma redução dos montantes. Apesar destes condicionalismos, temos vindo, progressivamente, a retomar alguns apoios, conseguindo, em 2017, garantir 2 patrocinadores (a CEMAH e a NOS Açores), incrementar a verbas do apoio atribuído pelo Grupo Bensaude e, ainda, angariar um novo patrocinador tecnológico (MEO), para apoio na instalação de uma nova rede WIFI no edifício do TM.

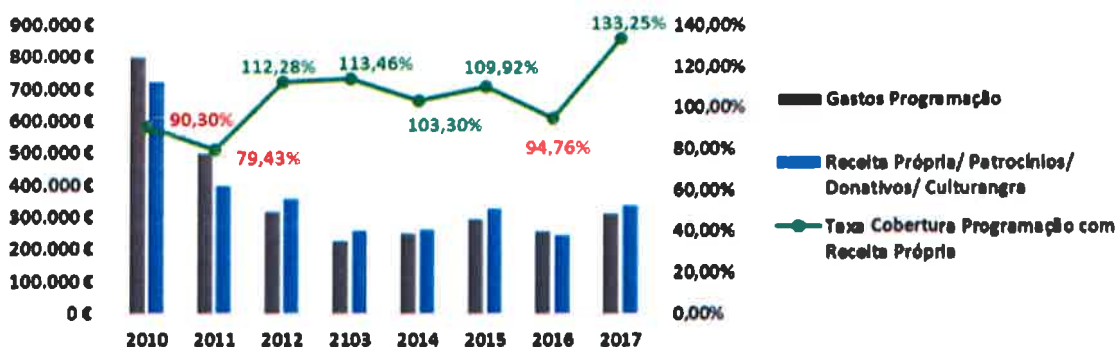


Na análise do histórico, dos últimos 8 anos, deparamo-nos com uma tendência decrescente nos montantes angariados em patrocínios/donativos, muito embora, desde em 2015 se tenham vindo a compensar alguns valores. No total, validamos uma perda na ordem dos 58%, ou seja, de -119.904€, face a 2010.

RUBRICAS de RENDIMENTOS	2017		2016		VARIACÃO	
	valor (€)	peso	valor (€)	peso	valor (€)	%
PATROCÍNIOS	20.237,29 €	23,33%	16.000,00 €	20,61%	4.237,29 €	26,48%
CGD	7.500,00 €	8,65%	7.500,00 €	10,14%	0,00 €	0,00%
DRJ/ PJ	0,00 €	0,00%	2.500,00 €	5,73%	-2.500,00 €	-100,00%
MONTEPIO GERAL	2.500,00 €	2,88%	2.500,00 €	3,38%	0,00 €	0,00%
BPI	3.000,00 €	3,46%	3.000,00 €	4,05%	0,00 €	0,00%
REFECON	500,00 €	0,58%	500,00 €	0,68%	0,00 €	0,00%
SANTANDER TOTTA/Banif	4.237,29 €	4,89%	0,00 €	0,00%	4.237,29 €	ND
Meo	2.500,00 €	2,88%	0,00 €	0,00%	2.500,00 €	ND
DONATIVOS	66.500,00 €	76,67%	61.640,00 €	79,39%	4.860,00 €	7,88%
BENSAÚDE	10.000,00 €	11,53%	7.500,00 €	6,76%	2.500,00 €	33,33%
EDA	25.000,00 €	28,82%	25.900,00 €	33,79%	-900,00 €	-3,47%
MARQUES	2.000,00 €	2,31%	2.000,00 €	2,70%	0,00 €	0,00%
SANTANDER TOTTA/Banif	0,00 €	0,00%	5.000,00 €	5,07%	-5.000,00 €	-100,00%
FINANÇOR	5.000,00 €	5,76%	5.000,00 €	6,76%	0,00 €	0,00%
BPI	3.000,00 €	3,46%	3.000,00 €	4,05%	0,00 €	0,00%
AÇOREANA	10.000,00 €	11,53%	10.000,00 €	16,89%	0,00 €	0,00%
TECNOVIA	2.500,00 €	2,88%	3.240,00 €	0,00%	-740,00 €	ND
CEMAH	5.000,00 €	5,76%	0,00 €	0,00%	5.000,00 €	ND
ZON	4.000,00 €	4,61%	0,00 €	0,00%	4.000,00 €	ND
TOTAL	86.737,29 €	100,00%	77.640,00 €	100,00%	9.097,29 €	11,72%

Novos
 Recuperação
 Passou a Donativo
 Passou a Patrocínio
 Redução de Valor
 Aumento de valor

TM | TAXA DE COBERTURA DA PROGRAMAÇÃO



NOTA: No gráfico acima foi considerado, na rubrica da Receita, o valor correspondente à receita própria (conta 72 - Prestação de Serviços), aos Donativos (conta 78 - Outros Proveitos e Ganhos) e, na rubrica dos Gastos, o valor da Conta 621 - Subcontratos.

Os dados demonstram uma clara eficiência da otimização dos recursos e, pela primeira vez, em 2012, o TM conseguiu atingir um saldo positivo entre Receitas e Gastos de Programação, passando a conseguir financiar a sua programação com receita própria (bilheteira, patrocínios e alugueres). A compensação do défice, nos anos anteriores, era efetuada com a verba proveniente do contrato programa, que cumpria com os pressupostos elencados para o cumprimento de uma ação inerente ao Serviço Público. Em 2017, verificou-se um ligeiro aumento de gastos que foi compensado, por um crescimento substancial da receita (com origem no Centro de Congressos), o que fez com que tivéssemos melhorado a taxa de cobertura para um valor de 141,29 %, em 2017, contra os 100,98%, do ano anterior.

No que concerne aos **Subsídios à Exploração** (conta 75), a maior fonte de receita do TM, a mesma está consignada, exclusivamente, a suportar gastos com o funcionamento da estrutura (o financiamento da programação é executado apenas com receita própria gerada pelo TM). Em 2017, obtivemos o mesmo valor comparativamente ao período homólogo.

A redução da verba da Direção Regional da Qualificação Profissional deve-se à não-renovação do contrato com o funcionário, alocado ao ACAC, cuja contratação estava abrangida pelo programa Integra Mais, nos anos anteriores.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2017		2016		VARIÇÃO	
	valor (€)	peso	valor (€)	peso	valor (€)	%
DRAC	750.000,00 €	100,00%	750.000,00 €	99,94%	0,00 €	0,00%
DREQP	0,00 €	0,00%	450,00 €	0,06%	-450,00 €	ND
TOTAL	750.000,00 €	100,00%	750.450,00 €	100,00%	-450,00 €	-0,06%

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte, podemos observar a execução orçamental do TM em 2017. Esta tabela apresenta os valores realizados durante o ano, comparados com os valores do orçamento inicial previsional, bem como, a variação observada e a taxa de execução, ou seja, a realização percentual do realizado face ao orçamento.

RUBRICAS	ORÇº ANUAL	Realizado	Variação Bruta	Variação Relativa	Taxa Execução
RENDIMENTOS					
71+72 Vendas e serviços prestados	223.625 €	269.151,23 €	45.526,23 €	20,36%	120,36%
75 Subsídios à exploração	750.000 €	750.000,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
78 Outros rendimentos e ganhos	63.395 €	73.946,79 €	10.551,79 €	16,64%	116,64%
79 Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	200 €	0,00 €	-200,00 €	-100,00%	0,00%
TOTAL RENDIMENTOS	1.037.220 €	1.093.098,02 €	55.878,02 €	5,39%	105,39%
GASTOS					
61 Custo das M.V.M.C	300 €	503,68 €	203,68 €	67,89%	167,89%
62 Fornecimentos e serviços externos	492.136 €	516.115,54 €	23.979,51 €	4,87%	104,87%
63 Gastos com o pessoal	504.467 €	470.553,62 €	-33.913,82 €	-6,72%	93,28%
64 Gastos depreciação/ amortização	284.304 €	279.861,47 €	-4.442,05 €	-1,56%	98,44%
65 Perdas por Imparidade	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
68 Outros gastos e perdas	10.565 €	16.017,21 €	5.452,33 €	51,61%	151,61%
69 Gastos e perdas de financiamento	24.142 €	23.304,02 €	-838,21 €	-3,47%	96,53%
TOTAL ANTES DE IMPOSTOS	1.315.914 €	1.306.355,54 €	-9.558,56 €	-0,73%	99,27%
Imposto Sobre o Rendimento do Período	2.350 €	2.334,59 €	-15,41 €	-0,66%	99,34%
TOTAL GASTOS	1.318.264 €	1.308.690,13 €	-9.573,97 €	-0,73%	99,27%
88 Resultado Líquido do Período	-281.044,10 €	-215.592,11 €	65.451,99 €	-23,29%	76,71%

Os **RENDIMENTOS** apresentaram uma taxa de execução de **105,39%**, ou seja, um diferencial positivo de **+55.878€** acima do orçamento inicial. Observamos este aumento, principalmente, nas Vendas e Serviços Prestados de **+20,36%**, pelo facto dos Alugueres e Atividades Conexas terem tido uma procura muito para além da estimada, inicialmente, e que, por este facto, geraram uma receita superior. O valor de Subsídios à Exploração apresenta uma execução de 100% e o incremento de Outros Rendimentos e Ganhos (+8,76%) ficou a dever-se, essencialmente, à “recuperação” do apoio da CEMAH e de uma correção de valores referente, a períodos anteriores, por parte de outros parceiros. O valor abaixo do orçamentado dos Juros, Dividendos e Outros Rendimentos resultou de uma estimativa, otimista, face a possíveis aplicações que não se vieram a concretizar.

No que concerne aos **GASTOS** estiveram em linha com o Orçamento Inicial, apresentando uma taxa de execução de **99,27%**. O Custo M.V.M.C conseguiu ser ligeiramente superior ao previsto de **+203,68€** (maior dinamização do bar) e os Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram um diferencial de **+23.979,51€**, resultado, maioritariamente, de gastos com Subcontratos (programação) que ficaram acima do valor estimado. A dinamização do Centro de Congressos gerou mais receita mas, também, mais gastos associados. Relativamente a Gastos com o Pessoal, o valor subestimado (-6,72%) resultou do pedido de demissão do Diretor Técnico, por questões pessoais, e da baixa por incapacidade temporária de trabalho de uma das técnicas de limpeza. Em 2017, os Gastos com Depreciações/Amortizações ficaram ligeiramente abaixo do valor

orçamentado (-1,56%) e as Perdas por Imparidade não registaram qualquer valor. Nos Outros Gastos e Perdas a diferença que observamos (+5.452€), advém de Donativos, um concerto de beneficência, cuja receita reverteu a favor de uma instituição, e da anulação do PEC de 2013 (só foi previsto o de 2012). Por último, temos os Outros Gastos e Perdas de financiamento, cuja ligeira diferença (-838,21€) resultou do facto da estimativa inicial pressupor a realização do pagamento em julho de 2017, ao Turismo de Portugal, situação que ocorreu apenas em dezembro do mesmo ano.

Em síntese, podemos constatar que taxas de execução de **105,39% nos Rendimentos** e de **99,27% nos Gastos** representam excelentes taxas de execução e em linha com o orçamento inicial. O valor acima nos Rendimentos e o valor ligeiramente abaixo nos Gastos originou ainda uma melhoria significativa no **Resultado Líquido – foi menos negativo em 65.452€ do que o previsto inicialmente.**

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em termos patrimoniais, a 31/12/2017 o **ATIVO** cifrava-se em **9.283.933,73€** o que respeitava maioritariamente a ativos fixos tangíveis (97%). Este resultado representa um decréscimo de cerca de 370.400€ (-3,84%) face a **9.654.333,98€** do ano anterior.

Analisando as rubricas (ver Balanço) compreendemos que isso se deveu, essencialmente, ao Ativo Não Corrente, por força das amortizações/depreciações. O Ativo Corrente também contribuiu para este resultado uma vez que registou um decréscimo de -108.928€.

O decréscimo nas **Outros Crédito a Receber**, comparativamente a 2016, resulta de, à data de 31 de Dezembro, o TM ter recebido a totalidade da verba prevista no contrato-programa, situação contrária à de 2016 que (só tinha recebido 66,67%), pelo que reflete em **Caixa e Depósitos Bancários**, de 2017, a totalidade da verba recebida em dezembro. Os **Inventários e Diferimentos** apresentam saldos de fecho similares a 2016 e os **Clientes** um valor superior, fruto de termos uma maior faturação no Centro de Congressos (mas que à data de fecho nem todos os valores ainda tinham sido rececionados).

O **PASSIVO** ascende a **827.563,35€**, o que representa um decréscimo de cerca de 152.941€ (-15,6%) face a 2016.

O **Passivo não corrente** apresentou um **aumento de 127.129,77€** resultado da imputação das amortizações por realizar do *leasing* do projetor, adquirido em 2013, e da amortização dos financiamentos contratados ao Montepio, em 2014, ao Millennium BCP, em 2015, e do novo empréstimo contratado em 2016 para pagamento das prestações ao Turismo de Portugal (SIVETUR) no valor de 450.000€.

No que respeita ao **Passivo Corrente** apresenta uma **redução de -51,54% (-280.071€)**, resultado que advém do decréscimo de **Financiamentos Obtidos**, resultado do pagamento da última prestação ao Turismo de Portugal (SIVETUR) e, pelo facto, de ter sido necessário utilizar a Conta Corrente Caucionada, em 2016, uma vez que não foi possível receber a totalidade da verba prevista no contrato-programa à data de 31 de dezembro.

Podemos encontrar valores próximos aos de 2016 nas rubricas de **Estado e Outros Entes Públicos e Diferimentos**. E por fim, a redução nos **Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar**, provém do facto de se ter optado por pagar faturas a fornecedores de novembro no decorrer 2017, uma vez que, em 2018, teríamos o cenário imprevisível da implementação do SNC-AP.

O **CAPITAL PRÓPRIO** com um valor de **8.456.370,38€** mostrou um decréscimo de cerca de 217.459€ (-2,51%) que resultou dos **Resultados transitados** (RL negativo de 2016); de **Outras Variações de CP** relacionadas com a imputação do SIVETUR e SIDER; e do **Resultado Líquido de 2017**.

Analisando alguns rácios económico-financeiros, na tabela abaixo, verificamos que, em 2017, o TM apresentou uma Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP) e dos Ativos (REA) menos negativa do que em 2016, consequência de um desagravamento do Resultado Líquido do período (menos negativo). Em relação à **Autonomia Financeira (AF)**, mantém-se similar à dos anos anteriores, demonstrando o seu nível de autonomia face a terceiros, fruto do elevado valor do Capital Próprios.

38
A

A sua **Liquidez Geral** registou um valor superior a 1, o que já não acontecia desde 2013, revelando, assim, uma maior solvabilidade da empresa no curto prazo, tornando-se, assim, menos vulnerável.

O **PMR** (Prazo Médio de Recebimentos) dos clientes e o **PMP** (Prazo Médio de Pagamentos) a fornecedores situam-se próximo do patamar expectável (60 dias), respeitando o enquadramento da política de pagamentos da empresa - estipulado para um prazo de 60 dias (salvo algumas exceções). Contudo em 2017, verificamos um aumento do Rácio de PMR, uma vez que alguns eventos/congressos realizados no último trimestre, ainda não tinham sido pagos, à data de 31 de dezembro, e no que concerne ao PMP, optou-se por pagar em dezembro a fornecedores/ outros credores as faturas de novembro, por forma a não transitar compromissos por pagar para 2018 e afetar o orçamento de 2018.

	2013	2014	2015	2016	2017
RCP	-228%	-206%	-257%	-332%	-252%
REA	-2%	-2%	-232%	-298%	-229%
AF	91%	91%	91%	90%	91%
LG	1,16	0,90	0,86	0,73	1,10
PMR (dias)	58	64	54	60	93
PMP (dias)	89	81	58	61	27

30
1

1.8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propomos que o Resultado Líquido apurado no Exercício de 2017, no montante de – 215.592,11€, seja transferido para a conta 56 - Resultados Transitados.

1.9 PROPÓSITOS PARA 2018

Em 2018 comemoram-se quinze anos do início das obras de requalificação do TM, realizadas entre outubro 2003 e setembro de 2004.

Passado este período é tempo de preparar uma nova intervenção no edifício, para o atualizar tecnologicamente e realizar melhoramentos e reparações que se se tornam urgentes, na medida em que não desejamos chegar ao nível de degradação verificado em 2003. Pelo que se torna fundamental garantir uma intervenção que faça uma atualização tecnológica dos equipamentos instalados, ao nível do palco, do AVAC, de iluminação, de rede. Assim como, de conforto, nomeadamente, pela substituição das cadeiras do auditório, o qual requiere uma correção do desnível da plateia em relação ao palco e um tratamento acústico que retire alguma reverberação existente fruto de alguns materiais introduzidos e que fazem com que algumas propostas musicais não sejam adequadas à sala, fator limitador para a programação e diversificação da oferta programática e da polivalência da sala.

O levantamento das necessidades, deste caderno de encargos, está praticamente concluído, estamos a estudar a melhor forma de financiarmos este desígnio, o qual consideramos fundamental para o bom desempenho que dele se espera.

No decorrer deste ano iremos apresentar uma nova identidade gráfica associada à promoção do Centro Cultural, consubstanciada pela criação de um novo sitio online e de um novo logotipo, alterações que consideramos fundamentais para o necessário reposicionamento e afirmação contemporânea do TM, através de uma linguagem moderna, atual e acessível.

Complementarmente, no decorrer deste ano, iremos, finalmente, identificar as peças históricas que estão dispersas pelo edifício, gerando um roteiro para uma visita guiada dirigida a turistas e a visitantes residentes.

Este não é o projeto que idealizamos, inicialmente, mas por impossibilidade de concorrermos a um programa de apoio, achamos que não podemos continuar a adiar este processo, pelo que iremos socorrer-nos de meios próprios para afirmar as visitas guiadas ao edifício do TM como um produto turístico.

Esta será também uma oportunidade para realizarmos a necessária alteração de parte significativa do merchandising disponível, o qual está ultrapassado e não representada nenhuma mais-valia.

Os objetivos para o corrente ano irão consubstanciar o trilho percorrido até aqui, nomeadamente: a melhoria continuada nos serviços prestados; manutenção e alargamento dos parceiros privados no apoio ao Centro Cultural; manutenção e consolidação da rede de parcerias à atividade do Centro Congressos; o trabalho em estreita parceria e colaboração com os artistas e restantes instituições culturais do arquipélago; a afirmação do posicionamento do TM como a sala de referência dos Açores no panorama nacional; a promoção da estrutura como espaço emblemático e privilegiado nos Açores para a realização de eventos; melhorar os indicadores financeiros e perscrutar fontes alternativas de financiamento.

1.10 NOTA FINAL

O Conselho de Administração está motivado e disponível para cumprir com os objetivos da instituição que dirige.

Os desafios do presente convocam a uma atenção permanente, sendo que hoje as dificuldades são transversais a vários sectores da sociedade, num tempo em que tudo acontece e se modifica a uma velocidade estonteante.

Esta Administração tem plena consciência do seu papel e daquilo que dela se espera, age de boa-fé e rigor na defesa dos melhores interesses da instituição que representa, e dos seus acionistas, os quais depositam a sua confiança na presente equipa, a qual se mostra completamente empenhada na prossecução dos bons resultados alcançados.

Ao terminar o Relatório de Gestão, o Conselho de Administração deseja manifestar os mais sinceros agradecimentos:

Aos nossos **acionistas institucionais**, à Região Autónoma dos Açores, ao Fundo Regional de Coesão e à Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, por tornarem possível a existência da atividade do TM;

Às **Direções Regionais da Cultura, Juventude e Turismo** pela parceria institucional;

Aos **Mecenas, Patrocinadores, Parceiros e Apoios** por acreditarem naquilo que fazemos;

Ao **Núcleo de Criativos, Atores, Artistas e Associações Locais** pelo contributo e generosidade;

À **Mesa da Assembleia-Geral** pela disponibilidade e pelas oportunas recomendações que nos são transmitidas;

A **todos os nossos Trabalhadores e Colaboradores** pela dedicação na concretização dos nossos objetivos;

À **Neca e ao ROC** pela valiosa colaboração prestada;

Ao **Público** pela vossa confiança e presença na justificação plena da nossa atividade,

A Todos,

O nosso muito obrigado.

De acordo com o disposto no n.ºs 1 e 2 do Artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que esta Empresa não se encontrava em situação de dívida vencida perante a Segurança Social e Administração Tributária, em 31 de Dezembro de 2017.

Ponta Delgada, 20 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração


Alexandre Pascoal
(Presidente)



Raquel Sousa Lima
(Vogal)

Gonçalo Vaz Botelho
(Vogal)



ANEXO 1
DESCRIÇÃO DETALHADA DA PROGRAMAÇÃO

Handwritten initials and a mark resembling a stylized 'N'.

Apresentamos a programação do TM, de forma detalhada e diferenciada por cores, por forma a facilitar a leitura:

CENTRO CULTURAL

- ESPECTÁCULOS DE TEATRO, DANÇA e MÚSICA
- CINEMA
- EXPOSIÇÕES
- SERVIÇO EDUCATIVO
- OUTROS

CENTRO CONGRESSOS

- SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, PALESTRAS
- OUTROS SERVIÇOS

JANEIRO

3 / 6 Janeiro

ESTÁGIO DO CONSERVATÓRIO

6 Janeiro

LANÇAMENTO CD / "VIOLA DE DOIS CORAÇÕES" de LUÍS GIL BETTENCOURT

7 Janeiro

O GATO DAS BOTAS



O Conservatório Regional de Ponta Delgada juntou-se, uma vez mais, ao Teatro Micaelense para a realização de um estágio de orquestra e coro, entre os dias 3 e 7 de janeiro. O final do estágio foi marcado por um concerto, no qual foi apresentado: o Conto Musicado - O Gato das Botas, para narrador, coro e orquestra sinfónica, da autoria do compositor português Vasco Nogueira.

11 Janeiro

REUNIAO SATA

14 Janeiro

ATELIÉ DESCOBRIR A MÚSICA

Formadora Marta Cruz

17 Janeiro

WORKSHOP / FUNDO REGIONAL PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA



18 Janeiro

LANÇAMENTO LIVRO

"GENTE COMO EU" de CARLOS OLYVEIRA

19 Janeiro

CONVERSA COM BARRIGUINHAS

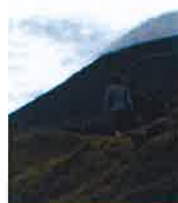
20 Janeiro

VISITA AO TEATRO

CONSELHO DE CONSERTAÇÃO ESTRATÉGICA

21 Janeiro

FILME / CINZENTO E NEGRO



Cinzento e Negro conta a história de Maria, uma mulher traída pelo companheiro, David, quando este lhe rouba um saco de dinheiro e foge, refugiando-se na ilha do Pico.

23 / 24 Janeiro

FÓRUM USISM / UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL



25 Janeiro

VISITA AO TEATRO

LEITURAS DRAMATIZADAS

27 Janeiro

FORMAÇÃO DA OCC - ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

28 Janeiro

NOISERV



Noiserv regressou com disco novo. 00:00:00:00 é o nome do sucessor de Almost Visible Orchestra e é descrito pelo músico lisboeta como a banda sonora para um filme que ainda não existe, mas que talvez um dia venha a existir.

FEVEREIRO

03 Fevereiro

VISITA AO TETRO

MOSTRA CINEMA SUECO / O CENTENÁRIO QUE FUGIU E DESAPARECEU PELA JANELA



Durante a sua longa existência, Allan Karlsson não só foi testemunha dos eventos mais marcantes do séc. XX, como foi parte integrante de alguns deles. Hoje está num lar de idoso e sente-se inconformado com a vida que lhe foi imposta.

04 Fevereiro**MOSTRA CINEMA SUECO
BERGMAN O INVADIDO**

Bergman o invadido é um documentário sobre a vida de Ingmar Bergman e sobre os seus filmes mais conhecidos, vistos e analisados pelos maiores atores e realizadores do nosso tempo. O documentário inclui entrevistas francas e engraçadas de Lars Von

Trier, Martin Scorsese, Woody Allen, Isabella Rossellini e Michael Haneke.

06 Fevereiro**VISITA AO TEATRO****07 Fevereiro****LANÇAMENTO DO LIVRO**

**"UNIÃO EUROPEIA, REFORMA OU DECLÍNIO" de
EDUARDO PAZ FERREIRA**

08 Fevereiro**CONVERSAS COM BARRIGUINHAS****10 Fevereiro****VISITA AO TEATRO****11 Fevereiro****ATELIÊ O LUGAR DOS FANTOCHEs**

Fonadora Marta Cruz

ADALBERTO SILVA SILVA

Adalberto Silva Silva - um espetáculo de realidade é a alma de Adalberto Silva Silva em formato televisivo. Adalberto é o célebre desconhecido, o triste homem comum, um tipo que de tão normalzinho se apalhaça dos modos mais surpreendentes.

14 Fevereiro**CONFERÊNCIA A AUTONOMIA****15 / 16 Fevereiro****VISITA AO TEATRO****18 Fevereiro****ANA PAULA ANDRADE**

Poucas foram as vezes em que Ana Paula Andrade interpretou em público as peças que tem composto ao longo da sua carreira musical, principalmente dedicada ao ensino. Sentir foi um momento revelador da sua sensibilidade e criatividade musical.

27 Fevereiro**BAILE DE MÁSCARAS****MARÇO****4 Março****OFICINA A GRANDE ILUSÃO****CORAÇÃO DE CÃO****CICLO / FILME DA MINHA VIDA**

A partir da sua própria experiência e das suas memórias, marcadas pelas perdas recentes da sua mãe e do marido, Lou Reed, a realizadora Laurie Anderson traça uma pequena reflexão sobre temas como a vida, o amor e a morte.

10 Março**RODRIGO LEÃO & SCOTT MATTHEW**

Um compositor português com os olhos postos no mundo, um cantor australiano a viver em Nova Iorque: mundos distintos, mas que acabam por se interligar tão bem.

Patrocínio BPI

13 / 15 Março**WORKSHOP****DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE****16 Março****REUNIÃO SATA****CONVERSAS COM BARRIGUINHAS****17 Março****FORMAÇÃO SATA**

18 Março

JOÃO BERNARDO TRIO

Neste concerto, o pianista e compositor João Nuno Bernardo apresentou composições suas, num clássico formato de trio de piano, contrabaixo e bateria.

19 Março

TESTEMUNHAS JW

20 Março

VISITA AO TEATRO

22 / 24 Março

FORMAÇÃO SATA

22 Março

**DIA MUNDIAL DA POESIA / INATEL
HOMENAGEM A NATÁLIA CORREIA**

24 Março

VISITA AO TEATRO

25 Março

TEATRO / SALA DE EMBARQUE

Um desejo de partir. Uma ideia de instabilidade. A inquietação, motivo de desconforto, que se alojou num alargado corpo/célula, estendendo-se como um vírus generalizado de partida, individual, alastrando a sua mobilidade um pouco por todo o lado. A consolidação dessa vontade

de partida. Afirmar no palco a falta e, se possível, falar de nós, aqui neste tempo e espaço.

27 Março

**DIA MUNDIAL DO TEATRO
LEITURAS DRAMATIZADAS**

28 Março

**ATELIÉ VEM DANÇAR... VEM CONHECER O TEU CORPO /
Formadora Maria João Gouveia****JANTAR AGROUTIL**

29 Março

TRANQUILIDADE / COCKTAIL

30/31 Março

**DOCUMENTÁRIO CNB - NO ESCURO DO CINEMA
DESCALÇO OS SAPATOS - 2 SESSÕES**

A realizadora Cláudia Varejão e a sua assistente de som Adriana Bolito acompanharam a CNB durante doze meses, recolhendo as imagens que fazem parte do documentário que agora se apresenta.

ABRIL

1 Abril

ANTÓNIO ZAMBUJO

António Zambujo é um dos nomes incontornáveis da música portuguesa atual, na medida em que soube construir uma identidade própria, que lhe tem valido o reconhecimento, tanto do público como da crítica. A pulsação da música de Zambujo deixa perceber ainda uma frequência marcada pelo ritmo da MPB, que tem sido progressivamente assumida ao longo dos seis discos que já editou e que está particularmente presente neste sétimo, Até Pensei Que Fosse Minha (outubro 2016).

Patrocínio



6 / 7 Abril

CONVERSAS / TREMOR #4

11 Abril

MEMORIAL JEOVÁ

15 Abril

**LABORATÓRIO ELECTROACÚSTICO DE
EXPERIMENTAÇÃO SONORA**

18 Abril

REUNIÃO ATA

20 Abril

**MASTERCLASS
COMPANHIA NACIONAL BAILADO**

21 Abril

WORKSHOP COMPANHIA NACIONAL BAILADO

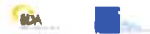
21 / 22 Abril

COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO

Este é um programa de reportório, onde se reúnem alguns dos coreógrafos que mais marcaram a História da Dança. A belíssima e feminina Serenade, de Balanchine, que contrasta com a energia masculina de Grosse Fuge, de Anne Teresa De Keersmaeker, a abstração

de William Forsythe, com um dueto virtuosístico, e a inspiração latina de 5 Tangos, de Hans van Manen, são uma janela aberta para o que de melhor se produziu no séc. XX.

Patrocínios



29 Abril

ATELIÊ VEM DANÇAR...VEM CONHECER O TEU CORPO / Formadora Maria João Gouveia

29 Abril

A TUNDRA de Luis Guerra / Rede 5 Sentidos

A tundra é um dos biomas mais ventosos, secos e frios deste planeta. A severidade deste ecossistema convida, muitas vezes, a que abrandemos para nos entregarmos à contemplação. Um local privilegiado para observarmos silêncio interno, para abrandarmos o

fluxo da mente.

MAIO

1 Maio

ASSEMBLEIA DE JEOVÁ

4 Maio

VISITAS AO TEATRO

5 Maio

JANTAR ALLIANZ

6 Maio

JOSÉ GONZALEZ

Depois do lançamento do seu primeiro álbum a solo em 6 anos, Vestiges & Claws, José Gonzalez regressou a Portugal para um conjunto de concertos íntimos.

Patrocínio

8 Maio

JANTAR REPSOL

11 Maio

AUDIÇÃO CONSERVATÓRIO

12 Maio

LANÇAMENTO CD "MAR DE CAPELO" de ANÍBAL RAPOSO

13 Maio

PRETO NO BRANCO**Escola de Dança Rosa Macedo**

O branco é o conjunto de todas as cores. O preto é a total ausência de cor. É no intervalo de cada tom, no segundo que marca este encontro, que acontece a magia do passo seguinte: uma nova sequência de movimentos e emoções.

16 Maio

AUDIÇÃO DE PIANO

17 Maio

LANÇAMENTO LIVRO "AÇORES NO MUNDO" de JOSÉ ANDRADE

18 Maio

VISITA AO TEATRO**ATELIÊ O LUGAR DOS FANTOCHES****Formadora Marta Cruz****CONVERSAS COM BARRIGUINHAS**

19 Maio

REBELDES V.2

Criado em 1990, em Ponta Delgada, e extinto apenas dois anos depois, o grupo de rock Rebeldes desenvolveu, na sua curta carreira, um reportório de mais de 20 originais.

23 / 26 Maio

CONGRESSO CIRCOM

27 Maio

AMARCORD CICLO / O FILME DA MINHA VIDA



Amarcord é um retrato do dia-a-dia na pequena cidade de Rimini, em Itália, em 1930, do ponto de vista de um adolescente. Uma mistura entre fantasia e realidade trazida pela mão do mestre Fellini, que se baseou nas próprias recordações, quando era adolescente na era

fascista do Il Duce.

29 Maio

VISITA AO TEATRO

LANÇAMENTO DO LIVRO "UM PERIGOSO LEITOR DE JORNAIS" SW CARLOS TOMÉ

31 Maio

LEITURAS DRAMATIZADAS

JUNHO

1 Junho

AUDIÇÃO CONSERVATÓRIO

3 Junho

VESTIDA DE TI



Espectáculo de encerramento da atividade extracurricular de Dança dos alunos do Colégio São Francisco Xavier e do Externato A Passarada. Direção e Coreografia de Ana Cosme.

7 Junho

TEATRO / SEXO SEM TABUS

9 Junho

VISITA AO TEATRO

ATELIÊ VEM DANÇAR... VEM CONHECER O TEU CORPO / Formadora Maria João Gouveia

ANTÓNIO ROSADO E FILIPE QUARESMA



António Rosado e Filipe Quaresma apresentaram um repertório que contemplou as riquíssimas sonoridades da música da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX.



13 Junho

VISITA AO TEATRO

16 Junho

COCKTAIL & JANTAR STRATEVENT

17 Junho

ANALEPSE



Ginastas e bailarinos de diferentes gerações e diversas faixas etárias trouxeram à cena Analepse, uma retrospectiva histórica de 25 anos de Corpore, Ginásio, que recriou universos tão distintos quanto os do circo, da Disney, ou da colossal Atlântida.

20 Junho

VISITA AO TEATRO

21 Junho

EVENTO AIPA



24 Junho

SUSANA BACA



Compositora, cantora dos grandes poetas da América Latina, vencedora de dois Grammys, professora e política, Susana Baca apresentou, durante décadas, a música peruana ao mundo.

Patrocínio



26 Junho

OPEN DOOR SATA

27 Junho

LEITURAS DRAMATIZADAS

28 Junho

VIOLAS DO ATLÂNTICO

29 Junho

RECITAL DE VIOLONCELO

30 Junho

RECITAL DE GUITARRA
RECITAL DE VIOLONCELO

JULHO

1 Julho

SUITE



O Estúdio de Dança de Ana Cymbron apresentou Suite, um trabalho conjunto com a Sinfonietta de Ponta Delgada, da Quadrivium - Associação Artística. Este espectáculo reuniu em palco 90 alunos de Dança Clássica e Dança Contemporânea.

4 Julho

RECITAL DE VIOLONCELO

04 / 14 Julho

RESIDÊNCIA ARTÍSTICA / NOVA CRIAÇÃO

5 Julho

VISITA AO TEATRO**ATELIÉ VEM DANÇAR... VEM CONHECER O TEU CORPO /**

Formadora Maria João Gouveia

ATELIÉ O LUGAR DOS FANTOCHEs

Formadora Marta Cruz

RECITAL DE VIOLINO**RECITAL DE SAXOFONE**

7 Julho

SECRETARIA DAS RELAÇÕES EXTERNAS

10 Julho

VISITA AO TEATRO

11 Julho

OFICINA / A GRANDE ILUSÃO

15 Julho

SE EU VIVESSE TU MORRIAS / W&T 2017

O título deste espetáculo foi tirado do famoso epitáfio de Robespierre: "Passante, não chores a minha morte, se eu vivesse tu morrias." O passante e Robespierre não podem estar vivos ao mesmo tempo e no entanto é isso que os dramaturgos e os atores fazem grosso modo no

teatro: o dramaturgo morre, e o ator ressuscita-o sem ele próprio morrer.

17 / 21 Julho

RESIDÊNCIA ARTÍSTICA PEDRO LUCAS E PHILA

17 / 27 Julho

RESIDÊNCIA ARTÍSTICA GUSTAVO CIRÍACO

17 Julho

VISITA AO TEATRO**OFICINA / A GRANDE ILUSÃO**

21 / 23 Julho

CONGRESSO JW

28 Julho

EQUANIMIDADE E/OU ÂNIMO INALTERÁVEL

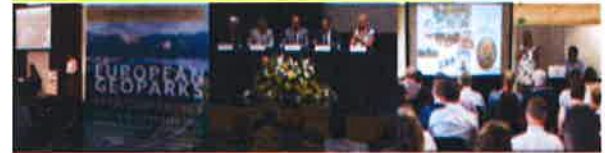
Equanimidade e/ou Ânimo Inalterável fundiu dois códigos de representação: a dança e as artes visuais. Estiveram juntas, entrelaçadas e em simultâneo perante o espectador. Instalaram-se no palco para ser escultura, cinema, música e movimento.

AGOSTO

Encerrado.

SETEMBRO

7 / 9 Setembro

14th EUROPEAN GEOPARKS CONFERENCE

8 Setembro

REUNIÃO SATA

13 Setembro

LANÇAMENTO DO LIVRO "RETRATOS IMPERFEITOS" de Luiz Fagundes Duarte

15 Setembro

AMIZADE – AÇORES@MINHO

A Banda Fundação Brasileira e o grupo Canto D'Aqui apresentaram Amizade Açores@Minho, um espetáculo que uniu a filarmónica açoriana ao grupo bracarense, que desenvolveu um trabalho de pesquisa e divulgação da música tradicional portuguesa, desde o

Minho até às Ilhas, sendo já uma referência do panorama musical nacional.

17 Setembro

ASSEMBLEIA JW

21 Setembro

CASTING VESPA

23 Setembro

VESPA / RUI HORTA

Uma peça sobre uma cabeça a explodir, sobre o que nem sequer falhámos, porque nos coibimos de cumprir. Na dupla condição de voyeur, a do outro e a de si próprio, o público compõe o tétris do personagem em cena, desafiando a sua própria conceção do registo

público e privado.

27 Setembro

LEITURAS DRAMATIZADAS

38
N

28 Setembro
COMÍCIO PS
AICOPA



29 Setembro
CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA
MASTERCLASS INSHADOW
EXTENSÕES INSHADOW / FESTIVAL PARALELO

30 Setembro
RITA REDSHOES



Rita Redshoes apresentou "Her", o seu quarto álbum de estúdio.

Patrocínio  Açores

OUTUBRO

1 Outubro
DIA MUNDIAL DA MÚSICA
RECITAL DE PIANO LUCAS THOMAZINHO

4 Outubro
A VIOLA QUE NOS TOCA II



A segunda edição de "A Viola Que Nos Toca" prosseguiu a missão de dar a conhecer a Viola de Dois Corações no seu ambiente mais genuíno, quer a solo, quer acompanhada ao Violão, explorando as suas várias dimensões, num espetáculo que combinou os sons da

tradição com a dança, a poesia e a voz.

10 /11 Outubro
CONGRESSO ABTA



13 Outubro
JANTAR / CONGRESSO INTERNACIONAL
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

14 Outubro
LARANJA MECÂNICA



Obra-prima de Stanley Kubrick, "Laranja Mecânica" é uma comédia negra com uma interpretação visual de uma anarquia sádica e do cinismo profundo do poder governamental.

21 Outubro
MOÇAMBIQUE



Os três elementos mais antigos da Mala Voadora nasceram em Moçambique. Um é o Jorge Andrade. Apesar de ter vindo para Portugal com 4 anos, em Moçambique (o espetáculo) ele propõe-se construir uma autobiografia como se tivesse vivido em Moçambique toda a sua vida.

24 Outubro
VISITA AO TEATRO
REUNIÃO ASSEMBLEIA GERAL / ATA

25/26 Outubro
DOCUMENTÁRIO "ILUSÃO" / 2 SESSÕES



Respondendo ao desafio lançado por Luís Miguel Cintra, a atriz e realizadora Sofia Marques acompanhou e registou o processo de criação e construção do espetáculo. O filme "Ilusão" documenta esta singular experiência.

27 Outubro
CONFERÊNCIA / FLAD
JAZZORES / GIOVANNA BARBATI



A violoncelista italiana apresentou um programa que inclui obras do período barroco e peças contemporâneas.

28 Outubro
JAZZORES / ORQUESTRA ANGRAJAZZ



A Orquestra Angrajazz, dirigida por Claus Nymark e Pedro Moreira, interpretou, na íntegra, The Far East Suite, de Duke Ellington.

Patrocínio



31 Outubro

**LEITURAS DRAMATIZADAS
JAZZORES / MARINO FORMENTI**

O trabalho do pianista Marino Formenti, centrado no repertório contemporâneo, é, frequentemente, acompanhado de uma reflexão sobre o repertório clássico e sobre as conexões entre os diferentes estilos e backgrounds musicais.

NOVEMBRO

01 Novembro

JAZZORES / ALBAN BERG ENSEMBLE

O agrupamento de cordas e piano de Viena, Áustria, interpretou obras de Schubert, Anton Von Webern, Lucas Haselböck e Brahms.

03 / 05 Novembro

CONGRESSO / BUIATRIA

08 Novembro

VISITA AO TEATRO

11 Novembro

LUÍSA SOBRAL

Luísa Sobral é uma das compositoras e cantoras mais importantes da nova geração de músicos portugueses. No mais recente disco, "Luísa", estreitam-se a cumplicidade e os laços afetivos com quem ouve, em novas canções e letras tocantes, que a colocam num novo patamar de maturidade criativa: ainda mais segura, exigente, autêntica e espontânea.

Patrocínio  Montepio

15 Novembro

**VISITA AO TEATRO
CONVERSAS COM BARRIGUINHAS
REUNIÃO SATA**

17 Novembro

**NOCTURNO / SESSÃO ESCOLAS
JOANA GAMA / VIAGENS NA MINHA TERRA**

Depois da sua passagem pelo Teatro Micaelense, em 2016, durante a digressão SATIE.150, em 2017, a pianista Joana Gama trouxe o recital Viagens na Minha Terra, composto por obras de Fernando Lopes-Graça e Amílcar Vasques-Dias.

18 Novembro

NOCTURNO / SESSÃO FAMÍLIAS

Na imaginação das crianças, a noite é talvez o primeiro dos grandes mistérios. As sombras, o escuro, o silêncio, os barulhos da rua e os movimentos na casa propiciam pensamentos fantasiosos, muitos medos, algum fascínio.

23 Novembro

GALA DO EMPREENDEDOR / SDEA

24 Novembro

LANÇAMENTO DO LIVRO "VOANDO... A UNIR O QUE O MAR SEPARA" de Ermelindo Peixoto

No ano em que se celebrou o 181º aniversário da criação da 10ª Divisão Militar no Arquipélago dos Açores, a Zona Militar dos Açores assinalou a efeméride com um conjunto de atividades de âmbito militar, cultural, religioso e desportivo, que culminou com um concerto no Teatro

Micaelense.

29 Novembro

**LEITURAS DRAMATIZADAS
CONFERÊNCIA AÇOREANA / TRANQUILIDADE**

30 Novembro

CONCERTO MARIA BETTENCOURT

Maria Bettencourt fez-se acompanhar pelo seu primo, Donovan Bettencourt, no baixo, Filipe Gonçalves, na bateria, e Luis Gil Bettencourt, na guitarra elétrica e viola da terra.

DEZEMBRO

02 Dezembro

RICARDO RIBEIRO

Ricardo Ribeiro apresentou "Hoje é assim, amanhã não sei.", editado, em 2016, pela WARNER.

05 Dezembro

VISITA AO TEATRO

JANTAR / SUSTENTABILIDADE

07 Dezembro

JANTAR EPROSEC

09 Dezembro

HARLEM GOSPEL CHOIR



O grupo de Harlem foi fundado por Allen Bailey, em 1986, depois de um momento de inspiração obtido ao assistir a uma cerimónia de homenagem a Martin Luther King e, desde aí, tem vindo a acumular um impressionante currículo.

Patrocínio Santander Totta

10 Dezembro

FESTA NATAL / GRUPO EDA

12 Dezembro

FESTA DE NATAL / BENSUADE



14 Dezembro

AUDIÇÃO DE PIANO

16 Dezembro

O OLHAR DE MILHÕES de RAQUEL CASTRO

As características do Olhar de Milhões conferem-lhe o estatuto de um mega resort flutuante - o maior da Europa - e o único capaz de proporcionar a derradeira experiência, ilimitada e total.



20 Dezembro

TODOS JUNTOS NA MÚSICA POR PAULÃO
ESPECTÁCULO SOLIDÁRIO

21 Dezembro

CURTAS DO MUNDO / O DIA MAIS CURTO

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

ANEXO 2
PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL

Anexo ao Relatório de Gestão

Nos termos do **artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)**, informa-se que a participação dos órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital Social é a seguinte:

Conselho de Administração

Acionista	Ações	Valor
Fundo Regional Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico (a)	16.000.000	8.000.000.00 €
Região Autónoma dos Açores (a)	8.441.987	4.220.993.50 €
Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida (b)	39.700	19.850.00 €

(a) Representados pelo Dr. Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva e pela Dra. Raquel Forjaz de Sampaio Sousa Lima Velho Cabral, na qualidade, respetivamente, de Presidente e Vogal do Conselho de Administração.

(b) Representado pelo Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração.

Não existem acionistas nos órgãos de **Fiscalização da Sociedade**.

Nos termos do **artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais**, informa-se os acionistas titulares de, pelo menos, um décimo do Capital Social:

Acionista	Ações	Valor
Fundo Regional Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico	16.000.000	8.000.000.00 €
Região Autónoma dos Açores	8.441.987	4.220.993.50 €

Ponta Delgada, 20 de Fevereiro de 2018

O Conselho de Administração



ALEXANDRE RUI CARVALHO PASCOAL ALBUQUERQUE SILVA
Presidente



RAQUEL FORJAZ DE SAMPAIO SOUSA LIMA VELHO CABRAL
Vogal

GONÇALO VAZ GAGO DA CÂMARA DE MEDEIROS BOTELHO
Vogal

32
N

2.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

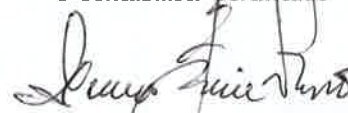


RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3-8-10	8.997.791,55	9.259.279,92
Outros Ativos Financeiros (FCT)		77,19	60,96
		8.997.868,74	9.259.340,88
Ativo corrente			
Inventários	19	195,49	269,53
Clientes	3	68.531,15	35.486,54
Estado e outros entes públicos	26-30-31	21.786,52	32.770,51
Outras créditos a receber	3	7.500,00	250.000,00
Diferimentos	3	18.092,49	19.930,11
Caixa e depósitos bancários	3-4	169.959,34	56.536,41
		286.064,99	394.993,10
Total do ativo		9.283.933,73	9.654.333,98
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	28	12.244.143,50	12.244.143,50
Outras reservas		117.549,28	117.549,28
Resultados transitados		(7.425.371,72)	(7.137.261,72)
Excedentes de revalorização	8	3.726.305,63	3.726.305,63
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	26	9.335,80	11.202,96
Capital Póprio antes do Resultado Líquido do período		8.671.962,49	8.961.939,65
Resultado líquido do período		(215.592,11)	(288.110,00)
Total do capital próprio		8.456.370,38	8.673.829,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3-11	564.213,20	437.083,43
		564.213,20	437.083,43
Passivo corrente			
Fornecedores	3	16.463,20	30.437,28
Estado e outros entes públicos	26-30-31	14.667,81	17.364,56
Financiamentos obtidos	3-11	135.398,52	342.052,26
Outras dividas a pagar	3	82.755,26	131.905,37
Diferimentos		14.065,36	21.661,43
		263.350,15	543.420,90
Total do passivo		827.563,35	980.504,33
Total do capital próprio e do passivo		9.283.933,73	9.654.333,98

O Conselho de Administração




O Contabilista Certificado




Hermano Garcia Varão
Inscrição n.º 405 na OCC

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	21	269.151,23	182.692,16
Subsídios à exploração	6-23-30	750.000,00	750.450,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(503,68)	(337,12)
Fornecimentos e serviços externos	3	(516.115,54)	(472.361,56)
Gastos com o pessoal	29	(470.553,62)	(496.184,83)
Imparidades de dívidas a receber (Perdas/Reversões)	3	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	31	73.946,79	66.730,90
Outros gastos e perdas	3	(22.323,31)	(19.717,86)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		83.601,87	11.271,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(279.861,47)	(281.701,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(196.259,60)	(270.429,81)
Juros e gastos similares suportados	3	(16.997,92)	(15.416,46)
Resultado antes de impostos		(213.257,52)	(285.846,27)
Imposto sobre o rendimento do período	26	(2.334,59)	(2.263,73)
Resultado líquido do período		(215.592,11)	(288.110,00)

O Conselho de Administração






O Contabilista Certificado

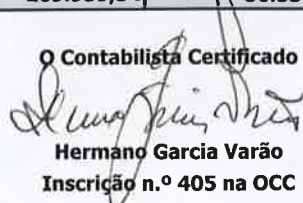

 Hermano Garcia Varão
 Inscrição n.º 405 na OCC

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	3	236.106,52	191.237,76
Pagamentos a fornecedores	3	(539.289,63)	(497.268,36)
Pagamentos ao pessoal	29	(473.368,10)	(494.419,80)
Caixa gerada pelas operações		(776.551,21)	(800.450,40)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	26-30-31	(1.113,48)	(1.644,20)
Outros recebimentos/pagamentos	3	914.407,87	594.448,04
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		136.743,18	(207.646,56)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	8-10	0,00	0,00
<i>Investimentos Financeiros (FCT)</i>	3-11	(16,23)	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>	4	0,00	136,25
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(16,23)	136,25
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento	3	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	3-11	(23.304,02)	(20.838,73)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(23.304,02)	(20.838,73)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	113.422,93	(228.349,04)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	56.536,41	284.885,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	169.959,34	56.536,41

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Hermano Garcia Varão
 Inscrição n.º 405 na OCC

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31/12/2017
(montantes em euros)

NIPC 512058695

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transiitórios	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 6	28	12244143,50					117549,28	(7137261,72)	3726305,63	11202,96	(288110,00)	8673829,65		8673829,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(288110,00)		(1867,16)	288110,00	(1867,16)		(1867,16)
7								(288110,00)		(1867,16)	288110,00	(1867,16)		(1867,16)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8	26										(215592,11)	(215592,11)		(215592,11)
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8											(217459,27)	(217459,27)		(217459,27)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
10														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 6+7+8+10	28	12244143,50					117549,28	(7425371,72)	3726305,63	9335,80	(215592,11)	8456370,38		8456370,38
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transiitórios	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 1	28	12244143,50					117549,28	(6907217,50)	3726305,63	13264,76	(230044,22)	8964001,45		8964001,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(230044,22)		(2061,80)	230044,22	(2061,80)		(2061,80)
2								(230044,22)		(2061,80)	230044,22	(2061,80)		(2061,80)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3	26										(288110,00)	(288110,00)		(288110,00)
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3											(290171,80)	(290171,80)		(290171,80)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
5														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 6=1+2+3+5	28	12244143,50					117549,28	(7137261,72)	3726305,63	11202,96	(288110,00)	8673829,65		8673829,65

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado
Hernando Garcia Varão
Inscrição n.º 405 na OCC

Handwritten signature: H. Garcia Varão

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

ÍNDICE

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	01
NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	02
NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	03 a 11
3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	02
3.2 — Outras políticas contabilísticas:	02 a 07
3.2.1 Contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas	02
3.2.2 Diferenças de aquisição - "Goodwill"	02
3.2.3 Transacções em moeda estrangeira	03
3.2.4 Passivos financeiros	03
3.2.5 Activos fixos tangíveis	03-04
3.2.6 Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis	04
3.2.7 Subsídios governamentais	04
3.2.8 Activos intangíveis	05
3.2.9 Locações	05-06
3.2.10 Propriedades de Investimento	06
3.2.11 Inventários	06
3.2.12 Contas a receber	07
3.2.13 Rendimentos e gastos	07
3.2.14 Resultados financeiros	07
3.2.15 Impostos sobre rendimentos	07
3.2.16 Caixa e equivalentes de caixa	07
3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro - Gestão de Risco Financeiro	08-09
3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas	09-11
NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA (NCRF 2)	11
NOTA 5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NCRF 4)	11-12
NOTA 6 - PARTES RELACIONADAS (NCRF 5)	12

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

(Conclusão)

NOTA 7 - ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)	12
NOTA 8 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)	13-14
NOTA 9 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8)	14
NOTA 10 - LOCAÇÕES (NCRF 9)	14
NOTA 11 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF 10)	14-19
NOTA 12 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)	19
NOTA 13 - IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)	20
NOTA 14 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS ASSOCIADOS (NCRF 13)	21
NOTA 15 - CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS (NCRF 14)	21
NOTA 16 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÕES (NCRF 15)	21
NOTA 17 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (NCRF 16)	22
NOTA 18 - AGRICULTURA (NCRF 17)	23
NOTA 19 - INVENTÁRIOS (NCRF 18)	24
NOTA 20 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (NCRF 19)	25
NOTA 21 - RÉDITO (NCRF 20)	26
NOTA 22 - PROVISÕES, PASSIVOS E ACTIVOS CONTIGENTES (NCRF 21)	27
NOTA 23 - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)	27-28
NOTA 24 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)	28
NOTA 25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO (NCRF 24)	28
NOTA 26 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)	28-30
NOTA 27 - MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26)	30
NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)	30-32
NOTA 29 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)	32-33
NOTA 30 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	33-34
NOTA 31 - OUTRAS INFORMAÇÕES	35-38

38
N
←

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1 – Designação da entidade:** Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A. com o NIPC 512158695, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada com o Capital Social de 12.244.143,50 euros.
- 1.2 – Sede:** Largo de S. João - Edifício Teatro Micaelense – Largo de S. João -
- 9500 Ponta Delgada – Tel.:296308340 – Fax: 296308344 – e-mail:
teatro@teatromicaelense.pt – site: www.teatromicaelense.pt
- 1.3 – Natureza da actividade:** 1.º Conceção, promoção e realização de colóquios, congressos, conferências, palestras e demais actividades de cariz cultural e recreativo; 2.º Exibição comercial de cinema, teatro e demais artes de palco; 3.º Exploração pela forma que entender de todas os espaços que integram o edifício Teatro Micaelense, designadamente, sem excluir outras, exploração de bares, restaurantes e lojas comerciais. 4.º Prestação de um serviço público na área da cultura e do turismo (vertente de animação e MICE – Meetings, Incentives, Conferences & Events), através da realização de actividades que visem atingir públicos diversificados, resultantes da coerência do seu projecto artístico, cultural e turístico, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentado, sócio cultural e económico da sociedade onde se insere.
- 1.4 – Designação da entidade equiparada a empresa – mãe:** Região Autónoma dos Açores
- 1.5 – Sede da entidade equiparada a empresa mãe:** Rua 16 de Fevereiro – Ponta Delgada

**NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

- 2.1 – A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho**.
- 2.2 – Não foram derogadas nas demonstrações financeiras, quaisquer disposições do SNC, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.
- 2.3 – Não existem situações em que as rubricas não possam ser comparáveis com as do exercício anterior.
- 2.4 – Foram adoptados pela primeira vez as NCRF em 2010, não tendo, por tal circunstância, havido afectação da posição financeira e o seu desempenho financeiro, tendo-se considerado na transição as situações de reconhecimento, desreconhecimento, reclassificação e mensuração.
- 2.5 Durante o exercício de 2017 não ocorreram **alterações de políticas contabilísticas** relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e não **foram reconhecidos erros materiais** relativos a períodos anteriores, explicitados na **Nota 5**.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS



3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As **demonstrações financeiras** foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos biológicos, propriedades de investimento, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda, que venham a ocorrer, serão registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As **políticas contabilísticas apresentadas** foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.2 — Outras políticas contabilísticas:

3.2.1 Contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição (ou em alternativa pelo método da equivalência patrimonial) e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

3.2.2 Diferenças de aquisição - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2010, a sociedade optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pela sociedade.

A partir da data de transição, 1 de Janeiro de 2010, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

Caso o "goodwill" seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre. O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é **avaliado anualmente**, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes (método linear) de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

3.2.6 Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos **directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos** são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos activos.

3.2.7 Subsídios governamentais

Os **subsídios governamentais** são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a sociedade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a sociedade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**



3.2.3 Transações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

3.2.4 Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um **passivo financeiro** quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. **Os passivos financeiros** são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

3.2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis da sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF, 1 de Janeiro de 2010, a sociedade decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF, situação que se manteve no exercício de 2012.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**



N

3.2.8 Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação.

Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pela sociedade, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Direitos de representação

Os direitos de representação (Franchise) são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes (método linear) pelo período de vida útil da concessão, o qual actualmente não ultrapassa os 5 anos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes (método linear) pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**



3.2.9 **Locações**

A sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

3.2.10 **Propriedades de Investimento**

A sociedade classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma **propriedade de investimento** é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas (em alternativa podemos usar o justo valor sujeito a um teste de imparidade).

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**



3.2.11 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

3.2.12 Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As **perdas por imparidade** são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.13 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

3.2.14 Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**



3.2.15 Impostos sobre rendimentos

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.2.16 Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

Gestão de Risco Financeiro

3.3.1 Riscos de Mercado

3.3.1.1 Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao **risco de taxa de juro do Euro**.

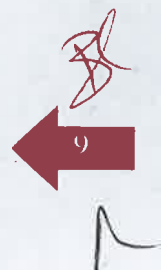
Considerando que:

a) A volatilidade nos resultados da entidade, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;

b) Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;

c) A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política da entidade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da entidade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados da entidade.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**



3.3.1.2 Risco de Taxa de Câmbio

A entidade não apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

3.3.1.3 Outros Risco de Preço

A entidade não está exposta a outros riscos relevantes.

3.3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional e (ii) do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua actividade

A **gestão de risco** da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- a) As particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- b) A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, conseqüentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- c) Uma regular monitorização das contas de cliente;
- d) O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- e) O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

3.3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As **NCRF** requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade são apresentados nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas **Notas 3.1 e 3.2.**

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela sociedade os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração/gerência considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que **as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade** e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos de longo prazo e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

A sociedade revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias.

Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macros - económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O "goodwill" em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da sociedade.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela sociedade/ da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, *incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.*

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**



Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as **Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuada** pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os valores inscritos na **rubrica de caixa e depósitos bancários** incluem:

RUBRICAS	2017 (N)	2016 (N-1)
- Caixa	1.100.01 €	1.238.20 €
- Depósitos à Ordem	168.859.33 €	55.298.21 €
- Depósitos a Prazo	0.00 €	0.00 €
- Soma	169.959.34 €	56.536.41 €

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

**NOTA 5 – POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS
ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS
(NCRF 4)**

Durante o exercício de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Porém no ano de 2011 ocorreram alterações de políticas contabilísticas que irão continuar a influenciar exercícios económicos futuros, sendo elas as seguintes:

a) Alterações de políticas contabilísticas:

- Alteração da taxa de depreciação dos Edifícios e Construções, a que se refere o Decreto – Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro – Artigo 3.º n.º 2 alínea b) passando de 5% para 2,5%, em virtude de se considerar o período de vida útil do Edifício Teatro Micaelense, não de 20 mas de 50 anos;

- Alteração da taxa anual de imputação a Rendimentos dos Subsídios ao Investimento – SIVETUR, de 12,5% s/2.025.908,61 = 253.238,58 euros (anualmente) para 6,25% s/2.025.908,61 = 126.619,28 euros (anualmente) e por força do ajustamento da taxa de depreciação.

b) Erros materiais relativos a períodos anteriores:

- Anulação do valor contabilizado em 2010 relativo a Passivos por Impostos Diferidos, na quantia de 88.633,50 euros e efectuada nos termos da NCRF 25, em virtude de não ser previsível o pagamento do imposto sobre o rendimento (IRC) em períodos futuros, repondo assim aquele montante nos Capitais Próprios da Empresa.

**NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS
(NCRF 5)**

O **FRAAE – Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas e a Região Autónoma dos Açores**, com o NIPC 512098247 e 512047855, com sede no concelho de Ponta Delgada, detêm o controlo da sociedade, com uma participação de **65,34% e 34,47%** respectivamente no seu Capital Social.

Foram efectuadas as seguintes transacções com a Região Autónoma dos Açores:

	2017 (N)	2016 (N-1)
1. Vendas de Produtos e Serviços	0,00 €	0,00 €
2. Compras de Produtos e Serviços	0,00 €	0,00 €
2. Rendimentos Obtidos - Subsídios Exploração	750.000.00 €	750.450.00 €

NOTA 7 – ACTIVOS INTANGIVEIS

**TEATRO MICAELENSE – CENTRO CULTURAL E DE
CONGRESSOS, S.A.**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

(NCRF 6)

A empresa não reconheceu no ano de 2017, Ativos Intangíveis. Os Ativos Intangíveis existentes no início de 2009, foram desreconhecidos naquele exercício econômico.

NOTA 8 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

(NCRF 7)

Variações	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Total Ativo Fixo Tangível
1 de Janeiro de 2016 (N-1):					
Valor de aquisição ou reavaliado	14 276 452,92	840 902,54	33 307,60	259 444,50	15 410 107,56
Depreciação acumulada	-4 803 748,23	-817 974,48	-33 307,60	-232 156,48	-5 887 186,79
Valor líquido	9 472 704,69	22 928,06	0,00	27 288,02	9 522 920,77
31 de Dezembro de 2016 (N-1)					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2015 (N-1)	9 472 704,69	22 928,06	0,00	27 288,02	9 522 920,77
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0
Aquisições	6 845,00	9 615,11	0	1 600,54	18 060,65
Alienações	0	0	0	0,00	0,00
Depreciações do Exercício	-262 210,26	-10 418,73	0	-9 072,51	-281 701,50
Regularizações de depreciações	0	0	0	0,00	0,00
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2014 (N-1)	9 217 339,43	22 124,44	0,00	19 816,05	9 259 279,92
31 de Dezembro de 2016 (N-1)					
Valor de aquisição ou reavaliado	14 283 297,92	850 517,65	33 307,60	261 045,04	15 428 168,21
Depreciação acumulada	-5 065 958,49	-828 393,21	-33 307,60	-241 228,99	-6 168 888,29
Valor Líquido	9 217 339,43	22 124,44	0,00	19 816,05	9 259 279,92
31 de Dezembro de 2017 (N)					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2017 (N)	9 217 339,43	22 124,44	0,00	19 816,05	9 259 279,92
Aquisição de subsidiária	0	0	0	0	0,00
Aquisições	0,00	13 568,58	0	4 804,52	18 373,10
Alienações	0	0	0	0	0,00
Depreciações do exercício	-262 210,26	-8 783,07	0	-8 868,14	-279 861,47
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2017 (N)	8 955 129,17	26 909,95	0,00	15 752,43	8 997 791,55
31 de Dezembro de 2017 (N)					
Valor de aquisição ou reavaliado	14 283 297,92	864 086,23	33 307,60	265 849,56	15 446 541,31
Depreciação acumulada	-5 328 168,75	-837 176,28	-33 307,60	-250 097,13	-6 448 749,76
Valor líquido	8 955 129,17	26 909,95	0,00	15 752,43	8 997 791,55



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

A empresa efetuou em 2002 uma revalorização do terreno, tendo por base o estudo de avaliação do mês de Setembro desse ano, por perito avaliador de imóveis.

O excedente de reavaliação foi creditado em Excedentes de Reavaliação no Capital Próprio, conforme o seguinte quadro:

Custos históricos	22.614.37 €
Reavaliações (a)	3.726.305.63 €
Valores contabilísticos reavaliados	3.748.920.00 €

(a) - Valor atribuído ao terreno, a quantia de 3.726.305,63 euros

Tratando-se de um excedente de revalorização de bens classificados como terrenos, os mesmos não se encontram sujeitos a depreciação e, conseqüentemente, não se aplicam impostos diferidos, sendo que a realização do excedente apenas terá lugar por via da alienação ou imparidade do ativo.

Os Edifícios que constam da rubrica discriminados, não estão onerados, com qualquer tipo de garantia, em particular o **Edifício Teatro Micaelense**, inscrito na Matriz Predial Urbana no Artigo 1157 - S. Sebastião - Ponta Delgada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 1204 com o valor patrimonial de 4.795.526,00 euros e o Edifício **Cine Miramar**, inscrito na Matriz Predial no Artigo 4161 - Rabo de Peixe - Ribeira Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Grande sob o n.º 1300, com o valor patrimonial de 219.443,00 euros.

**NOTA 9 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E
UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS**
(NCRF 8)

Durante o exercício de 2017 a empresa não dispunha de Activos Não Correntes para Venda.

NOTA 10 - LOCAÇÕES
(NCRF 9)

Os bens objecto de locação financeira (aparelhagem e equipamentos de som) são os seguintes:

Activo Fixo Tangível	2017 (N)	2016 (N-1)
- Equipamento Básico	130.189.70	130.189.70
- Soma	130.189.70	130.189.70

Existem valores em dívida pela celebração de Contratos de Locação Financeira, na quantia de € 5.793,17, conforme Nota 11.

38
← 15
R

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

NOTA 11 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
(NCRF 10)

A política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos, e outros custos directamente atribuíveis, constam da **nota 3.2.6**. Os financiamentos obtidos totalizam a quantia de **€ 699.611,72 €** e estão assim distribuídos:

Natureza do empréstimo	2017 (N)	2016 (N-1)
- CEMG Contrato 222.36.100168-8	100.753,45	127.623,36
- BCP Contrato 260463441	142.979,15	172.522,15
- BCP Contrato 4584885822	0,00	95.590,00
- BCP Contrato 273861081	450.000,00	187.500,00
- BCP Contrato Locação Financeira	5.793,17	8.400,18
- Outros (ITP - Sivetur)	0,00	187.500,00
- Cartão American Express	85,95	0,00
- Total	699.611,72	779.135,69
- Parcela não corrente	564.213,20	437.083,43
- Parcela corrente	135.398,52	342.052,26

A sua decomposição, no referido valor total de **€ 699.611.72**, é a seguinte:

1. Empréstimo Bancário da Caixa Económica Montepio Geral, a quantia de 100.753.45 euros.

Rubricas	Condições
- Modalidade	Crédito Investimento
- Montante	187.500.00 €
- Garantias	Apresentação Carta Conforto GRA
- Prazo	84 Meses
- Taxa	Euribor 3m + Spread de 3%
- Comissão de Gestão	0,50% (50% preçário Montepio)
- Estudo Dossier	0.35% (50% Preçário Montepio)
- Comissão de Contratação	0.275% (50% preçário Montepio)

O **plano de pagamento e encargos** para 2017 e até à sua maturidade consta do seguinte quadro

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

ANO	CAPITAL	JUROS	I.SELO	PRESTAÇÃO	DIVIDA
2016/05					142.795,34 €
2016/06	2.060,39 €	573,09 €	22,92 €	2.633,48 €	140.734,95 €
2016	13.111,59 €	2.020,53 €	80,82 €	15.212,94 €	127.623,36 €
2017	26.869,91 €	3.446,69 €	137,88 €	30.454,48 €	100.753,45 €
2018	27.687,10 €	2.633,43 €	105,35 €	30.425,88 €	73.066,35 €
2019	28.559,56 €	1.794,55 €	71,77 €	30.425,88 €	44.506,79 €
2020	29.459,49 €	929,23 €	37,16 €	30.425,88 €	15.047,30 €
2021	15.047,30 €	131,78 €	5,26 €	15.184,34 €	0,00 €
TOTAL	142.795,34 €	11.529,30 €	461,16 €	154.762,88 €	

2. Empréstimo Bancário do Millennium BCP – Contrato n.º 260463441, a quantia de 142.979.15 euros.

Rubricas	Condições
- Modalidade	Empréstimo apoio tesouraria
- Montante	215.000.00 €
- Garantias	Apresentação Carta Conforto GRA
- Prazo	83 Meses (2526 dias)
- Taxa	Euribor 180 dias + Spread 3,35%
- Comissão de Gestão	0,3500%
- Estudo Dossier	300.00 €
- TAE-Taxa anual efetiva	3,763445%

O plano de pagamento e encargos para 2017 e até à sua maturidade consta do seguinte quadro

Anos	Capital	Juros	I.Selo	Prestação	Divida
2015					215.000,00
2015	13.906,79	3.562,07	142,48	17.611,34	201.093,21
2016	28.571,06	6.404,85	256,20	6.661,05	172.522,15
2017	29.543,00	5.418,18	216,73	35.177,91	142.979,15
2018	30.534,72	4.397,40	175,90	35.108,02	112.444,43
2019	31.590,79	3.341,33	133,64	35.065,76	80.853,64
2020	32.683,41	2.248,71	89,97	35.022,09	48.170,23
2021	33.813,80	1.118,32	44,73	34.976,85	14.356,43
2022	14.356,43	123,09	4,93	14.484,45	0,00
Soma	215.000,00	26.613,95	1.064,58	214.107,47	

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

3. Empréstimo Bancário do Millennium BCP – Contrato n.º 27386108, a quantia de € 450.000.00 euros.

Rubricas	Condições
- Modalidade	Empréstimo apoio tesouraria
- Montante	450.000.00 €
- Garantias	Apresentação Carta Conforto GRA
- Prazo	83 Meses (2525 dias) desde 08-06-2016
- Taxa	Euribor 180 dias + Spread 2,950000%
- Comissão de Gestão	0,3500%
- Estudo Dossier	300.00 €
- TAE-Taxa anual efetiva	3,321364%

O **plano de pagamento e encargos** para 2017 e até à sua maturidade consta do seguinte quadro:

Anos	Capital	Juros	I.Selo	Prestação	Divida
2016		2.765,64	110,64	2.876,28	450.000,00
2017	0,00	5.531,28	221,28	5.752,56	450.000,00
2018	77.763,77	12.229,15	489,17	90.482,09	372.236,23
2019	80.089,07	9.903,85	396,16	90.389,08	292.147,16
2020	82.483,89	7.509,03	300,37	90.293,29	209.663,27
2021	84.950,37	5.033,55	201,70	90.185,62	124.712,90
2022	87.490,54	2.502,38	100,10	90.093,02	37.222,36
2023	37.222,36	274,96	11,00	37.508,32	0,00
Soma	450.000,00	42.984,20	1.719,78	494.703,98	

4. Contrato de Locação Financeira n.º 48054799 do BCP, a quantia de 5.793.17 euros.

Rubricas	Condições
- Tipo de bem	Equipamento informático e eletrónico
- Montante	19.739.70 € (com IVA)
- Prazo	72 Meses
- Periodicidade	Mensal com rendas antecipadas
- Valor residual	394.79 Euros C/IVA - 2%
- Indexação da renda	Euribor 6m Base 360 do dia
- Spread e TAEG	6% - 7,4%
- Primeira Renda	1.973.97 Euros (C/IVA)
- Da 2ª. à 72ª. Rendas	0.275% (50% preçário Montepio)

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

O plano de pagamento e encargos do Contrato de Locação Financeira, celebrado com o BCP, para 2017 e até à sua maturidade, consta do seguinte quadro:

Anos	Capital	Juros	I.Selo	Prestação	Divida
2014					13.162,00
2015	2.306,29	741,23	0,00	3.047,52	10.855,71
2016	2.453,70	589,38	0,00	589,38	8.402,01
2017	2.608,84	436,76	0,00	3.045,60	5.793,17
2018	2.768,41	274,67	0,00	3.043,08	3.024,76
2019	3.024,76	102,55	0,00	3.127,31	0,00
Soma	13.162,00	2.144,59	0,00	12.852,89	

6. Empréstimo do **Turismo de Portugal I.P. (ITP)** no âmbito do SIVETUR, na quantia de € **187.500,00**, a que se refere a Nota 31.2 SIVETUR, terá o seguinte plano de pagamento e encargos:

Anos	Capital	Juros	I. Selo	Prestação	Divida
2014					562.500,00
2015	187.500,00	620,4	0,00	188.120,40	375.000,00
2016	187.500,00	1.801,60	0,00	189.301,60	187.500,00
2017	187.500,00	0,00	0,00	0,00	
Soma	562.500,00	2.422,00	0,00	377.422,00	

NOTA 12 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO
(NCRF 11)

São **propriedades de investimento** as detidas para obter rendas ou para valorização do capital ou ambas as finalidades, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para finalidades administrativas ou para venda no decurso normal do negócio.

Uma propriedade de investimento só pode ser reconhecida como activo quando for provável que os benefícios económicos futuros associados à mesma fluam para a entidade e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade

Os Edifícios e Construções estando afectos à actividade da Empresa, no fornecimento de bens e serviços **não se integram no conceito de Propriedades de Investimento.**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

38
← 19
N

NOTA 13 – IMPARIDADE DE ACTIVOS
(NCRF 12)

A avaliação da imparidade de um activo (**AFT – Activo Fixo Tangível, AI – Activos de Investimentos e PI – Propriedades de Investimento**) deve ser realizada em cada data de relato. Perante qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade (**valor contabilístico é superior à quantia recuperável**), a entidade deve estimar a quantia recuperável desse activo.

A empresa, quando avalia estas indicações, deve tomar por base **indicadores internos e indicadores externos**. No que diz respeito **aos indicadores internos ou fontes de informação internas**, deve-se ter em linha de conta o seguinte:

- É visível o dano físico do activo ou a sua obsolescência;
- Constatá-se nos relatórios de informação interna que o desempenho económico do activo é, ou será, pior do que o previsto;
- Ocorreram no período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com efeito adverso na entidade, de modo a afectar a forma como o ativo é usado.

Já no que se refere aos indicadores externos ou fontes de informação externas, há que ter em conta o seguinte:

- O valor de mercado do activo diminuiu significativamente no período (mais do que seria esperado), em resultado da passagem do tempo ou do seu uso normal;
- Verificaram-se no decurso do período, ou irão ocorrer num futuro próximo, alterações significativas na empresa, como consequência do ambiente tecnológico, de mercado, económico, económico ou legal, em que a empresa opera ou no mercado em que o activo está agregado;
- As taxas de juro do mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso do activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- O valor contabilístico dos activos líquidos (sinónimo de capitais próprios) da empresa é superior à sua capitalização de mercado.

No ano de 2014 e no Ativo Corrente da empresa, foram reconhecidas **Perdas por Imparidade em Dividas a Receber (Clientes de Cobrança Duvidosa)** há mais de 24 meses, na quantia de **€ 1.102.00**, saldo que se manteve em 2017.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

**NOTA 14 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E
INVESTIMENTOS ASSOCIADOS**
(NCRF 13)

Os **empreendimentos conjuntos** distinguem-se do **investimento em associadas** pelo facto de a sua existência depender de acordo contratual. Se uma actividade desenvolvida em comum por várias entidades não estiver sujeita a um acordo contratual que estabeleça o controlo conjunto, não se considera um empreendimento conjunto par efeitos desta NCRF.

Os empreendimentos conjuntos caracterizam-se por serem constituídos por dois ou mais empreendedores ligados por um acordo contratual. Esse acordo contratual estabelece o controlo conjunto, e não é mais do que a partilha de controlo, acordada contratualmente, de uma actividade económica, existindo apenas quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consentimento unânime dos empreendedores. No fundo, é condição essencial para que nenhum empreendedor esteja por si só em posição de controlar unilateralmente a actividade do empreendimento.

Como tal, durante o exercício de 2017, **a empresa não esteve envolvida em nenhum empreendimento conjunto.**

NOTA 15 - CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS
(NCRF 14)

Durante o exercício, a empresa não empreendeu nenhuma concentração de **actividades empresariais**, considerada como sendo a “junção de entidades ou actividades empresariais numa única entidade que relata”.

Uma **actividade empresarial** não é mais do que um conjunto integrado de actividades conduzidas e de activos geridos com a finalidade de proporcionar: (1) um retorno aos investidores ou (2) custos mais baixos ou outros benefícios económicos directos e proporcionalmente aos participantes.

Uma **actividade empresarial** geralmente consiste: (1) em inputs, (2) e processos aplicados a esses inputs, e produções resultantes, que são, ou serão, usadas para gerir réditos.

NOTA 16 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÕES
(NCRF 15)

A empresa não dispõe de nenhuma **Participação Financeira** no Capital Social de empresas subsidiárias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017

NOTA 17 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS
(NCRF 16)

A exploração e a **avaliação de recursos minerais** são a pesquisa de recursos minerais, incluindo minérios, petróleo, gás natural e recursos não regenerativos semelhantes depois da empresa ter obtido os direitos legais de explorar numa área específica, bem como a determinação da exequibilidade técnica e viabilidade comercial de extrair o recurso mineral.

Estando fora do seu âmbito de actividade, não foram prescritos pela empresa qualquer tratamento contabilístico relativo à exploração e avaliação de recursos minerais.

NOTA 18 - AGRICULTURA
(NCRF 17)

Esta nota 18, baseada na NCRF 17 tem como objecto prescrever o tratamento contabilístico, a apresentação de demonstrações financeiras e as divulgações relacionadas com a **actividade agrícola**, considerada como sendo a gestão por uma empresa da transformação biológica de animais ou plantas vivos (activos biológicos) para venda, em produtos agrícolas ou noutros activos biológicos. Concordantemente, a actividade agrícola depende da intervenção e controlo por parte do homem, pelo que a captura de espécies selvagens (caça, pesca, apanha de frutos selvagens, etc.) não é considerada actividade agrícola, nos termos desta norma, por se tratar de actividade não gerida.

Características comuns das actividades agrícolas. (a) capacidade de alteração - os animais vivos e as plantas são capazes de transformação biológica, (b) gestão de alterações - a gestão facilita a transformação biológica pelo aumento, ou, pelo menos, estabilização, de condições necessárias para que o processo tenha lugar (por exemplo, níveis nutricionais, mistura, temperatura, fertilidade e luz), sendo a gestão elemento fundamental para classificar uma actividade como agrícola; e (c) mensuração de alterações, a alteração de qualidade (por exemplo, mérito genético, densidade, amadurecimento, cobertura de gordura, conteúdo de proteínas e resistência das fibras) ou de transformação biológica é mensurada e monitorizada como uma função de gestão rotinada.

O impacto da adopção desta norma não está confinado apenas às empresas do sector agrícola, sendo também aplicável por empresas que exerçam outras actividades, nomeadamente agro-industrial, mas que tenham também a montante o exercício da actividade agrícola.

O conceito de actividade agrícola definida na NCRF 17, é, de certa forma, restritivo, dado que não engloba todas as actividades que tradicionalmente estão definidas na Divisão 01-Agricultura e Pescas da CAE - Classificação Portuguesa das Actividades Económicas - Ver. 3 - a **NCRF 17** apenas enquadra na actividade agrícola as fontes geridas pelo homem, pelo que a pesca de espécies selvagens, a caça e o abate de florestas e plantas selvagens estão excluídas.

À semelhança da nota anterior, estando **fora do seu âmbito de actividade**, não foi prescrito pela empresa qualquer tratamento contabilístico relativo à actividade agrícola.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

NOTA 19 - INVENTÁRIOS
(NCRF 18)

Os **inventários** foram mensurados **pele custo**, incluindo todos os custos de compra, como sejam: (a) O preço de compra; (b) Direitos de importação e outros impostos; (c) Custos de transporte, manuseamento e outros custos directamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais e de serviços; (d) Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra

Nas quantias escrituradas não se consideraram quaisquer ajustamentos, nem reversão de ajustamentos, nem foram dados inventários como “penhor de garantia a passivos”.

Não foram imputados aos Inventários encargos financeiros e o custeio das existências é feito pelo custo médio ponderado.

A variação verificada foi a seguinte:

Rubricas	2017 (N)	2016 (N-1)
- Inventário inicial	269.53 €	189.44 €
- Compras	429.64 €	417.21 €
- Regularizações	0.00 €	0.00 €
- Inventário final	195.49 €	269.53 €
Subtotal	503.68 €	337.12 €
- Perdas por imparidade	00.00 €	00.00 €
- Reversão de perdas por imparidade	00.00 €	00.00 €
Custo das Mercadorias Vendidas	503.68 €	337.00 €

Enquadramento fiscal (Artigo 26.º do CIRC)

Para efeitos da determinação do lucro tributável, os rendimentos e gastos dos inventários são os que resultam da aplicação de métodos que utilizem:

- a) **Custos de aquisição** ou de produção;
- b) Custos-padrão apurados de acordo com técnicas contabilísticas adequadas;
- c) Preços de venda deduzidos da margem normal de lucro;
- d) Preços de venda dos produtos colhidos de activos biológicos no momento da colheita, deduzidos dos custos estimados no ponto de venda, excluindo os de transporte e outros necessários para colocar os produtos no mercado;
- e) Valorimetrias especiais para os inventários tidos por básicos ou normais.

No caso de os inventários requererem um período superior a um ano para atingirem a sua condição de uso ou venda, incluem-se no custo de aquisição ou de produção os custos de empréstimos obtidos que lhes sejam directamente atribuíveis de acordo com a normalização contabilística especificamente aplicável.

Sempre que a utilização de custos-padrão conduza a desvios significativos, pode a Direcção-Geral dos Impostos efectuar as correcções adequadas, tendo em conta o campo de aplicação dos mesmos, o montante das vendas e dos inventários finais e o grau de rotação dos inventários.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

NOTA 21 – RÉDITO
(NCRF 20)



O **conceito de rédito**, traduz-se no influxo bruto de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumento de capital próprio, que não sejam relacionados com contribuições de participantes no capital próprio, dos quais já foram veiculados exemplos, nomeadamente, vendas, prestação de serviços e juros.

O **reconhecimento do rédito** proveniente da venda de bens deve ocorrer quando:

- For transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantiver o controlo efectivo dos bens vendidos, e ou envolvimento continuado na gestão (associação ao grau de posse);
- A quantia do rédito puder ser mensurada com fiabilidade;
- For provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade;
- Os custos incorridos ou serem incorridos referentes à transacção possam ser mensurados com fiabilidade

O reconhecimento do rédito proveniente da prestação de serviço deve ocorrer se:

- O desfecho de uma transacção, na fase de acabamento à data do Balanço puder ser estimado com fiabilidade;
- O desfecho da transacção não puder ser estimado com fiabilidade, mas os custos incorridos forem recuperáveis (reconhece-se até ao valor dos custos recuperáveis);
- O desfecho da transacção não puder ser estimado com fiabilidade, e os custos incorridos não forem recuperáveis (reconhece-se por um valor nulo).

Da mesma forma, o rédito proveniente do uso por terceiros de activos que produzam juros, dividendos e royalties deve ser reconhecido se for provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade. Nestes casos, o rédito deve ser reconhecido nas seguintes bases:

- Juros (utilizar o método do juro efectivo);
- Royalties (regime do acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante);
- Dividendos (quando for estabelecido o direito do accionista a receber o pagamento).

Pelo exposto e considerando que o desfecho de uma transacção pode ser estimado com fiabilidade, dependendo dos seguintes factores: (a) a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade; (b) for provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade, (c) a fase de acabamento à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e (d) os custos incorridos com a transacção ou a serem incorridos para a concluir possam ser mensurados com fiabilidade e não tendo a empresa realizado operações com tais características, **não foram reconhecidos no exercício, réditos pela venda de bens ou prestação de serviços.**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

**NOTA 20 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO
(NCRF 19)**

O objectivo desta nota 20 e a NCRF 19 é a de prescrever **tratamento contabilístico de réditos e custos associados a contratos de construção**, tendo em conta a necessidade de imputar o rédito e os custos do contrato aos períodos contabilísticos em que os trabalhos de construção sejam executados, permitindo, conseqüentemente, apurar os resultados das obras em cada período. Regra geral, os contratos de construção têm início num exercício contabilístico diferente daquele em que terminam.

Esta norma aplica-se na contabilização dos contratos de construção, mas apenas **nas demonstrações financeiras das entidades construtoras**. A contabilização **pelos donos de obra** segue, por exemplo, as regras estabelecidas para os inventários ou para os activos fixos tangíveis, consoante a finalidade do activo a ser construído. Logo, podemos afirmar que **é uma norma de aplicação unilateral**.

, De facto, um contrato de construção é especificamente negociado para a construção de um activo ou de uma combinação de activos que estejam intimamente inter-relacionados ou interdependentes em termos da sua concepção, tecnologia e função do seu propósito final.

Existem dois **tipos de contratos de construção**:

- a) **Contratos de preço fixado** – é um contrato de construção em que a entidade contratada concorda com um preço fixado ou com uma taxa fixada por unidades de *output* que, nalguns casos, está sujeito a cláusulas de custos escalonados; ou
- b) **Contrato de *cost plus*** – é um contrato de construção em que a entidade contratada é reembolsada por custos permitidos ou de outra forma definidos mais uma percentagem destes custos ou uma remuneração fixada.

Não sendo a empresa uma entidade construtora, actuando na celebração de Contratos de Construção, como dono de obra, a **presente Nota 20 e a NCRF 19, não lhe é aplicável**.

D
← 25
R

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

**NOTA 22 – PROVISÕES, PASSIVOS E ACTIVOS CONTIGENTES
(NCRF 21)**

As **provisões podem ser distinguidas de outros passivos** tais como contas a pagar e acréscimos comerciais, na medida em que se caracterizam pela existência de incerteza acerca da tempestividade ou da quantia dos dispêndios futuros necessários para a sua liquidação, enquanto:

- **As contas a pagar** comerciais são passivos a pagar por bens ou serviços que tenham sido facturados ou formalmente acordados com o fornecedor; e
- **Os acréscimos são passivos** a pagar por bens ou serviços que tenham sido recebidos ou fornecidos mas que não tenham sido pagos, facturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo quantias devidas a empregados (por exemplo, quantias relacionadas com pagamento acrescido de férias)

Todas as provisões são contingentes porque são incertas na sua tempestividade ou quantia. O termo “**contingente**” é usado para passivos e activos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade.

Não foram reconhecidos no exercício de 2017, **Ativos e Passivos contingentes**.

**NOTA 23 – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO
(NCRF 22)**

Resultantes da celebração de **Contratos Programa** e visando a redução dos **encargos de exploração e concretização do Plano de Actividades**, foram recebidos pela empresa, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a quantia de **750.000.00 euros**, constando das Demonstrações Financeiras na rubrica **75 – Subsídios à Exploração** da Região Autónoma dos Açores.

Todas as condições de atribuição constando do referido Contrato Programa foram integralmente satisfeitas, constando das Demonstrações Financeiras, no Passivo, como Ganhos a Reconhecer (conta 28) e na Demonstração dos Resultados por Naturezas, como Subsídios à Exploração (com 75).

O total da rubrica **75 – Subsídios à Exploração** totalizasse a quantia de **€ 750.000.00**, conforme se descremina, sendo a sua variação a seguinte:

Rubricas	2017 (N)	2016 (N-1)
- Subsídios atribuídos:	750.000.00 €	704.550.00 €
- <i>Direção Regional Emprego</i>	0.00 €	450.00 €
- <i>Direção Regional Cultura</i>	750.000.00€	750.000.00 €
- Acréscimo de anos anteriores	00.00 €	00.00 €
- Diferimentos para o ano seguinte	00.00 €	00.00 €
- Total Subsídios à Exploração	750.000.00 €	750.450.00 €

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

NOTA 24 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO
(NCRF 22)

Sendo todas as operações registadas em Euros, não existem efeitos de alterações em taxas de câmbio.

NOTA 25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO
(NCRF 24)

Não se verificaram acontecimentos relevantes após a data do Balanço.

NOTA 26 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
(NCRF 25)

Impostos correntes

O **imposto corrente**, considerado como sendo a **quantia a pagar sobre o rendimento respeitante ao lucro tributável (tributações autónomas)** é na quantia de **2.334.59 euros**, assim calculado:

Rubricas	2017 (N)	2016 (N-1)
Total dos Rendimentos do Período	1.093.098.02 €	999.873.06 €
Total dos Gastos do Período	1.306.355.54 €	1.285.719.33 €
Resultado do Período (depois impostos)	-213.257.52 €	-285.846.27 €
Cálculo do imposto		
Gastos sujeitos a Tributação Autónoma	12.869,22	13.002,38
- Taxa 30% (Encargos com Viaturas)	590.38 €	401.75 €
- Taxa 16% (Despesas Representação)	1.744.21 €	1.705.60 €
Taxa 12% (Ajudas de Custo)	0.00 €	96.38 €
Imposto corrente	2.334.59 €	2.263.73 €

Passivos por Impostos Diferidos

Passivos por impostos diferidos são as quantias de imposto sobre o rendimento, pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis. Estas diferenças temporárias são diferenças entre os valores contabilísticos de activos e passivos no balanço e a sua base de tributação (valor atribuído ao activo ou ao passivo para fins fiscais).

Não se reconheceu no exercício de 2017 Passivos por Impostos Diferidos.

27

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

Resumo do Imposto sobre o Rendimento

Imposto	2017 (N)	2016 (N-1)
- Corrente	2.334.59 €	2.263.73 €
- Diferido	0,00 €	0,00 €
- Soma	2.334.59 €	2.263.73 €

NOTA 27 - MATÉRIAS AMBIENTAIS
(NCRF 26)

Os dispêndios de **carácter ambiental** – incluem os custos das medidas tomadas por uma entidade ou, em seu nome, por outras entidades, para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrente das suas actividades

Não tendo sido incorridos gastos desta natureza, **não foram adoptados**, no exercício, critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos activos com eles relacionados, por não haver influência na posição financeira, nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão da empresa

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS
(NCRF 27)

Entende-se por **Activo Financeiro qualquer activo** que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade – acções; (c) Um direito contratual de receber dinheiro ou outro activo financeiro de outra entidade ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade; ou (d) Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja: um **não derivado** para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da própria entidade; ou **um derivado** que seja ou possa ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Derivado – é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características seguintes: (1) O seu valor altera-se em resposta à alteração numa especificada taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato (por vezes denominada “subjacente”); (2) Não requer qualquer investimento líquido inicial ou requer um investimento inicial líquido inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante às alterações nos factores de mercado; (3) É liquidado numa data futura. Como exemplos de instrumentos derivados podemos referir *os futuros, os forwards, as opções, os swaps, entre outros.*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017

Não havendo na empresa, **Activos Financeiros com tais requisitos**, a mesma **não prescreveu qualquer tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos** de apresentação e divulgação, não havendo por isso qualquer reconhecimento, mensuração e divulgação desses instrumentos financeiros.

O **Capital Social** da Empresa, é na quantia de **12.244.143,50 euros** e encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro, sendo representado por **24.488.287 acções** com o valor nominal de **50 cêntimos cada uma**, distribuídas por: - seis mil e seiscentas (6.600) **acções ordinárias**, vinte quatro milhões, quatrocentos quarenta um mil, novecentos oitenta e sete (24.441.987) **acções da categoria A**, e trinta e nove mil e setecentas acções (39.700) da **categoria B**.

A distribuição do **Capital Social** é a seguinte:

Acionista	NIPC	Participação	Ações	%
Região Autónoma dos Açores	512047855	4.220.993,50	8.441.987	34,474%
Fundo Regional Apoio à Coesão e Dev.Econ.	512098242	8.000.000,00	16.000.000	65,337%
Fundação dos Botelhos N. Senhora da Vida	512014574	19.850,00	39.700	0,162%
Outros acionistas		3.300,00	6.600	0,027%
Total do Capital Social		12.244.143,50	24.488.287	100,000%

De acordo com o **Artigo 6.º do Contrato de Sociedade** existem categorias de acções com os seguintes direitos especiais:

- **Categoria A** - Serão detidas exclusivamente pela **Região Autónoma dos Açores**, gozando dos seguintes privilégios: a) Tratando-se de emissão de novas acções, só a RAA poderá subscrever este tipo de acções; b) Direito de preferência na transmissão de acções ordinárias c) As deliberações sobre a eleição do presidente da mesa da assembleia-geral não poderão ser aprovadas contra a maioria dos votos correspondentes às acções da categoria A, em primeira convocação ou em convocações subsequentes.

- **Categoria B** - a) Tratando-se de emissão de novas acções da categoria B, o direito de preferência pertence aos titulares de acções dessa categoria; b) Direito de preferência na transmissão de acções ordinárias; c) As deliberações sobre a eleição do vice - presidente da mesa da assembleia-geral não poderão ser aprovadas contra a maioria dos votos correspondentes às acções da categoria B, em primeira convocação ou em convocações subsequentes; e c) As deliberações sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos do capital social, não serão aprovadas, contra a maioria dos votos correspondentes às acções da categoria B.

29

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

Durante o período **não se verificou nenhum aumento do Capital Social.**

O último aumento verificou-se **no exercício de 2007**, onde a Empresa aumentou o seu Capital Social, da quantia de **11.244.143,50 euros** para a quantia de **12.244.143,50 euros**. O aumento na quantia de 1.000.000 euros foi integralmente subscrito e realizado pelo accionista **Região Autónoma dos Açores.**

NOTA 29 - BENEFICIOS DOS EMPREGADOS
(NCRF 28)

Deverá prescrever-se a contabilização e a divulgação dos **benefícios dos empregados** que incluem: (a) Benefícios a curto prazo dos empregados (salários, ordenados e contribuições para a segurança social); (b) Benefícios pós-emprego (pensões, seguro de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego); (c) Outros benefícios a longo prazo dos empregados (licença de longo serviço ou licença sabática, benefícios de invalidez a longo prazo); (d) Benefícios de cessação de emprego); e (e) Benefícios de remuneração em capital próprio.

A referida contabilização deverá reconhecer: (a) Um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro; e (b) Um gasto quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios do empregado.

Durante o ano de 2017, não havendo situações idênticas às descritas, a empresa **não reconheceu quaisquer Benefícios dos Empregados.**

O **número médio** de trabalhadores ao serviço da empresa no período (ano de 2017) foi de vinte e uma pessoas (21), três das quais, membros do Conselho de Administração, cuja distribuição e horas de trabalho, foram as seguintes:

Recursos Humanos	Sexo F	Horas Anuais Trabalho	Sexo M	Horas Anuais Trabalho	Total R.H.	Total Anual Horas Trabalho
1. Trabalhadores						
- Contratados	0		1	325	1	325
- Efectivos	10	17.186	7	9.775	17	26.961
Estagiários	1	455	1	455	2	910
2. Administração	1	1786	2	3.572	3	5.358
Total Geral	12	18.972	11	13.802	21	33.229

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

+
A variação verificada nos **Gastos com Pessoal**, foi a seguinte:

GASTOS COM O PESSOAL	2017 (N)	2016 (N-1)
- Salários e ordenados	377.237,76 €	397.730,03 €
- Indemnizações	0,00 €	0,00 €
- Encargos Segurança Social	83.929,43 €	89.148,91 €
- Seguro de Acidentes de Trabalho	8.510,52 €	7.039,20 €
- Outros Gastos com Pessoal	875,91 €	2.266,69 €
- TOTAL	470.553,62 €	496.184,83 €

Na rubrica **272212 - Remunerações a Liquidar** foram contabilizadas as férias e encargos de 2017 a serem pagas em 2018, na quantia de € **54.751,76**.

NOTA 30 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

30.1 Artigos 66.º A e 508.º F do Código das Sociedades Comerciais

Os **honorários facturados pelos Revisores Oficiais de Contas**, foram os seguintes:

	<u>2017 (N)</u>	<u>2016 (N-1)</u>
- Revisão legal das Contas	5.000,00	7.000,00
- Serviços de Garantia de Fiabilidade		
- Consultoria Fiscal		
- Outros Serviços		
- Totais	5.000,00	7.000,00

30.2 Artigo 210.º do Código Contributivo

De acordo com o disposto no **Artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social**, a que se refere a Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, pelo Decreto - Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, pelas Leis n.ºs. 55-A/2010, de 31 de Dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, declara-se que a Empresa não se encontrava em situação de dívida vencida perante a Segurança Social, em 31 de Dezembro de 2017.

31

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017

30.3 DL n.º 534/80 de 7 de Novembro

Nos termos do **artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro**, declara-se que a Empresa não apresentava dívidas ao Estado em situação de mora, em 31 de Dezembro de 2017.

30.4 Contratos de apoio governamentais

A empresa, é uma **Sociedade Anónima** e como tal **regulada pelo Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente pelos Artigos 271.º a 464.º**.

Porém, sendo uma sociedade **em que o Estado**, directamente ou por intermédio de empresas públicas ou outras entidades equiparadas por lei para esse efeito, fique a **deter a maioria do capital**, e considerando que por lei são equiparadas ao Estado as **regiões autónomas**, as autarquias locais, a Caixa Geral de Depósitos, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e o IPE – Investimentos e Participações do Estado, SA (**artigos 273.º e 545.º do CSC**). a empresa está abrangida pelo **Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores, a que se refere o Decreto – Legislativo Regional n.º 7/2008/A de 24-03-2008, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A de 14 de Outubro.**

Os apoios concedidos à empresa resultam da celebração de um **Contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral, celebrado com a Região Autónoma dos Açores**, relativo ao Desenvolvimento da Oferta Turística da Região e de Promoção do Destino Turístico, enquadram-se no **Artigo 31.º do referido DLR 7/2008/A de 24.03.2008** e constam dos Despachos proferidos pela Vice-Presidência do Governo Regional – Secretaria Regional da Economia, **números 498/2010 de 13 de Maio de 2010 e 675/2010 de 30 de Junho de 2010, conjugado com a Resolução do Conselho do Governo n.º 67/2014, de 29 de Abril.**

Pela **Resolução do Conselho do Governo n.º 38/2016 de 30 de Março de 2016**, foi autorizada a celebração de um contrato-programa entre a **Região Autónoma dos Açores e a Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA**, tendo em vista o desenvolvimento da oferta cultural e a promoção do **destino Açores**, através da concretização do programa de espetáculos aprovado, da prospeção e captação de congressos, até ao montante máximo de **€ 750.000.00** (Setecentos e cinquenta mil euros), **para o ano de 2016.**

Pela **Resolução do Conselho do Governo n.º 26/2017 de 27 de Abril de 2017**, foi autorizada a celebração de um contrato-programa entre a **Região Autónoma dos Açores e a Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA**, tendo em vista o desenvolvimento da oferta cultural e a promoção do **destino Açores**, através da concretização do programa de espetáculos aprovado, da prospeção e captação do mercado de congressos, até ao montante máximo de **€ 750.000.00** (Setecentos e cinquenta mil euros), **para o ano de 2017**, dividido por três tranches no valor individual de € 250.000.00 (duzentos e cinquenta mil euros).

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

NOTA 31 - OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de Dezembro é a seguinte:

Rubricas	2017 (N)	2016 (N-1)
Imposto s/o Valor Acrescentado	18.152.52 €	28.013.51 €
Imposto s/o Rendimento Pessoas Colectivas		
- Imposto estimado		
- Pagamentos por conta	3.634.00 €	4.757.00 €
- Retenções na fonte		
TOTAL DO ACTIVO	21.786.52 €	32.770.51 €
Imposto s/o Rendimento Pessoas Singulares	3.873.68 €	5.299.80 €
Imposto s/o Valor Acrescentado		
Contribuições para a Segurança Social	8.439.92 €	9.828.28 €
Outras Tributações - FCT	19.62 €	0.00 €
Imposto s/o Rendimento Pessoas Colectivas	2.334.59 €	2.236.48 €
- Imposto estimado	2.334.59 €	2.263.73 €
- Pagamentos por conta		
- Retenções na fonte	0.00 €	-27.25 €
TOTAL DO PASSIVO	14.667.81 €	17.364.56 €

31.2 SIVETUR

Na sequência da candidatura, referenciada com o n.º. 95-199 ao Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR) regulado pelo Decreto-Lei n.º. 70-B/2000, de 5 de Maio e pela Portaria n.º. 1214-B/2000, de 27 de Outubro, à Empresa, para a concretização do seu projecto de investimento no montante de **8.258.462,00 Euros**, foi atribuído um incentivo, na quantia de **3.900.908,61 euros**, assim discriminado:

Rubricas	Valor
1 - Incentivo reembolsável	1.875.000.00 €
2 - Incentivo não reembolsável	2.025,908.61 €
Total Incentivo Sivetur	3.900.908.61 €

O incentivo não reembolsável na mencionada quantia de **2.025.908,61 euros** encontra-se contabilizado como **Subsídios ao Investimento**, na rubrica **5931 - Subsídios - SIVETUR** e foi sendo anualmente imputado a Rendimentos do Exercício, creditando a **rubrica 78831 - Imputação Subsídios - SIVETUR**, a uma taxa de 12,5% (8 anos).

33

N

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

A fim de evitar o deferimento pelo prazo de cerca de 18,00 **anos (n.º 1 alínea a) do Artigo 22.º do CIRC)**, optou-se por deferir o subsídio ao investimento concedido pelo SIVETUR, pelo prazo da duração do Subsídio Reembolsável previsto **no n.º 1 da Clausula Sétima do respectivo contrato**, ou seja oito anos, o equivalente a uma taxa anual de amortização de 12,5%.

Assim sendo, durante seis dos oito anos, já decorridos, o valor anual, imputado a Rendimentos (Proveitos) do Exercício - Subsídios ao Investimento, conta 78831, havia sido, até 31 de Dezembro de 2010, de **2.025.908,61 x 12,5% = 253.238,58 euros**.

Porém, em conformidade com a **Nota 5 - alínea a) - Alterações de Políticas Contabilísticas**, e por força do ajustamento da taxa de depreciação, a taxa anual de imputação a Rendimentos dos Subsídios ao Investimento - SIVETUR, **passou de 12,5%, para 6,25%** $s/2.025.908,61 = 126.619,28$ **euros** (anualmente).

Assim sendo, o seu valor remanescente, à data de 31 de Dezembro de 2013, na quantia de **126.619,23 euros**, foi imputado ao exercício de 2014, extinguindo-se o mesmo.

3.13 - SIDER

A empresa candidatou-se aos apoios do Sistema de Incentivos Desenvolvimento do Turismo (**SIDER**).

A candidatura designada de **"Projeto de Requalificação e Modernização do Teatro Micaelense"** teve o **n.º 944-DT** e o Contrato de Concessão de Incentivos, **celebrado em 12 de Setembro de 2013**, com o **número 101/2013**, caracterizou-se pelo seguinte:

Rubricas	Condições
- Objeto	Projeto Requalificação e Modernização
- Prazo de execução	04-03-2013 a 31-12-2014
- Investimento total	62.648.67 €
- Investimento Elegível	37.899.51 €
- Incentivo não reembolsável	18.949.76 €

De acordo com o disposto no **artigo 22.º alínea a) do Código do IRC**, o montante do incentivo não reembolsável, **na quantia de € 18.949.76** será, na mesma proporção da depreciação, imputado anualmente no lucro tributável (rendimentos), desde que verificado a **concretização do Investimento na quantia de € 62.648.67**.

A imputação anual, que foi inicialmente na quantia de **€ 1.895.00 num período de dez anos (10)**, passou a ser na quantia de **€ 1.867.16**, após reformulação do projeto de candidatura, registando-se a seguinte evolução anual:

← 34

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2017**

Anos	Imputação	Subsidio	SNC
Incentivo		18.949,76	5934
2013	1.072,36	17.877,40	5934/78832
2014	2.214,30	15.663,10	5934/78832
(a) 2015	2.398,34	13.264,76	5934/78832
(b) 2016	278,19	12.986,57	5934/78832
2016	1.783,61	11.202,96	5934/78832
2017	1.867,16	9.335,80	5934/78832
2018	1.867,16	7.468,64	5934/78832
2019	1.867,16	5.601,48	5934/78832
2020	1.867,16	3.734,32	5934/78832
2021	1.867,16	1.867,16	5934/78832
2022	1.867,16	0,00	5934/78832

(a) Inclui ajustamentos de 2013 e 2014, no valor de € 503.34 (€ 503.34 + valor 2015 de € 1.895.00 = € 2.398.34)

(b) O valor do Incentivo não Reembolsável, passou da quantia de € 18.949.76 para a quantia de € 18.671.57, havendo lugar a uma restituição de € 278.19

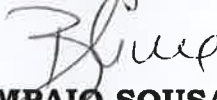
Não foram considerados Impostos Diferidos pelas razões indicadas na **Nota 26** – Impostos.

Ponta Delgada, 20 de Fevereiro de 2018

O Conselho de Administração



ALEXANDRE RUI CARVALHO PASCOAL ALBUQUERQUE SILVA
Presidente



RAQUEL FORJAZ DE SAMPAIO SOUSA LIMA VELHO CABRAL
Vogal

GONÇALO VAZ GAGO DA CÂMARA DE MEDEIROS BOTELHO
Vogal

O Contabilista Certificado

HERMANO GARCIA VARÃO
Inscrição N.º 405 na OCC

**TEATRO MICAELENSE – CENTRO CULTURAL E DE
CONGRESSOS, S.A.**

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração do TEATRO MICAELENSE – CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, S.A., relativos ao exercício de 2017.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2017, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 23 de Fevereiro de 2018

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

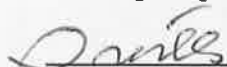
Auditámos as demonstrações financeiras anexas do TEATRO MICAELENSE – CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 9.283.934 euros e um total de capital próprio de 8.456.370 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 215.592 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do TEATRO MICAELENSE – CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 23 de Fevereiro de 2018



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)